

ATA 271ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos dezoito de fevereiro de 2022, às oito horas e trinta minutos, realizou-se a ducentésima septuagésima primeira Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela atual presidente Mariana de Resende Franco que assumiu a condução da mesma onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: João Vitor da S. Jorge – Cmas Caeté, Gabriela de Almeida Loiola - Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas – Salinas, Arlete Alves de Almeida – GRAAL do Brasil, Isac dos Santos Lopes – Associação Quilombola do Suaçuí e Pitangueiras, Silvestre Dias – SEF, Ludson Rocha – Cress, Erica Pereira Beltrame – Cmas Coronel Fabriciano, Grazielle Vieira Cachapuz Machado – CRP, Marilene Faustino Pereira – Fetaemg, Maria Juanita Pimenta – Federação das Apae's, Simone Maria da Penha de Oliveira – Cmas BH, Lucas Estevão Ribeiro da Silva -Conselho Central de Curvelo – SSVP, Elder Carlos Gabrich Júnior – Sedese, Marinete da Silva Morais – COGEMAS, João Victor de Almeida – SEPLAG, Camila Lorena Sálvio Tanúrio – SEAPA; Kariny de Amorim Silva – Bem Estar do Menor. **Ainda os seguintes Conselheiros Suplentes:** Daniel Martins Mello Neto – Cmas Barbacena, Soraia Vanessa Cruz – Sedese, Iara da Costa Nogueira Reis – CSJB, Philipe Nunes Silva – Fetsuas, Crislaine Cristina Nascimento Flausino – Cmas Conselheiro Lafaiete, Carla Valéria Soares Vita – Fasemig, Ligia Camargos da Silva da SES, Maria Aparecida Baião – FMTSUAS-BH, Claudia Cristina Silva – Cmas Uberaba, Sandra Regina Barbosa – Sintbref MG, Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi – Cordisburgo, Vinícius Queiroz de Castanheira – SEF, também, os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Ângelo Santos Machado, Eliane Bissoli, Maria Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida, Vera Lúcia Rodrigues, Daniel Henrique Campos da Cunha. Participaram desta plenária como convidados: Cristiano Andrade – SEDESE. **PRESIDENTE:** Início oficial. A nossa reunião já está sendo gravada. Bom dia. Todos muito bem-vindos. Agradeço a presença para mais uma plenária do CEAS. É 271ª. Vamos começar pela menção dos presentes. Temos justificativas de ausência, Daniel? Você quer registrar? Por favor. **DANIEL - CEAS:** Bom dia a todas e a todos. Sim, tivemos algumas justificativas. A gente teve justificativa por saúde da Conselheira Suzanne Horta, Conselheira Maria de Fátima, do Cogemas. A Luana Castro também justificou por motivo de trabalho. O Leandro Luiz também justificou. E o Rodrigo dos Santos também justificou por motivo de trabalho também. Por enquanto é o que temos hoje. Até ontem – não é, Ângelo? – eram essas as justificativas. Presidente, agora eu vou verificar o *quórum*, se me permite. **PRESIDENTE:** Passando para a contagem de presença e *quórum* para o início de reunião. **DANIEL - CEAS:** A nossa presidente está presente na plenária. A Conselheira Suzanne Horta já foi a justificativa. Conselheiro Elder Gabrich está ali. Conselheira Soraia está ali atrás. Conselheira Érica

38 está ali. Conselheiro Daniel está ali. Conselheira Luciana, ela é do SES. A Lúgia vai
39 representar ela e já está presente aqui. Conselheira Marinete, a vi hoje. Conselheira Maria
40 de Fátima justificou. Conselheiro João Vítor, não? Só o da Seplag não está presente.
41 Conselheira Luana, também não. Justificativa. Conselheiro João. Conselheira Cláudia
42 Cristina. Está aí? Conselheiro Silvestre. E o vi hoje. Está aqui presente? Conselheiro
43 Vinícius, também vi ele hoje. Conselheira Thaís Correa está aqui? Não a vi hoje.
44 Conselheira Sandra? A Sandra está aqui conosco. Conselheira Camila, da Seapa, eu a vi
45 hoje. **PRESIDENTE:** Essa Sandra é a Sandra da Secretaria de Educação. Ela não está
46 presente. **DANIEL - CEAS:** Não está presente? **PRESIDENTE:** A Sandra é da sociedade
47 civil. **DANIEL - CEAS:** O João Bosco informou que vai ter que ser substituído. Conselheira
48 Arlete. Eu vi a Arlete hoje. Arlete? Conselheira Carla. Também a vi hoje. Conselheira
49 Gabriela? Está ali. Conselheira Crislaine? Aqui também. Conselheira Grazielle, está ali.
50 Conselheiro Philippe também vi hoje. Conselheiro Isac? Isac? Oi, Isac. Conselheiro
51 Leandro justificou. Conselheiro Kariny também a vi hoje aqui. Conselheiro Rodrigo
52 justificou. Conselheiro Lucas está ao lado da Kariny. Conselheira Cinara? Está a caminho?
53 Ok. Conselheiro Ludson, não o vi ainda. Conselheira Sandra, agora sim. A Sandra está
54 em condição de titularidade. Conselheira Juanita a vi hoje também. Conselheira Iara,
55 também a vi hoje. Conselheira Marilene? Ok. Conselheira Baião está aqui do meu lado.
56 Não é, Baião? Conselheira Simone está ali. Conselheira Jackeline está ali atrás também.
57 Verificar o *quórum* agora, mas acho que está tranquilo. Presidente, temos o *quórum*
58 qualificado para começar a reunião. **PRESIDENTE:** Muito obrigada, Daniel. Passando
59 para os pontos de pauta, antes de apreciar a pauta, na verdade, vamos para a aprovação
60 da ata da reunião passada. A ata da reunião passada foi encaminhada no *e-mail* dos
61 conselheiros. Eu pergunto: Podemos considerar a ata aprovada? Algum conselheiro quer
62 fazer alguma solicitação de correção, adequação da ata da reunião passada? Sem
63 manifestação, então consideramos a ata da reunião passada aprovada. Agora, passando
64 para a apreciação da pauta. A pauta foi encaminhada no *e-mail* dos conselheiros. Eu vou
65 fazer a leitura. Nossa proposta de pauta, primeiro ponto, após 'Menção dos Presentes',
66 'Apreciação da Ata' e 'Justificativa de Ausências': 'Informes'; em seguida 'Posse de
67 conselheiros'. Esse ponto já está prejudicado porque esses conselheiros justificaram
68 ausência. Em seguida, 'Prestação de Contas de 2020 do governo federal; Às 11h –
69 Atualização do Piso Mineiro Fixo para 2022; 12h – Almoço; 13h – Plano de Aplicação de
70 Recursos de 2022 e Reprogramação de Saldos; 14h – Prestação de Contas do 4º
71 Trimestre de 2021; 15h – Proposta da Sedese de alteração do Decreto de
72 Regulamentação do CEAS; 16h – Recomposição do grupo de trabalho do Regimento
73 Interno do CEAS; 16h30 – Local das Plenárias do CEAS; 16h50 – Conselheiros que ainda
74 não possuem comissões; 17h – Previsão de encerramento. Pergunto: Conselheiros,

75 podemos aprovar essa pauta? Tem alguma sugestão de inclusão ou adequação de ponto
76 de pauta? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** A gente precisa incluir na pauta os debates
77 de ontem só para fins de registro e deliberação, que não foram deliberados. Ontem a gente
78 entrou em um consenso, mas esse conselho precisa deliberar, primeiro, em relação ao
79 planejamento do CEAS. É preciso entrar na pauta para ser registrado, que será feito no
80 próximo mês. E também com relação às diárias referentes ao mês de março também, que
81 precisa ser registrado e deliberado. Mudança de horário, eu acho que tem que ser o
82 primeiro. Para mim tanto faz. Nós já acordamos ontem, mas como não estava gravando e
83 também não foi deliberado, e é assunto que precisa, a gente precisa incluir aí.
84 **PRESIDENTE:** Só queria pedir para incluir no final e, como a gente já discutiu o assunto
85 ontem, eu acredito que isso hoje vai só para registro do que foi discutido. E a nossa pauta
86 está muitíssimo apertada, então para a gente conseguir cumprir os horários, a gente
87 colocar isso no final. Inclusão de pauta e só retomando o que a Juanita falou: solicitação
88 de diárias para os conselheiros da sociedade civil, representantes de usuários. E o outro
89 ponto que foi colocado é possibilidade de não realização da plenária de março, caso esses
90 conselheiros não recebam a diária. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Não, Presidente. É
91 deliberação com relação à diária para todos os conselheiros. Essa é a proposta que entra
92 na pauta. Eu queria fazer uma contraproposta da Presidente. Considerando, como você
93 mesmo falou, já está consensuado que essa pauta seja a primeira antes de todas as
94 pautas, para a gente não correr risco por algum empecilho, alguém ter que sair, para a
95 gente deliberar porque não vai ter nenhum problema, imagino eu. Que ele seja o primeiro.
96 É só para constar e, se todos concordarem, é a minha sugestão. **PRESIDENTE:** Então, o
97 ponto de pauta é solicitação de diárias para todos os conselheiros? É isso? **MARIA**
98 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Isso e o planejamento CEAS. **PRESIDENTE:** Mas o
99 planejamento precisa ficar para o final. Não dá para discutir planejamento hoje sem ter
100 passado pelas comissões. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Não, Presidente. É só para
101 constar que o CEAS vai elaborar o seu planejamento na reunião de março. Como nós
102 vamos fazer, cada comissão vai se organizar para fazer. **PRESIDENTE:** Acréscimo dos
103 pontos sem discussão. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Se precisar discussão, a gente
104 faz. Eu que estou imaginando que não precisa porque processo participativo é isso.
105 Enquanto tiver a necessidade, a gente vai discutindo. Eu fico imaginando que não precisa.
106 **PRESIDENTE:** Pessoal, mas eu preciso reforçar isso: se for para voltar na discussão, eu
107 peço que seja incluído no final do dia. Se não houver mais discussão, vai ficar como
108 registro, já está aí, inclusão de pauta: solicitação de diárias para todos os conselheiros e
109 necessidade de realização de planejamento das comissões. Para fins de registro, os
110 conselheiros estão de acordo? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Presidente, eu acho
111 que não tem como acordar isso. E se alguém quiser se manifestar? A gente não tem como

112 cercear a fala. Para mim, isso está muito claro, entretanto se tiver algum conselheiro que
113 ainda quiser trazer alguma coisa nova, algum fato novo para discutir, esse pleno não pode
114 cercear a fala dos conselheiros. Eu não sei se pode acordar que será somente dessa
115 forma. **PRESIDENTE:** Vamos pela ordem de inscrição. Vou fazer uma proposta, que volte
116 nesses pontos no final da manhã. Já estou colocando uma proposta para que esses
117 pontos entrem agora no final da manhã. E vou abrir a palavra e o primeiro inscrito é o
118 Elder e a segunda inscrita é a Iara. **ELDER, SEDESE:** A ideia não é cercear a discussão.
119 O que está sendo discutido aqui é que, se houver necessidade de discussão, para o ponto
120 não ser colocado agora. Para o ponto ser colocado no final da manhã ou no final do dia.
121 Mas, se não houver discussão, se for só para registro, que ele seja feito agora. Essa é a
122 ideia. **IARA, CSJB:** Na verdade, eu quero colocar uma questão de ordem que eu entendo
123 que é dos conselhos. Quando é feita uma solicitação de inclusão de pauta, acho que a
124 gente até perde tempo com essa discussão, ela vai para o pleno e o pleno decide. A
125 sociedade civil está dizendo o seguinte: “Que nós gostaríamos que esse ponto de pauta
126 fosse o primeiro, dada a necessidade de a gente registrar e a possibilidade de a gente
127 fazer a discussão acerca disso. Em uma questão de ordem o que tem que ser feito é muito
128 prático, é colocar em votação. Esse vai ser um primeiro ponto de pauta ou esse vai para
129 o ponto final? E a presidenta nos conduz. Eu já peço licença porque eu vou precisar sair,
130 só para vocês entenderem a minha ausência nesse momento tão importante. **ARLETE,**
131 **GRAAL:** Bom dia. Eu fui contemplada com a fala da Iara porque o tempo que a gente fica
132 dizendo é no início, é no meio ou no fim, a gente está tomando a decisão, então o pleno
133 vota. **PRESIDENTE:** Proposta de votação, eu peço que esse ponto entre no final da
134 manhã. Qual é a outra proposta? Que ele seja colocado agora. Correto? Primeiro ponto.
135 Você abre a planilha de votação, por favor, Daniel. Eu acho até mais rápido. **DANIEL -**
136 **CEAS:** Só para acelerar, como uma proposta é diferente da outra, se uma ganhar a outra
137 está... É só fazer uma votação por contraste caso a plenária concorde. **PRESIDENTE:**
138 Primeira proposta: que a discussão seja feita no final da manhã. E segunda proposta: que
139 a discussão seja feita como o primeiro ponto da reunião. Ok? Passamos para a votação.
140 Quem estiver de acordo vai levantar a plaquinha para registro da Secretaria Executiva.
141 Primeiro ponto: a discussão ser feita no final da manhã. Só três pessoas, então esse vai
142 ser o primeiro ponto de pauta. A discussão vai ser realizada agora no início da reunião.
143 Correto? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Questão de ordem. Para fins de deliberação,
144 precisa ser feita a segunda pergunta para manifestação dos conselheiros. **PRESIDENTE:**
145 Sim. Ok. Passamos à votação, que a inclusão e a discussão do ponto de pauta seja
146 realizado como primeiro ponto de pauta da reunião. 14. Abstenção? Não fechou nos 20 e
147 têm 2 ausências. Só uma pessoa que não votou, é isso? Uma abstenção? É só para ficar
148 registrado. Tem três ausentes. Passando para os outros pontos de pauta. Eu pergunto: os

149 outros pontos de pauta estão aprovados? A pauta que está sendo projetada está
150 aprovada. Já que esse ponto de pauta passou a ser o primeiro agora, está aberta a
151 discussão. Aberta a palavra. Alguém gostaria de se manifestar? Quem gostaria de se
152 manifestar sobre esse ponto? Lucas, Sociedade São Vicente de Paula. **LUCAS,**
153 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Vou pedir que seja apresentada a súmula
154 da reunião de ontem. Acho que a gente vai conseguir ganhar mais tempo com relação a
155 esse ponto. E, porventura, se for abrir a discussão também, algum conselheiro que quiser
156 se manifestar, ficar aberta a partir da súmula da conclusão dos trabalhos de ontem.
157 **MARINETE, COGEMAS:** Enquanto o Daniel procura... Como as discussões foram bem
158 intensas ontem, eu considero relevante hoje, talvez – é uma sugestão – deliberar partir
159 dos encaminhamentos. Para a gente deliberar a partir dos encaminhamentos porque eu
160 penso que as discussões foram bem pautadas e eu acredito que tiveram grande peso. Eu
161 considero relevante partir para os encaminhamentos para que não haja mais duas horas
162 de discussão. **PRESIDENTE:** Considerando as discussões realizadas na reunião de
163 comissões conjuntas ocorrida na data de ontem, dia 17 de fevereiro, sobre solicitação e
164 necessidade de diárias para os conselheiros que não estão recebendo, que no caso são
165 os que residem em Belo Horizonte. E considerando a discussão também ocorrida na
166 reunião conjunta de comissão sobre realização do planejamento das comissões, os
167 encaminhamentos foram: “Que a sociedade civil não comparecerá em caso de não
168 resolução do pagamento das diárias para os conselheiros que residem em Belo Horizonte.
169 E que a Secretaria Executiva fará minuta de um documento para solicitação das diárias
170 para esses conselheiros, que atualmente não têm o direito de receber, especialmente
171 representantes de usuários, para a Sedese e para o governador. Nessa proposta de
172 documento deve constar que a sociedade civil não comparecerá a partir da plenária de
173 março, se não houver o acesso à alimentação para esses conselheiros.” Registrando,
174 esse foi o encaminhamento da reunião de ontem. Todos estão de acordo com esse
175 encaminhamento? Aberta a discussão. Dona Arlete, depois Philippe. **ARLETE, GRAAL:**
176 Eu quero falar para todos e especialmente ao Daniel. O que não se registra,
177 posteriormente não se conhece. A história sempre foi contada do ponto de vista do
178 opressor. E a fala do oprimido se perdeu ao longo da história, tanto que o resultado está
179 aí. Ontem, quando nós discutimos isso, eu estava sentada perto de você e falei em alto e
180 bom tom que todos ouviram. Esse documento não pode sair do CEAS dizendo que a
181 sociedade civil não virá à reunião de forma tão simplória. É preciso que coloque nele, e
182 eu te falei isso ontem, os motivos que geraram essa discussão. É preciso que isso esteja
183 registrado porque, da forma como a gente tem avançado no nosso modelo de política
184 pública de inclusão, sempre quem está... Vamos dizer entre aspas, errado, é a sociedade
185 civil. Todas as vezes que a gente solicita alguma coisa, ou não solicita, tem algo motivador.

186 E o que impulsionou essa tomada de decisão da sociedade civil não é só porque não tem
187 a diária e alimentação para os conselheiros e conselheiras, no caso de Belo Horizonte,
188 especialmente as representações de usuários e usuárias. Tem que constar o que levou a
189 isso. E ontem nós falamos sobre isso, atitude de racismo, de preconceito, humilhação no
190 restaurante, constrangimento das usuárias em uma situação em que, bom ou mal, muito
191 ou pouco, todo mundo se alimenta. Tem o direito de chegar até ao restaurante e solicitar
192 a sua alimentação. E tudo que a gente conversou ontem para não ficar parecendo que
193 sociedade civil está com birra com as atitudes tomadas pelo governo, ainda que tenha um
194 decreto e que tenha compreensões e tenha essa abertura para realizar. Obrigada.
195 **DANIEL - CEAS:** Obrigada, Vice-Presidente. Só responder, Presidente, antes de passar
196 para o Philipe. Com certeza, também foi falado ontem que a gente ia elaborar um
197 documento e depois ia passar para o CEAS. Isso foi só um registro de encaminhamento.
198 Mas a gente vai fazer esse documento, Vice-Presidente. Ninguém aqui está falando que
199 vai ser um documento simplório. A gente vai fazer e depois vai compartilhar com o CEAS
200 para contribuições e, posteriormente encaminhar. Isso foi só uma breve escrita e, também
201 foi como falado, depois a gente vai elaborar muito melhor esse documento. Com certeza.
202 **ARLETE, GRAAL:** Agradeço o retorno imediato. E lembrar da celeridade desse
203 documento para a gente não incorrer na situação que aconteceu no mês de dezembro.
204 Obrigada. **PHILIPPE:** Bom dia. Daniel, onde consta ali que atualmente “que não tem o
205 direito”, que seja colocado “que não tenha o direito reconhecido”. Porque o direito elas
206 têm, como o Lucas leu ontem no decreto. O decreto não dá embasamento para que esse
207 direito seja negado, que não seja reconhecido. O que não está havendo é o
208 reconhecimento desse direito. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada. Podemos
209 considerar esse encaminhamento, pessoal? A votação é por unanimidade. Todos estão
210 de acordo? Consideramos o encaminhamento aprovado. Passando para o outro ponto de
211 discussão da reunião de comissões conjuntas do dia 17 de fevereiro de 2022. A realização
212 de planejamento anual de atividades pelas comissões. O registro para deliberação dessa
213 plenária é que as comissões deverão realizar o planejamento anual de atividades e isso
214 será deliberado no mês de março. O encaminhamento é esse? O Daniel está registrando.
215 Vocês querem contribuir no registro? Por favor. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Na
216 verdade é o planejamento do CEAS. As comissões, é claro que colaboram, mas o
217 planejamento é do Conselho Estadual. **PRESIDENTE:** Ok. Mais algum registro nesse
218 ponto? Dona Maria Baião, por favor. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Eu acho que esse
219 planejamento seria um planejamento para todos os grupos. Por exemplo, têm os grupos
220 que são formados, então você teria que ter um planejamento para esses grupos, o CEAS
221 que fará. (áudio ruim) [00:30:06] com você foi lançado agenda, só que está incompleto
222 porque dentro do planejamento tem que ter o dia de reunião de cada um, cada grupo e,

223 para efetuar as reuniões é que nós temos que ter o suporte local, horário, condução,
224 alimentação. Esse é que é o plano. Seria um plano de trabalho nosso. Você entende,
225 Mariana? Não pode ser separado. É uma coisa completa. Cada grupo vai receber esse
226 plano do seu trabalho. Isso é normal. E a gente tem que ter até para não se perder porque
227 cada um de nós tem mil agendas. Nós temos que ter isso bem claro. É essa preocupação
228 que eu tenho no plano. É uma programação, não pode ser só agenda. É um plano do
229 CEAS para os grupos junto com essa agenda. **PRESIDENTE:** Sim, Dona Maria. Alguém
230 mais? Podemos considerar também esse ponto como consensuado aqui de
231 encaminhamento? Relendo a proposta de encaminhamento que essa plenária está
232 deliberando. “Realização de planejamento anual do CEAS com a contribuição das
233 comissões e com o registro da Dona Maria que o planejamento para todos os grupos,
234 além da agenda de reuniões.” Ficou registrado dessa forma. Estão todos de acordo?
235 Obrigada. Passamos por esses dois pontos. Retomamos os pontos de pauta com a
236 prestação de contas do ano de 2020 do governo federal. Revendo a discussão das
237 comissões de ontem. Ontem foi apresentada e discutida pela equipe da Sedese, com os
238 conselheiros, apresentação do demonstrativo que tem que ser encaminhado para o
239 governo federal no prazo da semana que vem. Foi realizada a apresentação pela
240 assessoria de gestão do FEAS. Após a apresentação, foi feito o preenchimento das
241 perguntas que o CEAS tem que responder. Só que não foi esgotada a pauta. Não foi
242 esgotada a discussão dos pontos do demonstrativo. E o que nós combinamos ontem é
243 que a reunião hoje seria retomada a partir do ponto que ainda falta ser discutido. Mas,
244 precisamos registrar em ata, então vou esperar você projetar para mim só o título. A gente
245 fez a discussão do demonstrativo dos programas e projetos. Correto? Gente, desculpa. A
246 gente começou a discutir a pauta... Peço desculpas, a gente pulou a parte dos informes.
247 É porque estava na minha frente e eu fui lendo. Os informes da Sedese, a gente distribuiu
248 para os conselheiros e tem uma apresentação para ser feita em tela. É uma apresentação
249 rápida. Enquanto isso, eu vou passar para a Marinete. A Marinete falou que tem informes
250 do Cogemas e, na sequência também pergunto se temos outros informes para serem
251 feitos. **MARINETE, COGEMAS:** Durante esses meses, janeiro e fevereiro, podemos ainda
252 considerar, houve em média 51 atendimentos por dia, Atendimento técnico aos
253 municípios, sendo o número de atendimentos 307 e a média de municípios é 139. Tivemos
254 também, ao longo desse período, elaboração e publicação nas páginas oficiais do
255 colegiado, apoio e orientação aos grupos de *WhatsApp*, em relação a uma série de
256 questões sobre todo esse momento agora, de algumas resoluções, algumas orientações
257 da Sedese. Houve todo esse apoio aos grupos de *WhatsApp*. Participação do colegiado
258 nas reuniões da CIT, CIB, CEAS, CNAS. Tivemos no ano passado o ‘Encontro Sudeste
259 do Cogemas’, que corresponde aos estados de Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e

260 Espírito Santo, que foi em Atibaia – SP. Tivemos também com a participação da Ivone e
261 do Paulo, Encontro Nacional do Cogemas, que aconteceu em Foz de Iguaçu. E tivemos
262 também, estamos, teremos uma próxima reunião do Cogemas agora, porque estamos
263 prevendo realizar o 3º Encontro Mineiro do Cogemas. A previsão seria para março. A
264 gente vai avaliar um pouco isso, mas são esses os informes do Cogemas. Ok, obrigada.

265 **PRESIDENTE:** Obrigada, Marinete. Algum outro informe, antes dos informes da Sedese?
266 Alguém gostaria de fazer algum informe agora? Alguma instituição? Ok. Eu vou passar
267 pelos informes da Sedese também. A gente entregou as cópias. Você pode projetar? Eu
268 falo bem rapidinho. O primeiro informe. A gente conseguiu realizar entrega dos gêneros
269 alimentícios para as unidades de acolhimento de pessoas com deficiência, que são as
270 parceiras do estado, no Programa Casa Lar. Isso, inclusive, foi mencionado aqui ontem
271 também. A Sedese realizou essa aquisição no final do ano passado e conseguiu concluir
272 a entrega desses alimentos para 41 unidades de acolhimento, dentre elas são 38 Apaes
273 que executam o Programa Casa Lar. Esse recurso foi recurso do governo federal de
274 enfrentamento à pandemia, da Portaria nº 369, em completo ao apoio do governo do
275 estado para as unidades que já são parceiras, já recebem um cofinanciamento da
276 execução desses serviços. Sobre o Recupera Minas que já foi deliberado por esse
277 conselho, a Sedese já iniciou a operacionalização do recurso. Os municípios elegíveis, de
278 acordo com os critérios estabelecidos nas normativas e na base de dados da defesa civil,
279 foram 219 municípios com aproximadamente 80.000 pessoas. Os municípios estão
280 conferindo os dados, dando o retorno desses dados para a Sedese, fazendo o
281 preenchimento dos termos de aceite. Na medida em que esses termos de aceites são
282 assinados pelos prefeitos, e a gente realiza a abertura do plano de serviços, a gente já
283 tem feito repasse da primeira parcela do recurso, mesmo com o plano em preenchimento.

284 Considerando que a gente está falando de um recurso de calamidade pública, a gente
285 está tratando ele de forma mais célere. O município está recebendo mesmo antes de
286 concluir o preenchimento do plano de serviços do gestor e do conselho de assistência. As
287 ações realizadas que são essas que eu acabei de falar, abertura de processo, assinatura
288 dos prefeitos, contato com os prefeitos, elaboração de cartilha orientativa sobre os
289 benefícios eventuais em situação de calamidade e emergência e também sobre o serviço
290 de proteção social nas situações de calamidade pública. E a orientação para utilização
291 dos recursos para os municípios que começaram a receber já essa semana. No âmbito
292 das ações de apoio técnico e capacitação. Acho que muitos aqui já viram. A gente tem
293 divulgado bastante abertura dos cursos de capacitação desse ano e do ano que vem.
294 Foram contratadas mais de 40.000 vagas junto com a instituição que venceu a licitação.
295 É uma universidade do Paraná. Os cursos estão divididos ao longo desse ano e do ano
296 que vem. O primeiro curso já está acontecendo do Acessuas Trabalho. O segundo curso

297 já está com inscrições abertas, que é sobre serviço de Convivência e Fortalecimento de
298 Vínculos. A gente tem realizado uma divulgação intensa nas rádios, mídias sociais com
299 os municípios e os conselhos para que a gente consiga ter o máximo de trabalhadores do
300 Suas sendo capacitados nesses cursos. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Presidente,
301 esse curso, qual a quantidade de vagas disponíveis para trabalhadores da sociedade civil,
302 de entidades e de outras organizações? E como esse percentual de vagas, de
303 chamamento, chegou para essas entidades? **PRESIDENTE:** Vou pedir ajuda da equipe
304 se a gente tiver esse dado agora. Tem? Se não, a gente traz depois porque não sei falar
305 números. **GABRIELE, SEDESE:** Acho que é importante reforçar isso que a Juanita
306 coloca. Nesses cursos a gente tem vagas abertas, não só para a rede governamental,
307 mas para a rede de entidades também que ofertam o serviço. No caso de Serviço de
308 Convivência, essas vagas estão disponíveis. As vagas variam de acordo com o porte do
309 município. A Lívia está procurando a tabela de vagas. Isso foi repassado para as regionais
310 para orientar os municípios, mas a gente manda também para vocês esse percentual.
311 Como é um curso *on-line*, é um número muito amplo de vagas. Pela experiência do
312 primeiro curso, a gente não teve que negar vaga para muitos profissionais porque
313 realmente, a gente ampliou bastante, então a gente acredita que vai conseguir chegar aos
314 trabalhadores do Suas da rede governamental e não-governamental. Eu queria destacar
315 também que todos os cursos, a gente está abrindo vaga para o Conselho Estadual. Vocês,
316 Secretaria Executiva e conselheiros podem participar. E também estamos fazendo um
317 esforço para abrir vaga para os conselhos municipais também que participam do controle
318 social de todos esses serviços e programas que estão sendo ofertados a capacitação. O
319 quantitativo de vagas por município a gente manda para vocês a planilha correta. **MARIA**
320 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Na verdade, vou pedir à Sedese levantar a informação e trazer
321 aqui para todos, até porque eu lembro que quando eu estava em outra gestão nesse
322 colegiado, foi aprovado aqui um percentual de vagas para conselheiros de conselhos
323 municipais de assistência social e trabalhadores da rede privada da rede
324 socioassistencial. A gente precisa pensar de que forma que essa informação chegue à
325 rede privada para ela ter acesso à oportunidade. Porque muitas vezes é enviado para o
326 município e eu não sei se isso chega na rede. Eu falo pela minha rede, porque eu não tive
327 nenhuma informação de profissionais da rede APAE, que são 450 no estado, informando
328 nos nossos grupos de *WhatsApp* que estão participando desse curso. Exceto uma pessoa
329 com deficiência, o Douglas (trecho incompreensível) [00:43:11] que faz parte da nossa
330 diretoria, que participou de um curso da vigilância e fez contato comigo. Outros, não. Eu
331 gostaria de pedir à Sedese, que vocês são gestoras do CNEAS... Mandaram para os e-
332 *mails* das entidades a disponibilização de vagas? Porque eu vou multiplicar para a rede
333 APAE, mas nós temos muitas entidades no estado. Não sei como essa informação vai

334 chegar. **GABRIELE, SEDESE:** Deixa eu só... É importante ressaltar, o do Acessuas
335 Trabalho, não. Foi um outro público. O de Serviço de Convivência a gente tem uma
336 participação muito grande de entidades que ofertam, então isso foi. A gente mandou para
337 os *e-mails* do CNEAS, para os centros de convivências que estão cadastrados no
338 CadSuas. A gente mandou para o *e-mail* do órgão gestor as orientações, mas as
339 inscrições não fecharam ainda. Elas continuam abertas. A gente vai ampliar essa
340 divulgação e encaminhar para vocês. Acho que a gente consegue extrair também quem
341 já está inscrito, quem já se inscreveu e quem ainda não se inscreveu, inclusive para vocês
342 nos ajudarem a reforçar essa mobilização. O número de vagas é muito amplo. Para os
343 municípios de pequeno porte são cerca de 150 vagas no total para entidades. A gente
344 manda o quadrinho porque também eu vou falar todos por portes, não é? Coordenador de
345 centro de convivência; coordenador de Cras; Orientador social; Técnico de referência de
346 entidade; técnico-orientador do serviço. A gente ampliou bastante esse perfil das vagas
347 para abranger a rede socioassistencial inteira. **SANDRA, SINTIBREF:** Posso falar? Tem
348 alguém inscrito? **PRESIDENTE:** Quem? Vamos organizar. Só completar a prestação da
349 informação. A Lívia é a diretora também. E depois eu abro as inscrições. **LÍVIA, SEDESE:**
350 A minha diretoria está diretamente envolvida na oferta desses cursos. Só para esclarecer
351 que a gente, junto da Pólis, nós temos reuniões regulares para discutir e ver alternativas
352 para essa divulgação dos cursos para que ela seja, de fato, cada vez mais ampla. Para
353 esclarecer, a gente realmente encaminhou para o *mailing* das entidades dos conselhos
354 municipais e para os serviços. Conforme a Gabi falou, a gente tem um público que é o
355 prioritário. Vocês vão poder acompanhar pela planilha que vai ser encaminhada para
356 vocês terem esses números. Além disso, a gente está fazendo uma divulgação recorrente
357 nas redes sociais da Sedese, tanto do Blog do Suas – MG quanto na própria página da
358 Sedese. Todos que acessam esses canais de comunicação também têm acesso a essas
359 informações que estão atualizadas, a medida em que a gente vai preparando o próximo
360 curso. Uma outra questão importante é que, como é uma oferta ampla para todo o estado
361 e a gente sabe que nem todos acessam o *e-mail*, acessam as redes sociais, na medida
362 em que avançamos e vamos pensando em novas alternativas, a gente passou essa
363 comunicação através de um áudio para as rádios e também divulgação através da Rede
364 Minas. E a gente está trabalhando, intensificando essa mobilização para que todos
365 tenham acesso. Além disso, está previsto na contratação dessa Pólis Civitas – que é o
366 nome da faculdade – uma busca ativa aos municípios. Porque, conforme a Gabi falou, a
367 gente acompanha o processo de inscrição. Nós vamos atualizar as inscrições para o
368 segundo curso, hoje, inclusive. E a Pólis vai, a partir da próxima semana, fazer uma busca
369 intensiva, inclusive ela faz contatos telefônicos priorizando... Na próxima semana a gente
370 vai ter municípios que não fizeram nenhuma inscrição, principalmente vão ser o ponto

371 focal dessa busca com a busca ativa através até de contatos telefônicos que a Sedese
372 disponibiliza para que eles façam essa busca visando que todos os municípios possam
373 participar. Obrigada. **PRESIDENTE:** Inscrição: Kariny, Sandra, João Vitor e Juanita.
374 **KARINY, BEM ESTAR DO MENOR:** Bom dia. É só um esclarecimento que eu preciso ter.
375 É sobre o público-alvo. Quem é o público-alvo dessa capacitação? Eu não consegui ouvir.
376 São só trabalhadores, não é? Trabalhadores, conselheiros... **LÍVIA, SEDESE:** Cada
377 curso, de acordo com o tema, tem um público específico que é o nosso público que a
378 gente está designando como público prioritário. Não quer dizer que vai ser o único público
379 que nós vamos atender. Como exemplo, a Acessuas Trabalho, que a gente está
380 caminhando para o encerramento dele. O público prioritário são os municípios que que
381 pactuaram programa, mas temos profissionais do Suas que estão fazendo o curso, mas
382 que não são diretamente envolvidos com a execução do programa. Só para ficar claro.
383 Nesse curso do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que está em
384 andamento, vocês vão receber, mas eu vou falar aqui o nosso público prioritário: técnicos
385 de referência do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, técnicos de
386 referência de entidades, orientadores sociais, coordenador de Cras, coordenador de
387 centro de convivência, coordenador da proteção social básica. Dentre as outras vagas que
388 a gente prevê, encontram-se os outros técnicos do Cras, gestores, técnicos dos Creas, os
389 servidores do estado, tanto da central quanto das regionais, conselheiros estaduais e
390 conselheiros municipais. Conforme eu disse, de acordo com a temática do curso, a gente
391 faz esse planejamento de distribuição de vagas que é o ideal. O mundo ideal. Mas, a
392 divulgação é ampliada, são muitas vagas e outros atores do Suas – conselheiros,
393 trabalhadores e representantes de usuário, conforme prevê a Política de Educação
394 Permanente – podem se inscrever. **PRESIDENTE:** Obrigada, Lívia. É a Sandra. **SANDRA,**
395 **SINTIBREF:** Bom dia. Interessante essa discussão agora, quando a Juanita faz essa
396 pergunta, que a gente da sociedade civil fica bem preocupada, às vezes, de capacitações
397 como já ocorreram e que não chegam às entidades. Eu particularmente já divulguei, gente
398 – recebi em outras vezes – para o segmento da Frente de Defesa dos Direitos da Criança
399 e do Adolescente, do qual eu participo, 10 municípios já estão sabendo disso. A gente
400 está executando um projeto com 10 municípios de Belo Horizonte, com as entidades
401 locais. E eu já coloquei dessa forma ampla. Esse detalhamento que está solicitando aqui
402 de quantas vagas, para quem que destina, é muito interessante que até qualifica o informe.
403 Já tem uma semana, parece, que eu já divulguei na Frente de Defesa dos Direitos da
404 Criança e do Adolescente e esses municípios já estão sabendo e a gente falando. Esse
405 detalhamento, a gente vê que a Juanita coloca, o público-alvo que foi perguntado, é
406 interessante e que eu até qualifico. Tem chegado nas redes, mas a gente fica com essa
407 informação incompleta, digamos assim. Muito importante, reforçando o que a Juanita

408 falou, chegar para a rede socioassistencial que a gente sabe que está executando o
409 serviço lá na ponta. **PRESIDENTE:** Muito obrigada, Sandra, pelo registro. E reforçar que
410 nós aqui, enquanto conselheiros, também podemos divulgar amplamente. A gente tem
411 divulgado lá no grupo nosso, já divulgamos quando começou. Juanita. **MARIA JUANITA,**
412 **FEAPAES/MG:** Eu queria perguntar, não anotei o nome da diretora, desculpa. Com
413 relação à diretora da educação permanente, Gabi? **PRESIDENTE:** Livia e Gabriele.
414 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** É porque nós temos um grupo e o CEAS participa com
415 representante. Esse grupo já voltou a funcionar esse ano. Quem é o nosso representante
416 da sociedade civil, que faz parte desse grupo de educação permanente, que esse
417 conselheiro que faz parte desse grupo intersectorial de educação permanente é que deve,
418 nas discussões, pleitear e garantir vaga para a sociedade civil. Qual de nós está nesse
419 grupo? Você sabe me informar, Gabi? Quem? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
420 **CURVELO - SSVV:** Sou eu, a Iara. Acho que a Sandra.... **MARIA JUANITA,**
421 **FEAPAES/MG:** Você também? E já teve reunião esse ano para pactuação?
422 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** (trecho incompreensível) [00:53:36]. **MARIA**
423 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Ah, está. Obrigada. **PRESIDENTE:** João Vitor. **JOÃO,**
424 **CMAS/CAETÉ:** Só um feedback positivo para a Diretora Livia, Caeté já tinha recebido
425 esse informe no dia 11 de fevereiro, onde já passou para distribuição para fazer essas
426 capacitações. E aqui também, como Diretor de Comissão de Apoio, isso vai ser muito
427 importante para os conselhos, para os técnicos, capacitação é sempre importante. A
428 nossa sociedade está sempre evoluindo, sempre em constante mudança. Quanto mais
429 capacitação, o governo do estado, o CEAS conseguir passar para esses conselhos, muito
430 melhor. **PRESIDENTE:** Obrigada, João. Isac. Não? Desculpa. Quem pediu? Dona Maria.
431 **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Eu só tenho uma preocupação quando a coordenadora...
432 Nós tínhamos um problema muito sério em levar a divulgação. Sempre tivemos. Levar
433 divulgação para os Cras, para os Coras o que é assistência social. Por isso que foi
434 introduzido mais, porque são normas federais, essa capacitação, a educação permanente.
435 Por quê? Às vezes, em um Cras, vamos dizer um Cras, o usuário não tem a informação
436 necessária e o trabalhador, ou gestor, tem que saber passar uma informação. Isso é muito
437 questionado. A gente perde muito a divulgação do Suas, mas as vezes a própria pessoa
438 não sabe se informar para passar. É por isso que foi introduzido mais o curso de
439 capacitação e nós temos a educação permanente, mas optamos em reuniões: Cras,
440 Coras, que isso seja para todos sem essa exclusividade. Do mesmo jeito que o gestor
441 está ali capacitando, que nós também, unidos, juntos, passando trocas de ideias. Porque,
442 às vezes, o usuário sabe, o gestor fica ali na dúvida do que realmente o usuário precisa.
443 Essa capacitação e essa educação permanente é para todos. Nós não temos essa
444 separação. Foi pedido nosso, de usuários mesmo, que do mesmo que se capacite um,

445 que o outro também tenha essa necessidade. A necessidade de saber, do Suas, tem
446 qualidade. Não pode ser assim. E passou a dar certo, viu, gente? **PRESIDENTE:**
447 Obrigada, Dona Maria. Mais alguém? Daniel? Não. Podemos dar continuidade, pessoal?
448 Está acabando essa parte dos informes. Nas páginas seguintes tem um detalhamento
449 dessa agenda de qualificações com os números das atividades da educação permanente.
450 Em janeiro a gente contabilizou 1.738 participações nas ações de qualificação ofertadas.
451 Pode passar. É só para registro, mas o material está com vocês. Tivemos uma
452 videoconferência sobre orientações e alinhamento de fluxos referente ao protocolo de
453 atendimento aos municípios na situação de emergência e calamidades. Tivemos também
454 agenda permanente de apoio da diretoria de vigilância sobre operacionalização dos
455 sistemas do Suas. Produção de materiais, como já foi citado, a gente divulgou essa
456 semana – está no site da Sedese, no Blog Suas e direcionado especialmente aos
457 municípios que estão dentro do Programa Recupera Minas – sobre benefícios eventuais
458 no Suas, no contexto de calamidade e sobre o serviço de proteção social em situações de
459 calamidade e emergência também. Todo material está sendo divulgado nas nossas redes
460 e está nesse material de vocês. Acho que é isso. Não é? Deixa eu ver se tem alguma
461 informação que... Graziele. **GRAZIELE, CRP:** Foi apresentado que 209 municípios são
462 elegíveis para receber o recurso. Esse número vai aumentar ou está em avaliação ainda?
463 **PRESIDENTE:** Por enquanto a gente está trabalhando com esse número porque a gente
464 está trabalhando naquele recorte dos atingidos até 17 de janeiro. Não tem previsão de
465 aumentar ainda. O critério é o município atingido que fez o registro no sistema da defesa
466 civil e que teve o reconhecimento da defesa civil. Ok? **GRAZIELE, CRP:** Tiveram mais
467 municípios que fizeram o registro, mas que por dados ou informação não foram elegíveis?
468 **PRESIDENTE:** A gente está trabalhando com um recorte que a defesa civil enviou para a
469 Sedese, então como a gente não acesso a esse sistema, hoje eu não sei quantos ou quais
470 municípios podem ter entrado depois. A gente está trabalhando com o recorte porque o
471 recurso é limitado e os critérios foram postos no momento em que a gente aprovou a
472 partilha do recurso. Ok? Dona Arlete. **ARLETE, GRAAL:** Eu só queria registrar a
473 solicitação da liberação dessa lista dos municípios. Obrigada. **PRESIDENTE:** Ok. A gente
474 encaminha para o CEAS também para conhecimento. Obrigada. Os informes são esses.
475 Acho que agora a gente pode retomar o ponto de pauta da deliberação. Eu vou pedir para
476 a Secretaria Executiva pegar de onde a gente parou, ontem, só para registrar. Ontem a
477 gente conseguiu analisar, deliberar e preencher uma parte do questionário. Ficou faltando
478 uma outra parte. A equipe do FEAS está aqui também. Eu vou passar o microfone para a
479 Roberta. **ROBERTA, SEDESE:** Bom dia a todos. Tudo bem? Ontem nós fizemos a
480 apresentação do demonstrativo de prestação de contas federal. Passamos as três contas.
481 A gente ficou com um combinado aqui com vocês, que era só apresentar o número da

482 execução lá do IGDSuas e a gente já prossegue com o preenchimento dos formulários.
483 Gente, eu posso falar os valores para vocês? Acho que fica mais simples. O IGDSuas –
484 valor gasto R\$ 191.208,69. A gente ficou de trazer a descrição desse detalhamento da
485 despesa para vocês, comprovando o percentual do gasto com o CEAS, com o controle
486 social. E a despesa da Subas, despesas gerais da Subas, desse valor foi R\$ 159.221,10.
487 Ontem nós apresentamos os três demonstrativos sintéticos, onde nós falamos do
488 demonstrativo referente aos serviços e programas... Só vou resumir aqui para ficar
489 registrado. Nós repassamos o demonstrativo de 2020 referente aos serviços e programas.
490 Relatamos a execução financeira e explicamos a execução da despesa. Ficou registrado
491 que ninguém viu nenhum óbice em relação à apresentação. Nós também apresentamos
492 o demonstrativo do IGDPBF e IGDSuas. Ficamos com a pendência de explicar aqui o
493 detalhamento da despesa do IGDSuas. Preenchemos no sistema o demonstrativo dos
494 serviços e programas onde não teve nenhum... Todas as respostas foram positivas, foram
495 no sentido da aprovação. Foi finalizado, em conjunto no CEAS, a aprovação dos serviços
496 e programas. Hoje vamos finalizar o preenchimento dos demais demonstrativos referentes
497 ao recurso de 2020 do governo federal. Em relação ao IGDSuas, o detalhamento do gasto
498 das despesas da Subas dos R\$ 191.208,69, R\$ 159.221,10 foram referentes a despesas
499 gerais da Subas. Dentro desse valor temos... Gente, os R\$ 45 mil estão dentro das
500 despesas gerais da Subas, está? Que tem a compra/aquisição de computadores e
501 notebooks à época, e diárias de viagem. Está? No CEAS foi referente à degravação e teve
502 também um valor de conferência que foi pago nessa ação. O IGDPBF a gente já tinha
503 passado o detalhamento, então está certinho... **PRESIDENTE:** Considerando a
504 apresentação do demonstrativo do IGD do Programa Bolsa Família, a gente passa para a
505 resposta das perguntas do questionário que o CEAS tem que responder. 1ª Pergunta:
506 Todas as atividades executadas foram feitas nos termos da portaria que regulamentou o
507 IGD? Todos estão de acordo com a resposta 'sim'? 2ª Pergunta: Os recursos alocados na
508 gestão do Programa Bolsa Família foram utilizados nas finalidades para as quais foram
509 disponibilizados? Todos concordam com a resposta 'sim'? Mediante apresentação. Sim.
510 3ª Pergunta: Foram observadas na execução das atividades com os recursos do IGD do
511 Bolsa Família todos os princípios exigidos pela legislação aplicada à administração
512 pública? 4ª Pergunta: Segundo a avaliação do conselho, a gestão local desenvolve ações
513 adequadas para identificação, cadastramento de novas famílias, atualização e revisão de
514 dados contidos no Cadastro Único? De acordo? Sim. 5ª Pergunta: Segundo a avaliação
515 do conselho, o ente realiza uma adequada gestão das condicionalidades do Programa
516 Bolsa Família de forma intersetorial? As condicionalidades do Programa Bolsa Família
517 compreendem as atividades de registro de informação da frequência escolar, agenda de
518 saúde, sistematização e análise das informações. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Aquela

519 pergunta nº 5, eu gostaria de saber como que está sendo feito o trabalho do Bolsa Família
520 para respondermos aquela pergunta. Está sendo concluído? Está sendo feito no estado?
521 Como que está o Programa Bolsa Família? Que eu me lembro, no dia da nossa posse, eu
522 questioneei a respeito do programa que não estava sendo executado, então aquela
523 pergunta nem cabe. Nem cabe. **PRESIDENTE:** Eu vou passar para o Elder,
524 Superintendente da Proteção Básica, para esclarecer. Só lembrando um ponto: a gestão
525 do Bolsa, a parte que compete ao município e a parte que compete ao estado, as
526 atribuições são diferentes. Vou deixar o Elder detalhar. **ELDER, SEDESE:** Sobre Bolsa
527 Família, os municípios têm um programa que tem responsabilidades divididas entre
528 estado, municípios e o governo federal. Os municípios que têm que cadastrar as pessoas.
529 As pessoas vão aos Cras, se cadastram no CadÚnico e eles fazem a gesto do benefício.
530 Informam as pessoas se o benefício está bloqueado, ajuda a desbloquear, entre outras
531 ações. O que o estado faz, a gente treina, capacita os profissionais, trabalhadores do
532 município para que eles possam atender as pessoas adequadamente de acordo com as
533 legislações. Essa pergunta, especificamente, fala das condicionalidades do Bolsa. São as
534 condicionalidades na área da saúde, ou seja, todas as famílias do Bolsa têm que vacinar
535 as crianças, as mães têm que fazer pré-natal. E de educação que é manter as crianças
536 na escola. Os municípios têm a responsabilidade de acompanhar isso. E o estado, a gente
537 auxilia informando, orientando e ensinando mesmo os municípios como é que eles operam
538 esses sistemas, como é que eles lançam esses dados. Para isso, a gente tem uma
539 comissão, uma coordenação no município, foi isso que até você comentou daquela
540 primeira reunião. E ela tem membros da saúde, da educação e do estado, e a gente
541 discute e desenvolve algumas ações, reuniões para que essas condicionalidades sejam
542 cumpridas. Essa coordenação está em funcionamento. Ela funcionou em 2020, quando
543 eu ainda era diretor ainda, o ano passado também. Esse ano teve até uma demanda de
544 colocar uma pessoa do CEAS, essa pessoa foi até indicada e já está tramitando a
545 resolução para essa pessoa entrar. E é justamente isso que a gente faz. A gente faz um
546 monte de ações com os municípios, reuniões para explicar quais são as
547 condicionalidades, como é que atende as famílias e o principal: como é que ajuda essas
548 famílias para elas não serem prejudicadas por essas condicionalidades. A coordenação
549 está funcionando e os municípios têm recebido essas informações. **MARIA BAIÃO,**
550 **FMTSUAS-BH:** O CEAS é fiscalizador (áudio ruim) [01:14:47]. **ELDER, SEDESE:**
551 Exatamente. **ARLETE, GRAAL:** Me levantou aqui um pensamento e eu não sei se afeta
552 porque, na verdade, a gente só está consolidando aquilo que já foi feito que são
553 responsabilidades do pleito anterior. Não é isso? Mas, me levantou uma dúvida aqui muito
554 séria com relação a umas orientações com relação à vacina, porque o Bolsa Família está
555 ligado a um conjunto de responsabilidades da família, dentre elas, a vacina. E a gente vai

556 ter um imbróglio na frente porque existe uma orientação que vacina quem quiser. E se
557 essas crianças não forem vacinadas? A gente nem precisa responder isso aqui agora,
558 mas eventualmente nós vamos enfrentar esse problema. **PRESIDENTE:** Ok. Sandra.
559 **SANDRA, SINTIBREF:** Ainda na questão do IGD, o Philipe pediu uma orientação à
560 Juanita da Comissão de Orçamentos. É isso aí. A gente vai seguindo o que outros
561 conselheiros estavam, a gente pega continuidade da responsabilidade dos conselheiros
562 naquela discussão do gestor também. A gente dá sequência, mas eu fico pensando de a
563 gente ficar atento que foi para 2019-2020 – foram outros conselheiros – quando a gente
564 vai lá no IGD é como foi o percentual de execução que foi 38,49% a execução do que foi
565 programado de R\$ 490 mil foi realmente executado R\$ 191 mil. Quando você destrincha,
566 você vai lá para o fortalecimento do conselho também, então tem saldo e vai ser
567 reprogramado. Essa análise... E a gente sabe que teve a questão da pandemia, que
568 passou a não ser presencial, de repente não pôde estar fazendo curso, capacitações,
569 coisas aí que o IGD pode estar proporcionando, a gente ficar atento nisso porque quando
570 você vai lá no IGD, o resumo foi o seguinte: a execução foi de 38%. É uma execução baixa
571 e, com certeza, de repente tinha que vir, assim, talvez nessa gestão aqui, nesse conselho
572 a gente qualifica no sentido de fazer o seguinte: quais foram os motivos, a justificativa de
573 por que tão baixa execução que se tinha programado R\$ 493 mil e efetivamente gastou
574 R\$ 191 mil. É assim. Só nesse sentido de trazer mais, explicar, com certeza teve motivos,
575 têm justificativas para isso. Obrigada. **PRESIDENTE:** Importante a sua fala para registro.
576 A gente falou isso ontem e ano passado isso foi muito discutido. Em 2020, no início de
577 2020, a programação era de vários seminários de capacitação presencial do Cadastro
578 Único e do Bolsa Família, que já é rotina da Sedese fazer esses movimentos, esses
579 eventos de capacitação e apoio técnico. Em março de 2020, quando começou a
580 pandemia, todas as atividades foram suspensas. Em 2020 teve a baixa execução de
581 recurso porque não foram realizadas as atividades presenciais. As atividades virtuais não
582 demandaram custo porque foram realizadas pela equipe da Sedese na plataforma EAD –
583 Educação a Distância que é do estado. Em 2021 continuamos na pandemia, então
584 continuamos com as atividades virtuais, e em 2021 que a gente iniciou o processo de
585 contratação de instituição de ensino para fazer esses cursos que estão sendo ofertados
586 agora. Inclusive, eu já estou colocando para frente, tanto em 2020 quanto em 2021, esse
587 saldo até teve um aumento porque o gasto com capacitações presenciais não aconteceu.
588 E a contratação da instituição de ensino foi no segundo semestre de 2021 e os cursos
589 começaram agora nesse início de ano. Só colocando essa questão, porque isso vai
590 aparecer já no de 2021 também. Está? Mais alguém está inscrito? Juanita. **MARIA**
591 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Essa reflexão da Sandra faz a gente pensar e eu proponho
592 uma deliberação desse colegiado da seguinte forma... Porque, como a Sandra falou, nós

593 assumimos a responsabilidade de conselheiros desse conselho de um período que não
594 estávamos aqui. Isso é regramento e não tem como mudar. Quem analisou e quem
595 deliberou sobre a prestação de contas foram os que nos antecederam, significa que já
596 foram feitos todos os questionamentos, o órgão gestor já respondeu e atendeu a demanda
597 desse colegiado. Mas, eu gostaria de deliberar, de propor uma deliberação aqui que a
598 gestão, na prestação de contas de 2022 e 2023, que é o mandato que a gente está aqui,
599 no quarto trimestre já trouxesse essas perguntas do demonstrativo para que na aprovação
600 a gente já respondesse essas perguntas. Mesmo que o governo federal mude algumas, a
601 gente já deixa isso deliberado para quem nos suceder, posteriormente, não ficar nessa
602 situação dificultosa que estamos. A dificultosa é assim, para a gente votar sem saber –
603 igual a Baião está perguntando e está corretíssima de perguntar – e eu não vou fazer
604 pergunta porque é o processo mesmo, mas eu acho que a gente poderia acordar isso
605 aqui, 2022 e 2023, para que na prestação de contas do FEAS referente ao 2022... Quarto
606 trimestre, não é? Porque nós vamos estar aqui. E 2023 a gente aprova também até a parte
607 que nos compete, que é o terceiro trimestre. E a gente já responde essas perguntas para,
608 inclusive, para subsidiar os conselheiros que virão a ter mais segurança nesse processo.
609 Eu acho que assim fica bastante interessante. Eu não sei o que vocês acham, se a gestão
610 tem algum impedimento com relação a isso ou se a gente pode acordar. Eu acho que
611 assim fica bastante tranquilo. O que vocês acham, pessoal? Podemos? **PRESIDENTE:**
612 Ok, obrigada. A resposta dessa pergunta, os conselheiros estão de acordo com a
613 resposta, a partir das justificativas? Resposta 'sim' e pergunta de nº 6. Respondidas as
614 perguntas para registro, considerando as respostas positivas, o registro é de... Esse a
615 gente encerra agora. Considerando esse registro e essa apresentação, a gente considera
616 aprovado. Sim? Eu estou perguntando: podemos considerar aprovado mediante as
617 respostas apresentadas? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** (Trecho
618 incompreensível) [01:22:43]. **PRESIDENTE:** Registro de abstenção da Conselheira
619 Juanita, da Conselheira Maria Baião e da Conselheira Arlete. **MARIA JUANITA,**
620 **FEAPAES/MG:** Eu queria dar uma sugestão, Secretária. O regramento é assim: quem
621 aprova favorável, quem vota contrário e quem se abstém, porque fica registrado e fica
622 mais fácil de a gente conduzir. Eu gostaria de sugerir à Mesa Diretora que fosse conduzida
623 nesse formato assim. **PRESIDENTE:** Vou perguntar novamente: quem considera o
624 relatório demonstrativo aprovado, por favor. Registro, por favor, 15 conselheiros votaram
625 pela aprovação. Quem vota pela reprovação? Não temos manifestação contrária. Quem
626 se abstém? Registro de abstenção: Conselheira Juanita, Conselheira Kariny e
627 Conselheira Arlete. **SANDRA, SINTIBREF:** Já passou a votação. Nós próximos assim, a
628 gente pensar... Acontecia muito lá CNAS, aprova, mas com essas indicativas, com essas
629 ressalvas. No sentido de a gente não inviabilizar, por exemplo, todas essas justificativas

630 que você colocou e que são reais, quem aprova, mas no documento ser colocado essas
631 questões que a gente colocou e as justificativas. A gente sempre aprovava com a ressalva.
632 Ela tem que estar para ter evidência, para ter a transparência do porquê não está sendo
633 executado e a gente encaminhar (trecho incompreensível) [01:24:46]. **PRESIDENTE:** Eu
634 vou só refazer para ficar registrado para na hora do registro no formulário. Aprovação
635 mediante questionamentos, justificativas apresentadas pela não execução do recurso e
636 os saldos apresentados, e as justificativas do órgão gestor, ok? Pela não realização das
637 atividades presenciais em 2020 em função da pandemia. Ok. Registrado em ata e depois
638 a Secretaria Executiva tem que registrar no documento do Suasweb, ok? As opções são:
639 aprovação, reprovação. E tem o parecer e os comentários. Está vendo? Aprovação total.
640 Reprovação total e aprovação parcial. Esta plenária vota pela aprovação total com registro
641 dos questionamentos e justificativas feitas pela plenária, justificativas do órgão gestor,
642 considerando saldos em conta em função da não realização de atividades presenciais no
643 ano da pandemia. **SANDRA, SINTIBREF:** No sentido que justifica a baixa execução, não
644 é? 38... A baixa execução percentual do que foi programado. **PRESIDENTE:** Registrado.
645 Obrigada, Sandra. Próximo ponto do demonstrativo é sobre o recurso do IGDSuas. Daniel,
646 os demonstrativos ainda não terminaram. Eu estou falando que ainda tem mais um
647 demonstrativo para ser apresentado e apreciado. Só para esclarecer, pessoal, está
648 faltando a parte das perguntas que o conselho tem que responder sobre o IGDSuas. Foi
649 feita a apresentação. Foram tirados os esclarecimentos. Ficou faltando só a parte de
650 perguntas e respostas que o conselho tem que preencher no sistema. Sobre o
651 demonstrativo e a apresentação dos recursos IGDSuas. 1ª Pergunta: Foram observadas
652 na execução das atividades com IGDSuas todos os princípios pela legislação aplicada à
653 administração pública? O conselho deverá verificar se os princípios que regem a
654 administração pública foram respeitados na execução das despesas realizadas com
655 recurso destino à melhoria de gestão. Pergunto: podemos considerar como resposta 'sim',
656 mediante as apresentações que já foram feitas? Ok. Resposta sim. 2ª Pergunta: Os
657 recursos do IGDSuas foram executados respeitando a sua finalidade? O conselho deverá
658 avaliar se durante a execução o gestor cumpriu diretrizes dispostas nas Portarias nº
659 337/2011, nº 7/2012, bem como orientações do caderno do IGDSuas. Podemos
660 considerar a resposta 'sim'? Ok. Considerando as respostas positivas, o conselho delibera
661 pela aprovação total. Pergunto: os conselheiros aprovam o demonstrativo do IGDSuas
662 relativo a 2020? Quem aprova, levanta, por favor, se manifesta e levanta a plaquinha.
663 Registro. Pergunto: algum conselheiro se manifesta pela reprovação total? Algum
664 conselheiro se manifesta pela aprovação parcial? Conselheiros que se manifestam pela
665 abstenção? Conselheira Juanita, Conselheira Kariny e Conselheira Arlete. Encerrada a
666 discussão sobre os demonstrativos de recursos do governo federal relativos a 2020.

667 Podemos passar para o próximo ponto de pauta? Próximo ponto de pauta é uma
668 proposta... **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu peço desculpas ao colegiado, eu dormi
669 no ponto aqui. Apesar da pauta já ter sido aprovada, eu queria saber da Secretaria
670 Executiva se nós temos resposta das demandas que foram feitas com relação ao decreto,
671 ao Ministério Público, governador e Assembleia. **PRESIDENTE:** Juanita, só uma questão.
672 Temos um ponto de pauta que é sobre o decreto. Está registrado para 15h. Porque isso
673 foi discutido na Mesa Diretora. Só para adiantar, porque eu sei que você não estava na
674 Mesa Diretora. Esse assunto foi discutido na Mesa Diretora, a gente optou por colocar a
675 pauta na reunião porque a gente vai voltar nesse ponto, tanto sobre encaminhamento
676 quanto propostas. Ok, pessoal? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Obrigada, Presidente.
677 **PRESIDENTE:** Só para constar. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:**
678 É só mesmo para poder fazer um registro, antes de passar para o próximo ponto de pauta,
679 da necessidade de a gente fazer a análise dessas perguntas, antes mesmo da finalização
680 do mandato, como colocado pela Conselheira Juanita. E também fazer o registro da
681 necessidade da criação da comissão de acompanhamento, como também foi colocado
682 pela Conselheira Juanita na plenária do mês de dezembro. Acho importante a gente fazer
683 esse registro de acompanhamento da matéria que foi tratada. Obrigado. **PRESIDENTE:**
684 De acordo, Lucas. Inclusive isso foi discutido na plenária de dezembro, que a gente tinha
685 que retomar esse grupo de acompanhamento. Próximo ponto de pauta é uma
686 apresentação da Sedese sobre proposta de atualização do valor do Piso Mineiro para
687 2022. Eu vou apresentar bem rapidamente, porque só tem um *slide*. E contar um pouco
688 do histórico que já foi discutido também, nesse conselho, no ano passado quando fizemos
689 a discussão da proposta de Lei Orçamentária para 2022. O Piso Mineiro Fixo é o recurso
690 de cofinanciamento do estado para os municípios. Hoje, esse piso vem regulamentado
691 em uma resolução da Sedese de 2010. Esse valor, desde a resolução de 2010, é
692 calculado pela quantidade de famílias do Cadastro Único em agosto de 2010, e o valor de
693 R\$ 2,20 por família, sendo que nenhum município recebe parcela mensal inferior a
694 R\$ 2.000,00. Considerando já, desde 2021 a gente fez uma proposta de atualização dessa
695 base de cálculo para aumentar o valor, por família do Cadastro Único, e atualizar a base
696 do Cadastro Único que é feita para o cálculo desse valor. Como nós fizemos isso em 2021,
697 porque isso tinha que ser apresentado na proposta orçamentária de 2022 – o orçamento
698 sempre é feito de um ano para o outro. Quando nós fizemos essa proposta, a base do
699 Cadastro Único que tínhamos era de maio de 2021, por isso que foi utilizada essa base.
700 O valor de cálculo proposto foi o valor de R\$ 2,40 por família do Cadastro Único. Esse
701 valor visa equiparar ao valor que o governo federal também paga no cofinanciamento do
702 recurso do governo federal. Nós apresentamos essa proposta para a Seplag. E na nossa
703 LOA de 2022, o valor que foi aprovado como valor a maior, foi equivalente a 8 meses de

704 Piso Mineiro Fixo. Nós não tivemos atendimento ao nosso pleito de forma integral. Não
705 podemos começar a executar isso a partir de janeiro, mas o valor foi suficiente para a
706 gente atualizar esse valor a partir de maio. Nós levamos isso para a CIB. Isso foi pactuado
707 na CIB. E, para abertura dos planos de serviços de 2022, esse valor novo já vai ser
708 apresentado já no Plano de Serviços para os municípios. E o valor vai permanecer. Isso
709 não é um recurso extraordinário, porque tivemos em 2021... 2020 tivemos recursos
710 extraordinários do piso, mas esse não é um recurso extraordinário, então atualização da
711 base de cálculo que passa a valer a partir desse ano de 2022. Essa é a proposta que eu
712 trago aqui hoje, melhoria e ampliação do cofinanciamento do estado para os municípios a
713 partir de maio de 2022. Está aberta a discussão. Juanita. **MARIA JUANITA,**
714 **FEAPAES/MG:** Que bom que temos uma luz no fim do túnel depois de vários anos. Mas,
715 a gente precisa refletir muito sobre essa proposta, e pensar em possibilidades. Sei da
716 dificuldade da gestão de fazer esse processo. Já vivi isso muitos anos, só que a gente tem
717 alguns cenários que a gente precisa visitar, refletir, antes de tomar a decisão. Primeiro
718 deles: nós temos deliberação de conferência para aumento do Piso Mineiro de R\$ 2,20
719 para R\$ 3,00, se eu não me engano. Eu estava nessa comissão de monitoramento das
720 deliberações de conferência. Se eu não me engano, eu tenho esse documento e a minha
721 cabeça é um pouco ruim, mas se eu não me engano era isso a deliberação da conferência.
722 Eu vou pedir à Secretaria Executiva para visitar as deliberações da conferência. Na
723 época, a Rosa era a nossa técnica de apoio na comissão de monitoramento de
724 conferência. A deliberação de conferência era aumentar o piso de R\$ 2,20 para R\$ 3,00.
725 Esse é o nosso foco porque temos que dar resposta à sociedade. A gente está aqui para
726 isso. Em 2020, a Assembleia Legislativa aprovou emenda já há dois anos consecutivos
727 para aumentar o piso. Essa emenda que foi aprovada pela Assembleia Legislativa, no
728 valor de R\$ 17 milhões, eu era porta-voz do CEAS nessa negociação junto ao gabinete
729 do André Quintão. Foi aprovada essa proposta desde 2019, 2020. Foi aprovado esse
730 acréscimo no Piso Mineiro para atender a deliberação da conferência para chegar até
731 R\$ 3,00. Eu estou vendo que não foi executado ainda, esses anos, essa emenda
732 parlamentar da Assembleia desse acréscimo. Se não me falha a memória, era de R\$ 17
733 milhões o pleito que esse CEAS fez. Eu era coordenadora da comissão de orçamento. Eu
734 que ia à Assembleia fazer a defesa e a gente entrava em um processo de negociação lá
735 no gabinete com a comissão de orçamento da Assembleia e a gente conseguiu aprovar
736 por dois anos esse pleito. Nós tivemos e a gente sabe que pela experiência do piso,
737 porque o piso foi instituído em 2010, fruto de emenda parlamentar do Deputado André
738 Quintão. Na época a gente conseguiu garantir na secretaria e no governo manter essa
739 emenda como orçamento fixo para repasse, que não seria só um ano. Foi a vitória, na
740 época, que foi tida e conseguimos negociar isso no governo para que essa emenda fosse

741 incorporada no orçamento que era o único financiamento existente à época. A ideia do
742 CEAS era também usar essa estratégia, na época de garantir lá na Assembleia, esse
743 acréscimo de R\$ 17 milhões para que o governo fizesse essa luta para manter esse
744 aumento de R\$ 3,00. Eu estou vendo que não foi executado. E na minha análise, que
745 recebi de prestação de contas, esse é um questionamento, inclusive que eu vi que o piso
746 continua R\$ 2,20. a gente tem esse imbróglio aqui. Eu penso que nós temos que discutir
747 com o governo para garantir esse acréscimo de R\$ 3,00 por família beneficiada. Eu sei
748 que é só uma luta, mas o CEAS não pode desistir de lutar porque eu não sei quanto é o
749 repasse do governo federal, mas a gente tem uma deliberação de conferência aqui. Eu
750 não sei como a gente faz com isso. Eu estou trazendo essa reflexão por eu já ter estado
751 nesse conselho nesse período e por eu ter essas memórias ainda, para trazer essa
752 reflexão aqui. Obrigada. **PRESIDENTE:** Só complementar o que a Juanita está colocando.
753 O que a gente tem de registro é que esses pleitos foram feitos na Assembleia na época
754 da elaboração do orçamento, nas audiências públicas de participação popular e vieram
755 das comissões de participação popular para o governo como pleitos. No entanto, e
756 voltando um pouco até naquele assunto que a gente discutiu ontem, esses pleitos não se
757 concretizaram na liberação de orçamento financeiro para o FEAS. A gente tem
758 conhecimento que foram feitos os requerimentos por deputados, pela comissão, mas para
759 a gente executar, de fato, a gente não recebeu nem o orçamento e nem o financeiro, por
760 isso que não aconteceu nos anos anteriores. Ano passado, quando a gente apresentou o
761 pleito para a Seplag, nós apresentamos cenários de ampliação de valores para o FEAS.
762 Tinha cenário de acréscimo para R\$ 3,00, considerando que já era uma demanda que
763 existia de ano anterior. Só que a resposta que veio do governo foi a impossibilidade de
764 disponibilizar todo esse valor para esse ano. E o governo se comprometeu a iniciar essa
765 ampliação a partir desse ano. E que essa ampliação, atualização, não se perca e não fique
766 como ficou mais de 10 anos sem qualquer atualização porque a gente está falando tanto
767 da atualização do valor, como uma atualização da base de cálculo. A gente tem, sim, que
768 manter os pleitos todos os anos e eu falo como compromisso nosso, aqui, da Sedese, que
769 a gente tem feito, assim como a gente fez o ano passado. Foi uma discussão intensa no
770 nível interno do governo para a gente conseguir apresentar esses pleitos e a gente
771 conseguir ter essa elevação, vamos dizer assim, das nossas cotas orçamentárias e
772 financeiras. A gente tem que continuar para os próximos anos nessa atualização. Abertura
773 de inscrições: Elder, Gabriele, Juanita. **GABRIELE, SEDESE:** Pedi ao Elder para me
774 inscrever porque a Mariana estava de costas. É muito importante essa reflexão. Eu trouxe
775 aqui a deliberação da 14ª Conferência, do ano passado, a primeira deliberação aprovada
776 pela Resolução do CEAS nº 749/2021. A primeira deliberação para o eixo de
777 financiamento é: “Garantir recursos de cofinanciamento do FEAS aos municípios de forma

778 regular, principalmente Piso Mineiro, repassando aos Fundos Municipais os valores
779 atrasados e aplicar aumentos e reajustes periódicos, anuais e sistemáticos que
780 considerem a base do CadÚnico dos municípios, a fim de que se efetive a gestão,
781 qualidade, manutenção, execução e aprimoramento do Suas, considerando a
782 complexidade, porte, diagnóstico, indicadores e demandas dos municípios, objetivando o
783 atendimento e a garantia dos direitos dos usuários.” Só para dizer que essa proposta está
784 respaldada nessa deliberação de conferência e a ideia é que a gente consiga. A gente
785 passou 10 anos com o mesmo valor de Piso Mineiro. A ideia que a gente conseguiu esse
786 pleito a gora na Fazenda, na Seplag, enfim, é que a gente faça a partir de então pleitos
787 para esse aumento periódico, regular, ao longo do tempo para que a gente consiga um
788 aporte maior para o FEAS. Ela está respaldada na deliberação da conferência do ano
789 passado. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** A nossa conferência tem que prevalecer. Não
790 importa o governo, nós temos que cobrar. É muito triste, eu penso assim. Nosso grupo
791 tem que votar a favor do aumento, sim. Não é de hoje que a gente pede. Eu acompanhei
792 com a Juanita fala da questão da... Eu estive lá. Porque é um anseio muito grande que a
793 gente tem, porque esse valor é uma miséria. É uma vergonha a gente chegar para um
794 usuário e falar: “Você está recebendo tanto.” Isso não existe mais. Nós temos que lutar
795 mesmo. Mas, infelizmente, no cenário político que o Brasil e o estado de Minas Gerais
796 está passando, isso vai continuar no papel. Infelizmente, gente. **MARIA JUANITA,**
797 **FEAPAES/MG:** Obrigada, Gabriele, pela informação. Na época, a Gabriele era
798 conselheira também junto comigo. E esse valor, quem fez foi a própria secretaria de
799 vigilância, de R\$ 17 milhões para subsidiar o CEAS na propositura da emenda, para
800 cumprir a deliberação de conferência. Sair do valor do piso de R\$ 2,20 por família
801 cadastrada no CadÚnico para R\$ 3,00, seria aumentar o orçamento da assistência com
802 referência ao piso para qual valor? Por isso que o pleito foi R\$ 17 milhões por acréscimo
803 do piso. E eu estou vendo aqui na LOA de 2022 que está o valor dos R\$ 17 milhões
804 mesmo. Por que ficou diferente? Por que esse valor de R\$ 17 milhões dava para chegar
805 a R\$ 3,00 por família, na época, para atender os 12 meses. E agora está dando para
806 chegar 8 meses a R\$ 2,40. Teve algum problema, Gabriele? **GABRIELE, SEDESE:**
807 (Trecho incompreensível) [01:49:09]. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** É porque subiu o
808 número de família cadastrada? **PRESIDENTE:** Sim. É isso que eu ia falar. A gente está
809 trabalhando com atualização da base do Cadastro Único e do valor. **MARIA JUANITA,**
810 **FEAPAES/MG:** O valor de R\$ 17 milhão agora não dá para cumprir o valor de R\$ 3,00
811 por família. A gente tem que chegar a deliberação da conferência esse valor? Porque essa
812 deliberação de conferência que a Gabriele citou é do ano passado, que eu nem participei.
813 Nós temos deliberações de conferência que esse CEAS monitora – não sei ainda quem
814 faz parte da Comissão de Monitoramento de Conferência – que tem esse pleito que ainda

815 nem tinha sido cumprido. A gente não pode achar que a deliberação da conferência do
816 ano passado está sendo cumprida com relação a continuado, planejado, sendo que a
817 outra não foi. A gente precisa refletir, esse colegiado, sobre isso. A Baião falou: “Aumento
818 é importante”. É. Mas o que conduz a nossa discussão aqui é o que é apresentado lá na
819 conferência. Eu sei que as conquistas são devagar, processadas. Eu não estou falando
820 da não conquista. Eu já comecei a minha fala falando da conquista, da importância de
821 aumentar o orçamento com relação a isso. Nós estamos aqui representando um coletivo
822 que estava na conferência em anos passados. A gente não pode deixar de trazer essa
823 decisão do coletivo que foi feito lá. Não lembro em que ano, mas eu estava na Comissão
824 de Monitoramento de Deliberação da Conferência. Eu tenho certeza de que existe essa
825 deliberação. **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Eu ia colocar isso, que parecia que tratava de
826 conferências diferentes. Juanita, é muito bom ter sua memória aqui para trazer essas
827 questões para a gente. Não sei se vai adiantar, porque vocês acabaram trazendo outros
828 pontos. Eu queria saber o seguinte: como que a gente poderia criar estratégias dentro do
829 CEAS para tentar ampliação desse recurso. Mas, agora, parece que a gente chegou a um
830 ponto que alcançou a meta que estava prevista. Mas, de qualquer forma, fica para eu
831 entender como que seriam essas estratégias políticas porque na minha pequena trajetória
832 aqui no CEAS, eu tive apenas momento virtual, então a gente não teve, por exemplo,
833 diálogos tão próximos como parece que aconteceu em outras situações aqui junto com a
834 Assembleia e outras instituições tão importantes para conseguir avançar nessas questões
835 que envolvem a Política de Assistência Social dentro do estado de Minas Gerais. Não sei
836 se fui clara. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Como a pergunta foi para mim, eu já estive
837 no lugar da secretária atual, da subsecretária atual, então, na minha época era muito
838 complicado isso, como deve ser hoje. Por exemplo, na reunião da CIB, aqui, era muito
839 tensa, muito calorosa e eu sempre fui muito articulada. Quando eu via que o governo, na
840 época, ia perder, eu imediatamente parava a reunião e ia no governo buscar uma
841 estratégia para dar resposta à discussão de todos os membros que estavam lá. Era uma
842 estratégia pessoal minha, na época, como subsecretária. E como eu tinha muito acesso
843 ao governo, nesse sentido eu conseguia fazer essa articulação. É claro que eu não
844 conseguia tudo, mas eu dava resposta imediata. Isso é uma coisa. A outra questão, o que
845 a gente pode fazer na próxima reunião de orçamento seria continuar com essa nossa
846 pauta na Assembleia, em termos de aumentar o orçamento. A Sedese vai nos apresentar
847 para chegar em R\$ 3,00, qual valor que precisa. Porque sempre quando é época de o
848 orçamento ir para a Assembleia, o CEAS se reúne para falar quais que são as prioridades
849 desse conselho para realizar as articulações lá. Geralmente, a gente usa o gabinete do
850 André Quintão e faz essas articulações, e leva o valor porque é a Sedese que nos passa
851 a necessidade. Porque eu sei que há interesse da subsecretária também fazer esse

852 acréscimo. Quem não quer aumentar o recurso da assistência, não é? Só que mexer com
853 recurso é sempre uma luta de poder e de força, mas era isso que eu fazia na época.
854 **ELDER, SEDESE:** Começando pelo que a Juanita já falou, concordo plenamente, esse é
855 o interesse da Subas também, aumentar sempre os recursos da assistência social, da
856 sociedade civil. Acho que é consenso entre todos. Só esclarecendo que a base de dados
857 do CadÚnico teve um aumento expressivo nos últimos anos. Para vocês terem uma ideia,
858 em 2020 a gente tinha 984.000 famílias em extrema pobreza em Minas. Já, no ano
859 seguinte, esse número era de 1.080.000 que foi aumentado devido a tudo isso que a gente
860 vivendo, desmonte de vários serviços que estão acontecendo. População de rua
861 aumentando muito. Isso é nítido, qualquer pessoa consegue ver isso. Municípios
862 pequenos, hoje, já tem população em situação de rua. O valor subiu tanto ao ponto de
863 não ser possível pagar os R\$ 3,00. Por isso que ficou sendo R\$ 2,40. Só respondendo a
864 sua pergunta, houve, sim, um aumento extremamente expressivo da base do CadÚnico
865 que fez com que os R\$ 17 milhões que foram calculados naquela época para o pagamento
866 de R\$ 3,00 por pessoa não fossem mais suficientes para manter esse valor.
867 **PRESIDENTE:** Obrigada, Elder. Eu ia esclarecer isso. Dona Arlete. **ARLETE, GRAAL:**
868 Eu só quero registrar, para que acompanhem as nossas reflexões hoje e futuras, a
869 demanda que é atender a necessidade do Suas. Faz um planejamento, uma previsão,
870 como a gente ontem foi tão assim... Capacitada nesse sentido de pensar orçamento, que
871 essa é uma luta do CEAS e que essa luta tem que ser incentivada nos municípios para
872 que as reivindicações cheguem até a Sedese, que a fila da pobreza tem aumentado com
873 uma celeridade, que as políticas que são pensadas quando, por ventura, alguma é
874 atendida, já não atende mais a demanda daquele momento. Nesse sentido, é claro que a
875 gente quer que aumente, mas nos entristece o aumento da pobreza. E sabemos também
876 que esse aumento não vai resolver, claro. Ele chega amenizando algumas situações, mas
877 desafiando a Sedese a buscar formas céleres e funcionais para que essa situação possa
878 mudar. Tanto é – e me parece que não só nessa última conferência, mas em outras
879 anteriores – que a gente vem lutando para que se tenha um percentual que não seja assim:
880 depois que tira de tudo, o que sobrar vem para isso. E essa luta precisa, ela está pautada
881 tanto no governo, como ela já existe há tempos na sociedade civil. Esse resultado que o
882 Elder nos apresentou do número, se fizer um levantamento daqui dois meses, todo mundo
883 aqui vai ficar estarecido. Essa é uma demanda do estado de Minas Gerais, do Brasil.
884 **PRESIDENTE:** Só continuar um esclarecimento, pessoal. Para ficar claro. Para esse ano,
885 o acréscimo na LOA é de R\$ 18 milhões. Esses R\$ 18 milhões, a gente consegue reajustar
886 o piso a partir de maio nesses critérios que a gente colocou. Para 2023, obviamente, o
887 valor permanece. É o que a gente está falando, esse valor vai passar a ser praticado esse
888 ano, a partir de maio, e 2023 para os 12 meses. Para 2023, o valor para o FEAS será

889 maior ainda porque a gente vai continuar cumprindo o compromisso nos 12 meses. O que,
890 obviamente, a gente tem que continuar pleiteando junto a Secretaria de Planejamento –
891 às comissões de finanças e orçamento do estado – é que esse aumento seja maior ainda
892 para 2023, 2024, que ele seja progressivo de acordo, tanto com a base do Cadastro Único,
893 a gente não pode deixar de trabalhar com a base e nem trabalhar com esse valor *per*
894 *capita*. Só para esclarecer e colocar que na LOA do ano que vem o valor já vem para os
895 12 meses com isso garantido e a gente continua tentando ter um acréscimo ainda maior.
896 Ok? Quem está inscrito? Lucas e depois Roberta. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
897 **CURVELO - SSVP:** Me chama a atenção também, para além da atualização do valor de
898 R\$ 2,20 para R\$ 2,40 é a manutenção do valor mínimo de recebimento do município. Eu
899 acredito que seja oportuno também fazer a atualização desse valor mínimo do município
900 receber. Eu acredito que seja oportuno, pensando na porcentagem que foi aplicada para
901 atualização desse valor de R\$ 2,20 para R\$ 2,40, ele também ser aplicado para esse valor
902 de R\$ 2.000,00. Já que o índice foi de 9,09% de aumento nesse valor *per capita*, eu
903 acredito que a gente pode tentar fazer essa atualização do valor mínimo também 9,09%,
904 que daria um total de R\$ 2.181,80. O valor é muito ínfimo? Sim, é muito ínfimo, mas, de
905 certo modo, pode desafogar os municípios nessa percepção. Não posso deixar de falar
906 das demandas que foram trazidas pelas conferências regionais. Vou citar nominalmente
907 porque, graças a Deus, eu tive a oportunidade de participar de todas as conferências
908 regionais do ano passado. Você tem Araçuaí, Curvelo, São João del Rei, Juiz de Fora,
909 Montes Claros, Salinas, Poços de Caldas, Ituiutaba, Uberaba, Uberlândia e Governador
910 Valadares que destacaram a necessidade da ampliação desse valor do Piso Mineiro. E
911 vou dar um destaque ainda maior para Salinas e Poços de Caldas. Salinas, terra da nossa
912 Conselheira Gabi, que destacam a necessidade desse recurso ser anual, com reajuste
913 anual, com critério de equidade definido e principalmente levando em conta os custos dos
914 serviços socioassistenciais para subsidiar a definição de parâmetros de cofinanciamento.
915 Eu acho que isso é muito importante nós levarmos em consideração, não só a deliberação
916 que foi consolidada na conferência estadual, mas como também aquilo que foi
917 consolidado nas conferências regionais. É de gente que está mesmo na ponta. Não estou
918 dizendo que da conferência estadual não esteja, mas essa quantidade das 22 regionais,
919 essa quantidade de regional trazer a necessidade desse valor ser atualizado, de ser
920 contínuo, de ser regular para que consiga programar as Suas atividades no município.
921 Isso precisa ficar registrado. E já peço para fazer inscrição quando a gente tratar da
922 resolução que eu também tenho sugestão de texto para também atender essa realidade
923 dessas demandas das conferências regionais. Obrigado. **ROBERTA, SEDESE:** Eu queria
924 só trazer uma informação aqui, porque acho muito relevante essa... Nunca houve
925 atualização da base de dados do piso, em nenhum momento histórico desde a

926 implantação do piso. A base de dados utilizada é de agosto de 2010, e a gente tem que
927 entender que a realidade, o contexto dos municípios mudou muito nessa década. Nessa
928 mais de uma década. Eu queria trazer um número aqui que eu acho que o grande impacto
929 deste valor foi justamente a atualização necessária, e que entendo prioritária, dessa base
930 de dados que se a gente mantivesse R\$ 2,20 por família e só atualizasse a base de dados,
931 o impacto seria de R\$ 21.241.992,00 por ano. A gente passaria de um valor anual de
932 R\$ 54.045.693,60, que é o valor anual do piso hoje, para R\$ 75.287.685,60. Essa
933 informação é utilizando a base de dados de maio de 2021, que é a base de dados mais
934 atualizada quando a gente elaborou o orçamento base zero, fez o planejamento e os
935 cenários para apresentação para o governo, para a gente conseguir previamente uma
936 autorização, uma liberação... Uma sinalização positiva de incremento do valor para que a
937 gente pudesse caminhar de acordo com o que estava sendo pleiteado, de acordo com a
938 necessidade. Essa atualização da base de dados do piso é um valor enorme. Neste
939 primeiro ano de atualização, de mudança do valor que isso não muda desde 2010. É uma
940 conquista de todos nós aqui, trazer essa atualização, além da atualização da base de
941 dados, a gente conseguiu falar: “Olha, se o valor só de atualizar a base de dados era
942 superior ao valor estimado anteriormente, porque esse valor tão grande?” O Elder já
943 explicou aqui a mudança desse contexto. Se tem esse valor tão grande e essa mudança
944 tão grande, a gente ainda conseguiu aumentar para R\$ 2,40. A gente não teve autorização
945 para passar para os R\$ 3,00 porque também não fazia sentido passar para R\$ 3,00 e
946 manter uma base de dados. Porque uma vez que os municípios precisam receber de
947 acordo com o número de famílias. Se um município tinha 100 famílias cadastradas no
948 CadÚnico lá atrás, e agora tem 3.000 famílias porque a Política de Assistência Social foi
949 fortalecida nesse período, o município precisa receber de acordo com o número de
950 famílias cadastradas. Eu acho que a gente tem que destacar também essa questão,
951 corroborando com isso que o Lucas falou também da atualização da base de dados, e eu
952 queria trazer essa informação financeira para vocês do valor do impacto financeiro
953 exclusivo só da atualização da base de dados. Como a Mariana disse, se esse ano
954 conseguirmos os R\$ 18 milhões, nós também conseguimos uma autorização e um
955 compromisso, de longo prazo, do governo para esse ano são R\$ 8.000 mil, mas pactuando
956 isso para o próximo ano já está automaticamente aprovado os 12 meses. Isso também é
957 uma conquista, que para o ano que vem seriam R\$ 9.500 milhões a mais. Essa atualização
958 do piso, nessa proposta que está sendo apresentada, ela representa um impacto de
959 R\$ 27.679.567,20 em relação aos anos para frente. **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:**
960 Conselho é expressão do coletivo. O coletivo, que estou aqui lembrando, é Conferência
961 Estadual. A Secretaria Executiva trouxe aqui – a minha cabeça não está tão ruim assim.
962 Essa deliberação, Gabriele, é da 12ª conferência de assistência social que aconteceu em

963 2017. No Eixo 1, a proteção social não contributiva, a deliberação é a 11. Eu vou ler:
964 “Ampliar o valor do Piso Mineiro de Assistência Social de R\$ 2,20 para R\$ 3,00 por pessoa
965 cadastrada no Cadastro Único”. Aqui não fala base de dados, isso é uma questão mais
966 de gestão. E aqui, lembrando que a gente faz política com recurso que a gente tem. Isso
967 está correto na fala da conselheira, mas esse Conselho não pode esquecer das
968 deliberações da conferência. Nós estamos tendo um acréscimo de R\$ 0,20 em família
969 cadastrada. O acréscimo, de acordo com a gestão, é pequeno pelo número de famílias
970 que entraram na condição de pobreza. Nós estamos em um processo de desigualdade
971 social e a gente sabe que a desigualdade social também acontece por políticas públicas
972 que são incapazes de minimizar ou combater essa desigualdade. A gente tem que ficar
973 muito atento no colegiado, aqui nesse Conselho, porque é o espaço para isso. A gente
974 tem ainda muito para andar. Eu não estou aqui... Já comecei a minha fala falando avanço.
975 Na época foi o que tinha acontecido. Na época não tinha financiamento direto. Não tinha
976 piso. A base de cálculo foi porque aproveitou da emenda, na época, da comissão de
977 participação popular. Mas, aqui, a minha defesa é garantir o cumprimento da deliberação
978 porque na próxima conferência, na prestação de contas desse colegiado, a gente tem que
979 dar resposta a esse coletivo, a essa sociedade. Qual o trabalho que esse CEAS fez para
980 fiscalizar e poder implementar as deliberações da conferência? Lá na próxima conferência
981 a gente vai ter que prestar conta para essa sociedade que a gente conseguiu, de 2017 até
982 aqui, um acréscimo de R\$ 0,20 por família cadastrada, considerando o montante das
983 famílias. Era isso que eu gostaria de deixar registrado aqui. E para esse ano, a gente tem
984 que voltar na Assembleia. E quando a gente está em uma luta de orçamento, como já fui
985 gestora e sei, se a gente tem uma emenda que não é executada, a gente vai ficando com
986 tendência mais difícil de conseguir o debate da emenda. A discussão de poder é muito
987 grande nesses espaços de orçamento público, então a gente teve dois anos com essa
988 emenda que foi conseguida lá na Assembleia e a gente vai tentar de novo. É o que a gente
989 pode fazer. Obrigada. **LUDSON, CRESS:** Bom dia. Primeiro, desculpa pelo atraso, eu tive
990 muito problema para chegar aqui por conta de um engarrafamento e acabei pegando três
991 conduções. Eu tenho acompanhado as discussões acerca da atualização do piso, em
992 primeiro lugar reconhecer que é, sim, uma conquista. Esse caso o esforço da gestão ainda
993 que se apenas R\$ 0,20. É muito longe do necessário, mas também reconhecer que é uma
994 conquista e fazendo coro também com a Conselheira Juanita e com outros colegas que
995 me antecederam, também dizer que a gente precisa, sim, lutar por aquilo que está
996 determinado na conferência. E acho que essa estratégia de ir à Assembleia fazer o pleito
997 das emendas é, de fato, fundamental. Eu queria chamar atenção, primeiro, só uma
998 pergunta: o piso foi instituído em 2010? Em 2010, não sei exatamente qual o mês, mas só
999 fazer alguns registros. Em primeiro lugar, a gente está pensando em evoluir para R\$ 3,00.

1000 Nós precisamos entender que desde o início R\$ 2,20 já era muito pouco. Já era um valor
1001 irrisório. Se você for pegar nos municípios, fazendo um cálculo... Aliás, pegando algumas
1002 realidades que eu conheço, os valores do estado em relação ao que o próprio município
1003 investe, em relação ao que o governo federal investe, em muitas situações são irrisórios.
1004 2%, 7%, 15%, quando muito é a composição da participação do estado nos fundos
1005 municipais de assistência social. As cidades, que tem condição de investir um pouco mais,
1006 fazem essa proporção cair de maneira ainda mais forte. A gente já começa com uma base
1007 que já não era muito adequada. Já era muito distante da necessidade da época. Para
1008 além disso, durante todo esse período, a gente teve muita inflação. Os R\$ 2,20 daquela
1009 época, com certeza absoluta valem mais do que os R\$ 2,40 e, inclusive, vale mais do que
1010 os R\$ 3,00 que a conferência pleiteou. Se a gente pega uma ferramenta, eu fiz os
1011 lançamentos aqui rapidinho – não são precisos porque eu não sei o mês que o piso foi
1012 instituído – mas tem uma ferramenta do Banco Central que calcula o impacto inflacionário
1013 em cima de uma base de valor e você pode selecionar vários índices. Pegando o IPCA
1014 que é o índice geral de inflação, se a gente fosse corrigir o piso, corrigir pela inflação, a
1015 gente deveria ter, pelo menos, R\$ 4,46 tomando como base que o piso foi instituído em
1016 1º de janeiro de 2010, sendo que não foi. Eu não sei exatamente o mês, entre R\$ 4,46 e
1017 R\$ 4,40 a gente pode colocar, seria uma reposição das perdas inflacionárias de uma base
1018 que já não é suficiente. Eu penso que, nós, enquanto CEAS, e o governo dentro dessa
1019 perspectiva de avanço que está sendo traçada, precisa pensar em chegar aos R\$ 3,00,
1020 mas também em repor o poder de compra do piso de 2010, que já não era grande coisa
1021 e mesmo com os R\$ 3,00 vai estar abaixo do que era. E fazer, obviamente, essa
1022 atualização ano a ano como vocês bem têm colocado para que, quem sabe um dia, a
1023 gente consiga não apenas repor perda inflacionária, mas ir além da inflação e sanar outros
1024 tipos de necessidades. Era só esse comentário mesmo. **PRESIDENTE:** Obrigada. Dona
1025 Maria, sim. Depois da Dona Maria tem mais alguém, pessoal? A gente pode encerrar o
1026 debate? Ok. Obrigada. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Mariana, primeiro vou te fazer
1027 umas perguntas. A base do cálculo das famílias vem do governo federal? **PRESIDENTE:**
1028 O Cadastro Único, a senhora sabe? É o Cadastro Único dos programas sociais que o
1029 município cadastra as famílias de acordo com a renda, então nós temos a quantidade de
1030 famílias cadastradas nos municípios. É o mesmo sistema que o governo federal acessa e
1031 o estado acessa. A gente tira as informações dessa base de dados, informações que os
1032 municípios colocaram. Cada município cadastrou as famílias no Cadastro Único, Bolsa
1033 Família e outros programas sociais. É essa que é a base de dados. É a mesma, tanto do
1034 município, quanto do estado e do governo federal. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Eu
1035 acho que nós, o grupo junto com o CEAS, temos por obrigação fazer um relato para o
1036 governo federal e estadual para mostrar a realidade das famílias no país e a necessidade

1037 desse aumento. Igual a Roberta estava colocando os valores. Eu vou ser sincera com
1038 você, sem desmerecer você, Roberta, porque do dinheiro eu não entendo, entendo como
1039 que funciona. Mas, eu vou ser sincera: se você fizer uma palestra para determinados
1040 prefeitos em determinadas comunidades, para falar desses valores, você está perdendo
1041 tempo. Eles não querem, mediante a pobreza e a necessidade da comunidade para Bolsa
1042 Família para um recurso, eles querem o dinheiro, é suprir aquela necessidade. Para nós
1043 é entendível, mas, Mariana, gostaria que a gente pudesse fazer um documento com essas
1044 necessidades e especificar a necessidade, essa miséria na qual o Brasil e o estado...
1045 Quando alguém está colocando, colocando gente, eu fico pensando naqueles... Por
1046 exemplo, eu moro em João Monlevade, mas têm as cidadezinhas, os arraiais de João
1047 Monlevade que é uma miséria, que eu tenho certeza de que muitos ainda não sabem o
1048 que é Bolsa Família porque não chegou lá. Nós temos que pegar um contexto geral, um
1049 documento, especificar para o governador a necessidade desse aumento. Ou vamos...
1050 Têm tantos empresários, tantas empresas, vamos negociar para ajudar a remediar, trazer
1051 de novo as hortas comunitárias, valorizar essas comunidades para elas trazerem uma
1052 autoestima para gerar algum dinheiro. Tem gente que recebe Bolsa Família, muitos jogam
1053 na cara que é uma miséria porque não quer trabalhar. Não é, não, gente. É porque não
1054 tem mesmo. Não tem. Aqui em Belo Horizonte – Simone está aqui – nós sabemos as
1055 comunidades, gente... Pessoas que já tinham trabalho, estavam estudando com a vida
1056 recompensada, hoje não tem onde morar. Não tem onde morar. Os moradores de rua que
1057 estão em Belo Horizonte que o prefeito fica sem saber o que faz, o governo também tem
1058 obrigação porque vem gente do estado inteiro. Mariana, eu fico apreensiva demais quando
1059 eu ouço esses valores que a gente está pedindo em conferência, não é, só no estado,
1060 não. É no município também. Há tantos anos esse aumento. Igual eu falo com os
1061 vereadores: “Vocês tinham que ter vergonha de votar R\$ 100,00 para uma pessoa ganhar
1062 em um dia. O que vocês fazem com R\$ 100,00? Vocês estão aqui porque o povo colocou.”
1063 O povo coloca porque tem aquela ansiedade de que um governo, um vereador, vai fazer
1064 algo para ele. Eu acho que estamos nesse momento, sabe, gente? De assentar, tirar
1065 desse grupo um documento. Exigir. Exigir? Nós podemos exigir. Eu não estou falando
1066 para mim, eu estou falando para milhões que estão neste Estado de Minas Gerais. O
1067 governo tem que ter uma sensibilidade, senão não justifica a gente estar aqui, batendo,
1068 batendo, sabe? É apreensivo e nós sabemos que o estado de Minas Gerais tem onde
1069 tirar. A Vale está roubando. O que a Vale já roubou dessa gente. Entra governo, sai
1070 governo, não se negocia. Acho que estamos na hora de negociar uma vida melhor para
1071 essa gente, um dinheiro. “Ah, não tem dinheiro.” Tem sim, nós sabemos. Eu tenho listas
1072 de onde eu sei que podemos negociar com o governo. Ele falar que não tem e nós
1073 falarmos com ele que tem, e mostrar que tem. Nós temos. Depende da gente aqui. Acho

1074 que esse grupo é capaz de fazer uma coisa e nós não vamos brigar. Mostrar a realidade
1075 mais uma vez. Eles sabem, vão de avião, voam lá em cima e vão embora. Mas, nós que
1076 estamos aqui, nós é que sabemos. Eu acho, Mariana, esse Conselho... É o momento de
1077 ajudar, então nós temos que cobrar isso. Nós temos que cobrar. **PRESIDENTE:** Obrigada,
1078 Dona Maria. Com certeza, o que a senhora fala fecha tudo que a gente está dizendo aqui,
1079 que é continuar na luta pelos recursos para a assistência social que é o que a gente tem
1080 discutido incansavelmente todos os dias. Encerrada a discussão, eu queria perguntar se
1081 a gente... **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** A Conselheira apresentou uma demanda
1082 aqui, não é, isso? O Conselho tem que deliberar. **PRESIDENTE:** Mas eu vou... **MARIA**
1083 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Ah, você vai dar encaminhamento? **PRESIDENTE:** Eu ia
1084 terminar de falar. Eu estou entendendo. A demanda dela é complementar o que a gente
1085 está fazendo. Primeiro, a gente está falando da atualização do valor. Segundo, a gente
1086 vai dar o encaminhamento, e já foi falado aqui por todos que me antecederam de pleitear
1087 o aumento de valor. E a minha pergunta é nesse sentido para chegar aos R\$ 3,00 que já
1088 é uma deliberação de conferência. Correto? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** É essa a
1089 sua demanda, Baião? **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** (Trecho incompreensível)
1090 [02:21:15]. **PRESIDENTE:** Sim, eu entendi. O que a Dona Maria colocou é a gente fazer
1091 um documento de pleito de ampliação de valor. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu não
1092 tinha entendido isso, eu tinha entendido outra coisa. Qual é o documento? Fala
1093 novamente. O que eu entendi é esse documento aí... **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** O
1094 documento que eu sugeri aqui, que esse grupo e CEAS faça, um documento para o
1095 governo a importância. Importância não, essa palavra nem pode. A necessidade, a
1096 urgência desse momento de miséria... Mas, tem que ser assim, usar essas palavras
1097 mesmo. De miséria e necessidade de que o estado está passando. É um estado muito
1098 grande e nós temos famílias que talvez nem tenham conhecimento de algum recurso que
1099 o governo dê. A importância de ele assentar para rever esse valor e fazer parceria com
1100 essas grandes empresas que o estado de Minas Gerais tem, para ajudar esse momento
1101 tão miserável. Porém, se esse documento chegar às mãos dele, nós, esse grupo aqui tem
1102 que cobrar e vigiar, porque senão ele pode usar para momento político. É um pé na frente
1103 e um pé atrás. **PRESIDENTE:** Eu acho que está claro, sim, Dona Maria. Alguém mais quer
1104 falar? **SANDRA, SINTIBREF:** Só para completar, quando a Baião fala assim: “Tem que
1105 sensibilizar o estado da necessidade” A gente ficar bem atento porque eu lembro de uma
1106 eleição no município de Belo Horizonte – eleições municipais – nós fizemos um estudo lá
1107 e nem 8% dos candidatos falava a palavra assistência social, essa pasta na campanha
1108 deles. Saúde, educação, transporte, blábláblá e a assistência social nem aparecia. Nós
1109 fizemos esse estudo na época, há alguns anos. Eu fico pensando que estamos em um
1110 ano eleitoral, a assistência social agora, a pandemia evidenciou mais ainda a situação

1111 precária de miséria. E vai ser usada nos palanques. Vai ser usada. Ela vai ser usada no
1112 sentido de benefício e aqui estou falando nem de partido, nem de que lado que a gente
1113 está aqui... No seguinte sentido, então a gente tem que colocar porque eu falava até em
1114 outros espaços, eu ouvi falar de Cras no Jornal Nacional pela primeira vez na vida. A
1115 pandemia, por ironia, ela trouxe, ela escancarou e deu mais visibilidade ao que está
1116 acontecendo. Nunca teve essa preocupação. Agora não vai ter jeito nem de fugir porque
1117 ela está aí. Nesse ano eleitoral também a gente colocar o documento, é monitorar, é
1118 cobrar e acompanhar as discussões. Porque, no âmbito municipal, nesse estudo que a
1119 gente fez, não aparecia mesmo porque eles ficam até com uma negação, não é? Não
1120 colocava nada da assistência social nos seus projetos, com exceções, não é? É citado
1121 aqui deputado que muito colabora, que caminha junto com a gente aqui, mas a gente
1122 lembrar disso também. Qual o lugar da assistência social que nunca esteve, talvez, no
1123 lugar que deveria estar para ter sido escancarada agora, com a pandemia, da forma que
1124 está sendo devido ao aumento da pobreza, população de rua e por aí vai. Então, para a
1125 gente ficar atento em isso também para poder acrescentar nesse documento. A gente
1126 monitorar, acompanhar e cobrar porque sensibilizar por si só isso não é uma cultura, não
1127 é, uma trajetória, eu não vi isso. A gente não vê isso. E a assistência social vai estar em
1128 todas as campanhas, plataforma de todos os partidos, vocês podem prestar atenção. Por
1129 conta da pandemia. Eu acho que a gente está em um momento também de dar visibilidade
1130 ao que não aconteceu, desde 2010, de aumento de recurso. Os recursos do estado
1131 sempre foram muito poucos nesse cofinanciamento. A gente acompanha isso há mais
1132 tempo. A gente ficar atento a isso, e que sabe: nós vamos ter êxito na nossa luta, que
1133 ainda que não teve, mas o Conselho vai demarcar a sua história dessa gestão nesse
1134 sentido. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada, Sandra. Vou ser chata. Posso encerrar depois do
1135 Daniel? Porque já vai dar meio-dia. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu juro que vou
1136 encerrar a minha participação, mas eu queria contribuir com a Baião no pleito dela e
1137 sugerir que a gente fizesse uma resolução de recomendação. Fazendo essa
1138 recomendação ao governo, porque as nossas decisões são manifestadas em resoluções.
1139 A gente poderia fazer uma resolução de recomendação ao governo de ampliar o recurso
1140 do Piso Mineiro no valor de 'x' para atender a deliberação da conferência de 2017. Essa
1141 é a minha proposta de encaminhamento. **DANIEL - CEAS:** Bom dia. Depois de todos os
1142 colegas que me antecederam, gostaria de mencionar que realmente a luta é grande e
1143 árdua. Mas, eu também não poderia ser omissos com relação ao que o estado tem feito a
1144 nível de assistência social, na última reunião, como é de conhecimento de todos, o estado
1145 direcionou R\$ 78 milhões, algo nunca feito anteriormente para as famílias em situação de
1146 vulnerabilidade, em decorrência das calamidades públicas. É importante a gente
1147 mencionar e deixar consignado no Conselho porque, embora pareça que em algumas

1148 vezes lutamos em vão, mas não. Nós estamos, sim, sendo ouvidos. Claro que ainda não
1149 é o ideal porque as demandas crescem diuturnamente e eu entendo a fala da Baião nesse
1150 sentido. As famílias estão cada vez mais em situação de calamidade mesmo, digamos
1151 assim, financeira por conta da pandemia e outras questões mais. Desemprego lá nas
1152 alturas, mas o estado tem sido presente nessa situação, nessas ocasiões e tem dado esse
1153 apoio à população até quando faz a distribuição desses R\$ 78 milhões que votamos via
1154 resolução na Assembleia passada. Eu não poderia deixar de consignar fazendo coro ao
1155 colega que representa o estado com relação a essa questão de que é, sim, um avanço.
1156 Não é o ideal de R\$ 2,20 para R\$ 2,40. É muito pouco. Está longe do ideal mesmo, não
1157 é, Baião? Poderia ser R\$ 5,00, poderia ser até mais. Mas, também temos que perceber a
1158 limitação estatal com relação a essa questão orçamentária como nós ouvimos ontem. O
1159 recurso não é ilimitado, ele é limitado. Em algum momento isso vai acontecer, mas a gente
1160 tem, sim, que continuar e o encaminhamento da Juanita é pertinente nesse sentido para
1161 que a gente consiga evoluir nessa política pública. Obrigado. **ARLETE, GRAAL:** Estou
1162 assumindo a Mesa interinamente até que a presidente retorne. De fato, nós temos que
1163 estar atentos e atentas ao que vem acontecendo nesse estado de Minas Gerais. É lógico
1164 que quando o governo cumpre com a obrigação dele, a gente também não incorre no risco
1165 de achar que é caridade. Eu sempre tive muita dificuldade de lidar com essa questão da
1166 caridade. Eu sou católica praticante, na minha religião eu pratico caridade. É uma questão
1167 religiosa. No campo das políticas públicas, eu trabalho com direito. Eu quero só registrar
1168 isso para a gente não ficar sensibilizado pela ação do governo, ao invés de sensibilizar
1169 com a necessidade das famílias. Eu falava aqui, nesse instante com o Elder, o que está
1170 acontecendo que a gente que está na base trabalhando com os movimentos sociais, com
1171 os grupos de mulheres, principalmente, e nesse grupo de mulheres um recorte muito forte
1172 na questão da negritude, a gente está encontrando as pessoas “Olha, eu não recebi mais.
1173 Acabou o Bolsa Família.” Eu falo: “Querida, não tem mais Bolsa Família, não. Tem um tal
1174 de Auxílio Brasil que não alcança quase ninguém.” É da gente também compreender que
1175 o governo não dá nada a ninguém. O governo não dá nada a ninguém. Ele devolve o que
1176 é de direito para as pessoas de forma parcial. Nem chega o que é necessário e eu só
1177 quero dizer isso, gente: vamos trabalhar de forma a compreender, governo não dá nada
1178 a ninguém. Quando ele faz é cumprindo a obrigação. Presidente, estou de passando a
1179 Mesa. **PRESIDENTE:** Obrigada. Eu estou vendo ali na tela. Os encaminhamentos, vou
1180 perguntar para ver se a gente pode encerrar a discussão. Os encaminhamentos. Primeiro,
1181 a deliberação sobre o valor que está sendo proposto. Segundo, como encaminhamento,
1182 elaboração de um documento informando a urgência e a necessidade de ampliação de
1183 recursos para a assistência social para atender famílias pobres e extremamente pobres.
1184 E o outro encaminhamento, resolução de recomendação ao governo para ampliar o

1185 recurso para o valor de R\$ 3,00 – só corrigir a redação porque está difícil de ler – para
1186 atender a proposta da conferência de 2017. Posso colocar esses encaminhamentos em
1187 votação? Se a plenária estiver de acordo para aprovação da atualização do piso, a gente
1188 precisa colocar para apreciação também a aprovação da resolução de atualização desse
1189 valor. Pergunto: posso colocar esses encaminhamentos em votação? Ok. Obrigada. A
1190 plenária concorda com a resolução de recomendação do governo para ampliar o valor e
1191 com o documento informando a necessidade de ampliação de recurso para a assistência
1192 social. Desculpa. Primeira proposta: quem se manifesta a favor da resolução de
1193 recomendação ao governo de ampliação para o valor de R\$ 3,00? Aprovado por
1194 unanimidade. Segundo encaminhamento: elaboração de documento informando a
1195 urgência e a necessidade de ampliação de recursos para a assistência social para atender
1196 famílias pobres e extremamente pobres. A plenária concorda com o encaminhamento?
1197 Aprovado por unanimidade. Voltando à proposta de atualização do valor do Piso Mineiro
1198 Fixo. A plenária concorda em aprovar a proposta apresentada pela Sedese, de atualização
1199 do valor do piso para R\$ 2,40 por família, considerando a base de dados do Cadastro
1200 Único de maio de 2021? Eu estou perguntando se aprova, depois eu vou colocar a
1201 resolução, está, gente? A plenária também de acordo? Por unanimidade. Daniel, projeta
1202 a resolução, por favor. A minuta da resolução de aprovação. Ela é uma minuta simples.
1203 Só esclarecer, a outra proposta de resolução ainda vai ser feita, por isso que não dá para
1204 colocar aqui. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu levantei a
1205 questão do valor não inferior a R\$ 2.000,00. Gostaria que fosse colocado, porque eu sugeri
1206 a esse colegiado que esse valor também fosse atualizado na mesma proporção que foi
1207 atualizado o valor *per capita*, seria o valor de R\$ 2.181,80 ao invés de ser R\$ 2.000,00.
1208 **PRESIDENTE:** Repete o valor. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:**
1209 R\$ 2.181,80 que é a porcentagem de 9,09% que é o mesmo aplicado nos R\$ 2,40.
1210 **PRESIDENTE:** Isso pode ser incluído na resolução de recomendação? É porque, para
1211 essa atualização de agora, a gente ainda não tem aprovação de orçamento. Entendeu?
1212 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Pois é, a gente atualiza *per*
1213 *capita* e não atualiza o mínimo? Eu acho que isso é um pouco temerário. A gente precisava
1214 pelo menos essa atualização no valor mínimo, eu acho que a gente poderia tentar.
1215 **PRESIDENTE:** Deixa eu só esclarecer, Lucas. Primeiro porque a gente já está com a LOA
1216 desse ano vigente com esse valor aprovado. Primeiro ponto, a gente teria que fazer
1217 cálculos. Isso vai ter impacto orçamentário e financeiro, a gente não sabe agora informar
1218 o quanto, porque a gente teria que jogar isso para os 853 municípios e ver quantos que
1219 estão recebendo esse valor. Não teria essa informação. A hora que isso apresentar um
1220 impacto orçamentário financeiro, a gente não tem como cobrir agora. Entendeu o que eu
1221 estou querendo dizer? Porque o que a gente está colocando é para a proposta da LOA de

1222 2022. A gente teria que fazer esse cálculo igual para fazer o dos R\$ 3,00. A gente tem
1223 que calcular o impacto orçamentário e financeiro disso para apresentar para Cofin e para
1224 a Secretaria de Planejamento, para a LOA de 2023. Hoje, eu nem saberia te falar qual é
1225 o impacto orçamentário e financeiro. Essa é a questão. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**
1226 **DE CURVELO - SSVP:** Eu vou retirar a proposta em vista dessa justificativa.
1227 **PRESIDENTE:** Vamos colocar na recomendação? Na resolução? **LUCAS, CONSELHO**
1228 **CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Isso. Para avaliação agora, pela plenária, desse ponto
1229 específico, mas a gente acopla na resolução de recomendação. **PRESIDENTE:** Ok. Está
1230 registrado. Passando para a proposta de resolução... Desculpa. **MARIA JUANITA,**
1231 **FEAPAES/MG:** É uma sugestão de trabalho desse colegiado. Eu queria sugerir ao CEAS,
1232 enquanto a gente fosse deliberando aqui, a Secretaria Executiva minutasse as propostas
1233 de resoluções para a gente sair daqui com as resoluções aprovadas, o texto e já assinado
1234 para não ficar como a gente sempre fazia antes. Um técnico ficava no computador fazendo
1235 as anotações, os outros iam... Se precisar de conselheiro, a gente vai junto fazer a
1236 proposta de redação porque já sai daqui com tudo pronto e já aprova os textos. Eu queria
1237 sugerir esse trabalho, modelo de trabalho antigo que fluía muito bem. Porque, às vezes,
1238 publica a resolução e a gente não sabe o teor do texto ou demora. Eu gostaria de sugerir
1239 aqui que a Secretaria Executiva – sugerir não – eu gostaria de solicitar esse pleito aqui.
1240 Se precisar de conselheiros, nos colocamos à disposição para fazer as redações junto
1241 com a Secretaria Executiva. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Só
1242 queria fazer uma correção com relação a proposta que eu apresentei. O valor que
1243 apresentei foi calculado em cima da porcentagem aplicada do valor *per capita*. A minha
1244 sugestão é que, essa porcentagem aplicada no valor *per capita*, também seja aplicada no
1245 valor mínimo de recebimento dos municípios. Só corrigindo para que o texto fique nessa
1246 perspectiva, a mesma porcentagem aplicada no valor *per capita* também seja aplicada no
1247 para a correção do valor de percepção mínima de cada município. **PRESIDENTE:** Vamos
1248 anotar, porque isso vai ter que entrar no corpo do texto. A minha preocupação aqui é só
1249 com o tempo. Eu vou ter que ser mais rigorosa com o tempo porque a gente já vai para
1250 12h10. A proposta de resolução que está em tela e, inclusive, para fazer as outras
1251 resoluções. Eu acho que tudo vai depender do tempo de conseguirmos produzir também
1252 os documentos a tempo e a hora. Passando para a leitura da proposta de resolução do
1253 CEAS que aprova critérios para atualização dos valores dos recursos referentes ao Piso
1254 Mineiro de assistência social Fixo. Vou pular a parte dos ‘considerandos’, mas vou citar.
1255 Considerando a LOAS; a Resolução CNAS nº 109/2009; Decreto Federal nº 6.135/2007,
1256 sobre o Cadastro Único; a Lei Estadual nº 12.262, que dispõe sobre a Política Estadual
1257 de Assistência Social e cria o conselho estadual de assistência social – CEAS, e dá outras
1258 providências; a Lei Estadual nº 12.227, que cria o Fundo Estadual de Assistência Social –

1259 FEAS – e dá outras providências; Decreto Estadual nº 48.269, que dispõe sobre as
1260 transferências de recursos financeiros fundo a fundo do Fundo Estadual de Assistência
1261 Social ao Fundo Municipal de Assistência Social; e Resolução nº 02/2022 da Comissão
1262 Intergestores Biparte da Assistência Social – CIB, que pactua os critérios para atualização
1263 dos valores dos recursos referentes ao Piso Mineiro de Assistência Social Fixo para 2022.
1264 Ok, pode acrescentar agora que a gente acrescenta... **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:**
1265 A gente precisa colocar nos considerandos, o decreto que criou o Piso Mineiro. Nós vamos
1266 tratar sobre ele. É o decreto, é a resolução, não me recordo mais. **PRESIDENTE:** É a
1267 Resolução de 2010. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Ok. **PRESIDENTE:** 459/2010.
1268 Resolução Sedese nº 459/2010 que cria o Piso Mineiro Resolução. “RESOLVE: Art. 1º -
1269 Aprovar os critérios para atualização dos valores dos recursos do Piso Mineiro de
1270 Assistência Social Fixo, a partir de maio de 2022. Art. 2º - O valor do Piso Mineiro de
1271 assistência social Fixo será calculado de acordo com o número de famílias cadastradas
1272 no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, no estado
1273 de Minas Gerais, em cada município multiplicado pelo valor de R\$ 2,40 (dois reais e
1274 quarenta centavos). §1º A base de dados utilizada para o cálculo desta atualização será
1275 a de referência do mês de maio de 2021, extraída do CECAD – Sistema Federal de
1276 Consultas, Seleção e Extração de informações do Cadastro Único. §2º Nenhum município
1277 receberá valor menor que R\$ 2.000,00 por mês.” Destaque? Sim. **MARIA JUANITA,**
1278 **FEAPAES/MG:** Na verdade é um esclarecimento. A base de dados é de maio de 2021. A
1279 Diretoria de Vigilância pode informar o número de famílias no Cadastro Único em maio de
1280 2021 e o número de famílias agora em fevereiro ou janeiro de 2022? Pode nos informar?
1281 **PRESIDENTE:** Qual é a última base disponível que nós temos? A gente vai pedir
1282 informação. A base de dados que a gente tem também vai ser aproximadamente de dois
1283 meses atrás. A gente está em fevereiro, o ministério disponibiliza, atualmente a gente deve
1284 estar com a de novembro, acredito eu. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Ok.
1285 **PRESIDENTE:** A gente olha a informação e passa. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu
1286 acho até antes de aprovar essa resolução, porque se a base diminuiu, a gente tem que
1287 ver. Não sei. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Tenho destaque
1288 no artigo como um todo. E trago também sugestão de texto. Quer que eu vou digitando?
1289 Está no pen drive que passei para você. O artigo 2º ficaria o *caput*. “O valor do Piso Mineiro
1290 de assistência social Fixo será calculado pela multiplicação do número de famílias
1291 cadastradas no Cadastro Único para programas sociais do governo federal, CadÚnico.”
1292 Desculpa, gente. “O valor do Piso Mineiro de assistência social Fixo será calculado pela
1293 multiplicação do número de famílias cadastradas no Cadastro Único para programas
1294 sociais do governo federal, CadÚnico, em cada município, pelo valor de R\$ 2,40.” O texto
1295 fica de melhor compreensão. “§1º O valor estabelecido no *caput* será atualizado

1296 anualmente de forma automática...” **PRESIDENTE:** Lucas, só um momento. Questão de
1297 ordem, Lucas. O que gera impacto orçamentário, eu não posso me comprometer agora
1298 porque eu não sei se esse orçamento vai vir para o ano que vem. **LUCAS, CONSELHO**
1299 **CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu sei, mas é a proposta. A minha proposta é que
1300 esse valor seja atualizado anualmente, levando em consideração a base de dados e
1301 também o valor do serviço assistencial. É a minha proposta. E vou levar para votação.
1302 **PRESIDENTE:** Sim. Mas, você entendeu: eu não posso me comprometer se eu não tenho
1303 o orçamento. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** A resolução deve
1304 seguir com parâmetro. Entendeu? **PRESIDENTE:** Ok. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**
1305 **DE CURVELO - SSVP:** Na hora da definição do orçamento, ela tem que ser levada em
1306 consideração. **PRESIDENTE:** Conforme disponibilidade orçamentaria e financeira, porque
1307 a gente tem que apresentar o pleito e eu não posso garantir agora que esse pleito vai ser
1308 aprovado. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Vamos lá. Deixa eu
1309 finalizar o texto. “Será atualizado anualmente de forma automática, através de índice de
1310 correção que leve em consideração levantamento atualizado de custos dos serviços
1311 socioassistenciais. Isso é demanda de deliberação e moção das conferências regionais.
1312 §2º A base de dados utilizada para o cálculo da atualização será a de referência do mês
1313 de maio do ano anterior extraída do CECAD – Sistema Federal de Consultas, Seleção e
1314 Extração de informações do Cadastro Único.” E o texto segue o mesmo padrão do artigo
1315 1º, Daniel. Para facilitar para você. Beleza. Do CECAD... E o “§3º No cálculo dos valores
1316 a serem repassados, nenhum município receberá parcelas mensais de valor inferior a
1317 R\$ 2.000,00.” Eu tenho uma sugestão no parágrafo 3º. Se quiserem já posso falar e
1318 adiantar. Se você já quiser digitar, Daniel. É o artigo 3º. Ele ainda vai ser discutido, mas
1319 eu já quero propor. O artigo 3º ficaria: “O repasse regular programado, fundo a fundo, e
1320 obrigatório do Piso Mineiro Fixo com valor atualizado se dará a partir do mês de maio de
1321 cada ano.” Essa é a minha proposta. Obrigado. **PRESIDENTE:** Eu já me inscrevo e tem
1322 mais gente inscrita do meu lado. Só para pontuar e eu preciso, inclusive, chamar a gente
1323 para a questão da legalidade aqui, Lucas. O Conselho não tem como criar uma despesa
1324 para o executivo. A gente não pode... Eu entendo que isso seja uma recomendação
1325 deliberada aqui em plenária, mas não tem como o Conselho deliberar por um cumprimento
1326 de obrigação que eu não tenho previsão orçamentária e financeira para cumprir. Eu quero
1327 chamar atenção para isso. Minha proposta é que isso são pleitos, deliberações, elas têm
1328 que entrar na resolução de recomendação, porque mesmo elas entrando nessa resolução
1329 onde a gente está pactuando, está deliberando pela alteração do valor, isso vai se tornar
1330 inexecutável para o Poder Executivo na medida em que não está acobertado por previsão
1331 orçamentária. Vou chamar atenção para isso, porque eu acho que cria uma deliberação
1332 ilegal. O Poder Executivo não tem como cumprir isso. Eu não tenho orçamento para ela.

1333 Chamando a atenção. E a minha proposta é que isso passe para a resolução de
1334 recomendação de ampliação do valor. **GABRIELE, SEDESE:** Primeiro vou esclarecer o
1335 dado que foi solicitado. Nessa proposta, que eu acho importante sempre reforçar: o estado
1336 já buscou o recurso financeiro e orçamentário suficiente para custear a proposta que ele
1337 está trazendo e que já foi aprovada na CIB. Para esse valor a gente está considerando
1338 um CadÚnico de maio 2021, por isso até não a atualização. Por quê? O que a gente
1339 conseguiu aprovar. O que a gente tem dinheiro para pagar já, a partir de maio agora se
1340 essa aprovação for realizada, é em torno de 2.791.090 famílias cadastradas no CadÚnico
1341 em maio de 2021. Pensando a realidade de agora, o número de dezembro de 2021, que
1342 é o mais recente que a gente tem, é de 3.048.057 famílias. Eu chamo atenção para esse
1343 fato de que a proposta que a gente trouxe, a resolução que está posta e que já está
1344 pactuada na CIB, e que a gente trouxe aqui, a gente já consegue executar a partir de
1345 maio. A gente já consegue efetivamente um aumento do Piso Mineiro em R\$ 27
1346 milhões/ano, se a gente faz essa aprovação e a resolução de recomendação para que a
1347 gente continue atualizando esse valor e essa base. Agora, se a gente volta o pacto para
1348 alterar essa resolução para um valor que a gente não tem, a gente volta à estaca zero de
1349 ter que pleitear novamente e não ter garantia nem de abrir os planos de serviços de 2022
1350 com o valor do Piso Mineiro para garantir a continuidade dos serviços socioassistenciais.
1351 **PRESIDENTE:** Obrigada, Gabriele. Mais alguém? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:**
1352 Obrigada, Gabriele, pelas informações. Muito grande o aumento, quase um milhão de
1353 famílias em situação de pobreza no estado de Minas Gerais, considerando menos de um
1354 ano. É muito triste mesmo, de maio a dezembro. Primeiro, falar que essa resolução não
1355 está mudando o pactuado da CIB, não, mesmo que temos o poder de fazer isso. Não está
1356 mudando, não. Aqui está sendo garantido o que foi deliberado na CIB com relação ao
1357 valor de R\$ 2,40, com a família cadastrada em maio de 2021, com 8 parcelas/ano, que é
1358 o valor do recurso. E a proposta do Conselheiro Lucas, que ele está apresentando aqui,
1359 no meu entendimento não traz impacto nenhum no orçamento. Porque o orçamento que
1360 está aprovado, a resolução está garantida. A resolução está aprovando para pleitos
1361 futuros, em 2023, que o governo ainda nem fez a proposta orçamentária. Com essa
1362 resolução do conselho, vai nortear inclusive o governo de fazer a sua proposta
1363 orçamentária. É a mesma coisa quando a gente faz parâmetros para elaboração de
1364 emenda parlamentar. Parâmetros de financiamento do Suas. É de competência desse
1365 colegiado fazer isso, independente se o governo terá ou não recursos para fazê-lo, isso
1366 não vai comprometer a execução do orçamento, não. Para esse ano é a proposta que o
1367 governo trouxe e a gente não pode não deixar de aprovar. O que está sendo proposto
1368 aqui é um acréscimo futuro para nortear o governo nas Suas futuras inclusões de
1369 orçamento na assistência. Obrigada. **LUDSON, CRESS:** Eu queria corroborar com a fala

1370 da Conselheira Juanita e só propor uma modificação à sugestão do Conselheiro Lucas,
1371 se ele inclusive permitir, em dois pontos. Inclusive para fortalecer esse parâmetro de
1372 parametrização, talvez um acréscimo em um dos parágrafos: “respeitada a disponibilidade
1373 financeira e orçamentária.” E fica como Juanita pontuou, a secretária pega a resolução,
1374 leva para o governador. Fala assim: “Governador, temos que colocar aí mais R\$ 3 milhões,
1375 R\$ 4 milhões, R\$ 5 milhões porque está na resolução.” Enfim, é uma arma política.
1376 Exatamente. O Conselheiro Lucas, no outro trecho ele sugeriu um índice considerando o
1377 custo dos serviços, de fato, é a questão mais... Como é que eu posso dizer? Mais correta
1378 possível, mas eu até gostaria de perguntar também para o próprio governo quais são as
1379 possibilidades de construir esse índice, porque dos diversos governos estaduais, também
1380 no governo federal, ninguém conseguiu fazer isso ainda, apesar de que é uma tarefa para
1381 os governos fazerem. A gente tem a Fundação João Pinheiro que poderia contribuir nisso,
1382 enfim. Não sendo possível fazer o ideal, que eu acho que é a proposta do Lucas, talvez
1383 fosse o caso de a gente estabelecer nessa resolução e a gente pode aprimorar, por
1384 exemplo no ano que vem quando esse índice já estiver construído, o IPCA, que é o Índice
1385 de Preço ao Consumidor Amplo que é a inflação oficial do país. Já teríamos um parâmetro
1386 objetivo para construção da LOA do ano que vem. Se a gente fica tendo a pendência de
1387 construir um índice agora, isso é uma coisa que leva tempo. É um trabalho técnico que
1388 pode ser rápido, mas que pode demorado. Para esse ano, talvez a gente colocar o IPCA.
1389 E na votação do orçamento do ano que vem, fazer essa discussão junto com a Sedese
1390 de construir uma avaliação do custo do serviço em Minas Gerais. Seria isso.

1391 **PRESIDENTE:** Lucas e depois Silvestre, é isso? E depois eu. **LUCAS, CONSELHO**
1392 **CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Eu vou aceitar a proposta de Ludson e acrescentar no
1393 parágrafo 1º, respeitada a disponibilidade financeira. Só para contextualizar, a resolução
1394 não dispõe de nova despesa. Ela trata de despesa rotineira. Despesa fixa porque o próprio
1395 piso fixo, o próprio decreto de 2021 do governador determinou que fixo, mas isso é
1396 somente um parâmetro e nós não estamos criando despesa nova quando a gente
1397 estabelece a possibilidade da criação de um índice e não determinamos qual índice seria.
1398 É um índice que pode ser estabelecido junto do CEAS e a própria Sedese com a Subas
1399 para poder determinar esse índice, lembrando que esse valor precisa ser atualizado. A
1400 gente sabe que os custos dos serviços estão aumentando por causa da situação
1401 econômica do próprio país, como foi mesmo pontuado por Mariana quando ela trouxe a
1402 questão do valor. Outros conselheiros também trouxeram a questão da inflação. É uma
1403 forma também de tentar chegar a uma atualização real do custo do serviço para o
1404 município. Obrigado. **SILVESTRE, SEF/MG:** Eu gostei da ponderação do Lucas e da
1405 colocação da Juanita quando ela pede a resolução. Só, Lucas, eu acho que essa
1406 resolução que estamos colocando aí, ela já foi decidida. A sua colocação, eu acho que

1407 ficaria melhor – só ponderando – se entrasse na resolução da Juanita. Eu acho que vai
1408 dar mais força para a sua resolução. Porque eu acho que já viria isso que o Lucas está
1409 colocando na sua resolução. Eu acho que ficaria melhor. Esse é o meu ponto de vista.
1410 Estou apenas ponderando, está? **PRESIDENTE:** A questão tem que estar vinculada a
1411 disponibilidade orçamentária e financeira. Estou de acordo com isso porque eu acho que
1412 resguarda exatamente a questão que eu estava colocando de que a gente não tem
1413 cobertura para isso esse ano, e nem no ano que vem, obviamente. Agora tem uma outra
1414 questão aqui que me preocupa e a equipe técnica está chamando atenção: quando o piso
1415 foi criado e o conceito do piso também – e até para a gente visitar o conceito do piso –
1416 ele está também vinculado às famílias do Cadastro Único. Na medida em que a gente está
1417 colocando... Entendi, acho que a ideia levantada é legítima. A gente não tem custo do
1418 serviço. Isso é nível Brasil. Não é só um problema de Minas Gerais. A gente não tem um
1419 custo de serviço para basear os cofinanciamentos que existem. A gente também tem essa
1420 dificuldade com o governo federal porque os cofinanciamentos do governo federal para o
1421 estado e para o município, a gente não tem esse laço, não tem essa base de cálculo, esse
1422 histórico para falar assim: “Está atualizando. O serviço custa tanto, deveria ser tanto”.
1423 Minha preocupação aqui é que, além de a gente não ter isso, o fato de que quando o piso
1424 foi criado, a vinculação dele é o número de famílias. É uma vinculação muito objetiva.
1425 Vinculação de famílias da base do Cadastro Único. A gente está colocando um acréscimo
1426 aqui – vamos dizer – no conceito do piso vinculado ao custo dos serviços
1427 socioassistenciais que a gente não tem e que muda a lógica do piso na medida em que
1428 ele é vinculado por família do Cadastro Único. Estou trazendo isso como uma
1429 preocupação, que eu acho que a gente deveria ponderar. Não estou discutindo a
1430 necessidade, a legitimidade. Só para a gente também não criar ou alterar uma coisa que
1431 hoje a gente já tem garantida aqui, que é a essência do Piso Mineiro Fixo. É para pensar
1432 no que a gente está criando ou acrescentando aqui, se faz sentido ou não. Gabriele.
1433 **GABRIELE, SEDESE:** Eu acho que o Ludson foi muito feliz na fala dele, no sentido de
1434 que essa discussão de custo de serviço é histórica. Ela precisa ser feita, mas eu acho que
1435 a gente precisa até amadurecer essa discussão. Não sei se na Comissão de Política, na
1436 de Financiamento... Eu acho que é uma boa discussão a se fazer do custo do serviço,
1437 pensando ainda nas três esferas. É uma discussão que a gente vai ter que pensar no
1438 custo do serviço: o que cabe ao município, ao estado e à União, dos cofinanciamentos
1439 existentes. Eu acho que inserindo o custo de serviços como variável para critério do piso,
1440 a gente está mudando o conceito de Piso Mineiro lá de 2010, que é um valor de piso vezes
1441 família cadastrada no CadÚnico, então é nesse sentido que a proposta que está sendo
1442 feita, como eu já falei, para o aumento para 2022/2023. Eu acho que a gente precisa
1443 avançar em novas propostas também. Concordo com o Silvestre, essas recomendações

1444 de futuras atualizações, se a gente está dizendo aqui: “O conselho está aprovando um
1445 pacto de atualização do piso que desde 2010 nunca foi atualizado.” Para esse primeiro
1446 pacto, a proposta do governo é essa e a gente está aprovando a atualização”. A
1447 recomendação para que as futuras atualizações sejam feitas, eu também concordo que
1448 seja nessa nova resolução. E recomenda os parâmetros que devem ser feitos, de quanto
1449 em quanto tempo tem que ser atualizado, qual o mês da base do CadÚnico, eu acho que
1450 também caberia nessa outra resolução e não essa que a gente está tratando agora.
1451 **MARCELA, SEDESE:** Eu acho que gente acaba misturando só na mesma coisa. Por que
1452 eu acho que seria legal fazer em duas resoluções? Porque eu acho que a gente está
1453 misturando duas competências diferentes do CEAS. Uma que é de aprovar os critérios de
1454 elegibilidade e partilha de recursos que existem. Então, o que a Sedese trouxe, é: a gente
1455 tem esse recurso e a gente está propondo esses critérios para repartir esse recurso. Outro
1456 é criar parâmetros, propor novos, propor novas e aí, por isso, eu acho que duas resoluções
1457 ficariam melhores. É isso. **PRESIDENTE:** Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
1458 **CURVELO - SSVP:** Eu quero fazer uma correção na proposta em vista das justificativas
1459 apresentadas e são plausíveis. No texto ficaria: “O valor estabelecido no *caput* será
1460 atualizado anualmente de forma automática, através de índice de correção pactuado na
1461 CIB e deliberado no CEAS, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira.” Não,
1462 pode colocar nesse mesmo parágrafo. Não, só o primeiro mesmo. Nesse parágrafo 4º que
1463 você incluiu, eu vou até aproveitar e sugerir o texto agora, nesse momento: “O valor
1464 estabelecido no parágrafo anterior...” De pessoas, é. Mas você não tem limite financeiro e
1465 orçamentário para definir a quantidade de pessoas no cadastro, não. “O valor estabelecido
1466 no parágrafo anterior deverá ser reajustado na mesma porcentagem aplicada...” O mínimo
1467 tem que ser reajustado também. “Reajustado na porcentagem nos termos do índice
1468 estabelecido...” Isso, ter a mesma proporcionalidade. “Reajustado nos termos do índice
1469 do §1º.” Parágrafo 4º, depois da palavra reajustado, “pelo índice do §1º.” **PRESIDENTE:**
1470 Ficou claro? Os conselheiros estão esclarecidos? Ele corrigiu. Vocês querem fazer a
1471 leitura? Vamos reler? Eu vou ler do início porque é curtinho. “Art. 1º - Aprovar os critérios
1472 para atualização dos valores dos recursos do Piso Mineiro de Assistência Social Fixo, a
1473 partir de maio de 2022. Art. 2º - O valor do Piso Mineiro de assistência social Fixo será
1474 calculado pela multiplicação do número de famílias cadastradas no CadÚnico para
1475 Programas Sociais do governo federal no estado de Minas Gerais em cada município,
1476 multiplicado pelo valor de R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos).” Sim. Exatamente, é
1477 porque estava na redação do artigo anterior. “§1º - O valor estabelecido no *caput* será
1478 atualizado anualmente por meio de índice de correção pactuado na CIB, deliberado no
1479 CEAS, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira.” A equipe está
1480 recomendando: “do FEAS”. Posso continuar? **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:** Eu não

1481 sei se o Conselheiro Lucas concorda, mas a minha proposta é que retire o CEAS,
1482 “orçamentária e financeira”. **PRESIDENTE:** Ok. Não faz diferença, não. Posso continuar?
1483 Mas o automático não existe, porque ele vai ter que... E eu estou entendendo o seguinte:
1484 tem um índice pactuado, deliberado, não tem nada automático. “§2º A base de dados
1485 utilizada para o cálculo da atualização será a de referência do mês de maio do ano
1486 anterior, extraída do CECAD, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira. §3º
1487 No cálculo dos valores a serem repassados, nenhum município receberá parcela mensal
1488 inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).” Melhora? **DANIEL - CEAS:** A redação anterior
1489 estava aqui embaixo “Nenhum município receberá um valor menor que R\$ 2.000,00.” Isso
1490 era o que estava antes. **PRESIDENTE:** A gente já vai apagar. **DANIEL - CEAS:** Eu sei,
1491 mas estou falando que será que o contexto não é o mesmo. O conteúdo não é o mesmo?
1492 Você está falando da escrita. Entendeu o que eu quero falar? **PRESIDENTE:** Mas o
1493 parágrafo 3º que está ali, agora está claro. “No cálculo dos valores a serem repassados,
1494 nenhum município receberá parcela mensal inferior a R\$ 2.000,00.” De acordo? “Artigo 3º
1495 - O Repasse do Piso Mineiro Fixo, com o valor atualizado se dará a partir do mês de maio
1496 de 2022. A proposta: o repasse regular programado fundo a fundo e obrigatório com valor
1497 atualizado se dará a partir de maio de cada ano.” Eu acho que a primeira redação nesse
1498 caso estava melhor. Está mais direta. **GABRIELE, SEDESE:** Só chamando atenção para
1499 o termo ‘programado’, até 2015 a alteração do decreto do FEAS foi justamente para tirar
1500 isso. Repasse programado é diferente de repasse regular e automático. Programado é até
1501 ruim nesse sentido. **PRESIDENTE:** Mantém a primeira redação? O repasse do Piso
1502 Mineiro, ok, regular. É porque a gente está tentando escrever junto. Você vai acrescentar
1503 na de baixo. Regular e automático. O fundo a fundo é redundante. Vocês acham que tem
1504 necessidade de colocar? **ROBERTA, SEDESE:** A gente tem que seguir o Decreto 48269
1505 porque já está... **PRESIDENTE:** Regular, automático, fundo a fundo, obrigatório do Piso
1506 Mineiro com valor atualizado se dará a partir do mês de maio. Ok. **ROBERTA, SEDESE:**
1507 (Trecho incompreensível) [03:12:55]. **PRESIDENTE:** Está cheio de professor de
1508 português aqui. Elas estão falando da redundância das palavras, gente. **IARA, CSJB:** Por
1509 que a referência é o mês de maio? Desculpa, talvez eu me perdi na discussão, mas eu
1510 gostaria de entender. Por que se dará a partir do mês de maio de cada ano? Por que a
1511 referência é maio mesmo? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** A
1512 gente está seguindo a mesma proposta trazida pela Sedese. **IARA, CSJB:** Mas, por que
1513 o mês de maio? **PRESIDENTE:** É porque quando a gente fez a LOA de 2022, que foi lá
1514 em julho do ano passado, a última base que a gente tinha na época era de maio. A
1515 proposta da Lei Orçamentária, a gente, Poder Executivo, faz no meio do ano. Quando a
1516 gente está no meio do ano, a base disponível para a gente trabalhar é a de maio.
1517 Entendeu? Porque o Poder Executivo tem o ciclo, depois ele manda para o Legislativo até

1518 agosto. **IARA, CSJB:** (Trecho incompreensível) [03:14:24]. **PRESIDENTE:** O que está
1519 acontecendo, gente? Me perdi. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** (Áudio ruim)
1520 [03:14:48]. **PRESIDENTE:** Ela tem impacto direto. Como a base de dados é atualizada, o
1521 número de famílias vai aumentar. (Áudio ruim) [03:15:01] A gente acredita. Não, mas aí é
1522 que está. A gente pode atualizar só o valor e manter a base ou a gente pode atualizar o
1523 valor e a base. Os impactos são diferentes. Você entendeu? **INTERLOCUTOR NÃO**
1524 **IDENTIFICADO:** (Trecho incompreensível) [03:15:22]. **PRESIDENTE:** Então, eu entendi,
1525 gente. Eu não estou falando que a gente não quer. Eu só estou falando que nos dois casos
1526 gera impacto orçamentário e financeiro. Ok? Plenária, podemos considerar finalizada a
1527 redação da resolução? Podemos considerar essa resolução aprovada? **INTERLOCUTOR**
1528 **NÃO IDENTIFICADO:** (Trecho incompreensível) [03:15:51]. **PRESIDENTE:** Já está
1529 corrigido. Já, art. 1º, art. 2º, parágrafos 1º, 2º e 3º, parágrafo 4º e depois... Pessoal,
1530 podemos colocar em votação? Quem concorda com a resolução proposta, por favor,
1531 levante a placa. Considero aprovada por unanimidade. 12h50. Nós estamos com 50
1532 minutos de atraso. Vou pedir para a gente fazer uma hora de almoço, no máximo. Se a
1533 gente conseguir retomar, se não os últimos pontos de pauta vão ficar prejudicados. **(FIM**
1534 **REUNIÃO MANHÃ)** [03:17:02] O ponto de pauta agora é 'Plano de Aplicação de Recursos
1535 de 2022 e a Reprogramação dos Saldos'. Eu vou pedir à Roberta, do FEAS, para fazer a
1536 apresentação. **ROBERTA, SEDESE:** Boa tarde, gente. Esse é o Plano de Aplicação dos
1537 recursos da assistência social para o ano de 2022. A gente apresentou aqui, enviou o
1538 documento para a Secretaria Executiva, para o CEAS, e agora vamos repassar as ações
1539 e qual que é a proposta de utilização do recurso. Eu estou com o mesmo *slide*. Eu lendo,
1540 talvez vocês consigam acompanhar. Ação 1049 – Ações assistenciais à População de
1541 Vulnerabilidade Social no Enfretamento à Pandemia. Era a Fonte 71 – LOA R\$ 1.000,00
1542 – Meta Física 1 porque é uma janela orçamentária. Está condicionada à captação de
1543 recursos. A gente só colocou janela orçamentária condicionada à captação de recursos
1544 porque, até este momento, a gente não tem nenhum tipo de indicação para execução
1545 nessa ação. **PRESIDENTE:** Eu queria complementar. Essa ação orçamentária foi criada
1546 pela Lei de Enfretamento à Pandemia. Ela é uma lei de 2020, de abril ou maio de 2020.
1547 Foi bem no início da pandemia. Em 2020, essa ação orçamentária recebeu muito recurso
1548 de emenda parlamentar. No orçamento de 2021, a Assembleia e a Seplag entenderam
1549 por bem manter como janela orçamentária para eventualmente poder receber recurso. Só
1550 que, de fato, em 2021 ela não teve mais... Não teve alocação e, para esse ano também,
1551 não. Ela segue como uma janela orçamentária com essa justificativa. **ROBERTA,**
1552 **SEDESE:** Ação 1059 – Aproximação Suas, fonte 71 – R\$ 1.000,00 – Meta Física pactuada
1553 no PPAG 2022 são 38 municípios. Foi disposta no PPAG como janela orçamentária
1554 condicionada à captação de recursos. Mas, a gente já colocou que a proposta repasse de

1555 incentivo financeiro e apoio técnico com 73 municípios mineiros, com os menores índices
1556 de IDHM. Então, mesmo sendo janela orçamentária, a gente já tem uma sinalização para
1557 captação de recursos. A gente já está falando aqui o objeto. Já está fazendo a proposição
1558 do objeto da ação. Inclusive tem meta para a ação e já tem a sinalização de captação de
1559 recursos para esse objetivo. Ação 1066 – Transferência de Renda para Famílias em
1560 Situação de Vulnerabilidade Social, fonte 71 – LOA R\$ 1.000,00. É uma janela
1561 orçamentária condicionada à captação de recursos. Só que a gente já colocou aqui,
1562 auxílios, repasses socioassistenciais. O valor do Recupera Minas já foi suplementado
1563 nesta ação e está sendo executado nesta ação conforme pactuado no CEAS. Ação 4129
1564 – Capacitação, Apoio Técnico e Gestão do Suas, fonte 56 – R\$ 126.523,00. Só lembrando,
1565 fonte 71 é Fundo Estadual da Miséria. fonte 56 é Recurso do governo federal. LOA, fonte
1566 56 – R\$ 126.523,00, fonte 71 – R\$ 186.466,00 – Meta Física: 15.000 pessoas qualificadas.
1567 E eu queria destacar, antes de ler para vocês, uma peculiaridade dessa ação que é
1568 seguinte: estamos aqui com um valor de R\$ 126 mil de fonte 56, mas nós temos aqui já
1569 contratado no ano passado as instituições de ensino para execução que vai ser executado
1570 nessa ação. Só que o valor não é suficiente, mas é porque a gente precisa suplementar
1571 como saldo, a partir do saldo financeiro. Foi programado já. O planejamento já era usar
1572 aquele saldo dos recursos lá do governo federal, com ele já disse ontem, já está discutindo
1573 aqui lá na prestação de contas de 2020 a gente também falou sobre isso. Esse valor está
1574 aí, mas o valor da LOA, da fonte 56, não contempla esses recursos do governo federal
1575 que estão como saldo financeiro. Na sequência, também vamos passar pela
1576 reprogramação dos recursos da fonte 56. Já estou adiantando aqui porque a fonte 56, que
1577 é do governo federal, este valor que está aí é o valor de receita estimada. É o valor da
1578 receita estimada. Não contempla o valor que já está na nossa conta, o nosso saldo
1579 financeiro. Têm 15 mil pessoas qualificadas a meta e as atividades: gestão, despesas com
1580 viagem, estagiários, pagamentos de pessoal, equipamentos, manutenção e
1581 desenvolvimento de sistemas e demais atividades inerentes à manutenção da Subas e
1582 gestão do Suas. Custeio das ações de educação permanente, apoio técnico, capacitação,
1583 formação e núcleo de educação permanente presenciais ou a distância, incluindo
1584 pagamento à instituição de ensino superior - IES sobre a gestão e oferta de serviço e
1585 programa entre eles. Aqui estão os cursos que foram contratados na IES. Programa
1586 Acessuas Trabalho; Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Vigilância
1587 Socioassistencial; Atuação Socioassistencial no contexto de Emergência e Calamidade
1588 Pública; Gestão Financeira e Orçamentária; Cadastro Único; Medida Socioeducativa em
1589 Meio Aberto; Ações Estratégicas do PET, entre outros. Fonte 71 – R\$ 186.466,00 – Esse
1590 valor que está aqui é para gestão do Suas, manutenção da Subas, manutenção e
1591 desenvolvimento de sistemas Prodemge, pagamento de pessoal e educação permanente.

1592 A gente deixou mais aberto pensando em uma possibilidade esse valor aqui dos R\$ 186
1593 mil, ele foi reservado, segundo o planejamento apresentado no OBZ, foi autorizado para
1594 manutenção de sistemas, para o SIGCON. Ação 4130, fonte 56, governo federal - Valor
1595 da LOA R\$ 805.789,00; Fonte 71 – R\$ 3.723.739,00 – Meta Física pactuada no PPAG
1596 2022, são 33 municípios. No momento da pactuação do PPAG, no Conselho, a gente até
1597 chegou a discutir essa questão que foi o seguinte, gente: a meta foi incluída no sistema
1598 com uma divergência. Estavam 36 municípios, foi corrigido para 33, mas o número correto
1599 é 32 municípios que são os municípios que contemplam tanto o Centro Dia de referência,
1600 os Creas municipais cofinanciados e os municípios acompanhados pelo Creas. Essa é a
1601 composição dessa meta. Na meta correta são 32 municípios. Não são 33 municípios. Só
1602 que ficou no sistema registrado dessa forma e esse caso a correção não foi efetivada de
1603 forma completa. Queria aqui esclarecer para vocês mais uma vez. Em relação às
1604 atividades, na Fonte 56, estão previstas: manutenção dos quatro Creas e repasse de parte
1605 do cofinanciamento federal aos cinco Creas: Canápolis, Paineiras, Monte Alegre de Minas,
1606 Padre Paraíso e Morada Nova de Minas. E pagamento de pessoal. Fonte 71 –
1607 R\$ 3.723.739,00 – atividades de repasse do cofinanciamento estadual referente às
1608 pactuações assumidas com outros entes federados: manutenção dos Creas regionais,
1609 pagamento de pessoal, que são esses repasses aqui: referências técnicas e os Creas
1610 municipais cofinanciados a parcela referente ao estado. Ok, até aqui? Ação 4131 –
1611 Proteção Social Especial de Alta Complexidade, fonte 56 – Previsto na LOA
1612 R\$ 300.288,00 – Cumprimento dos termos de colaboração para ofertas dos serviços de
1613 acolhimento para pessoas com deficiência, Residências Inclusivas, termos de aceite
1614 federal. Fonte 71 – R\$ 8.175.232,00 – Contempla tanto o repasse de cofinanciamento aos
1615 municípios para oferta dos serviços de acolhimento para as pessoas com deficiência como
1616 cumprimento dos termos de colaboração para manutenção de vagas de acolhimento para
1617 pessoas com deficiência, as Residências Inclusivas, Casa Lar, acolhimento PCD,
1618 parcerias. Que são aqueles termos de colaboração que as 29 entidades, que a gente faz
1619 o repasse quadrimestral, conforme cronograma de desembolso pactuado no plano de
1620 trabalho. Meta Física – São 57 unidades que contemplam tanto essas parcerias como
1621 essas unidades de acolhimento do repasse do cofinanciamento aos municípios. O Piso
1622 Mineiro de assistência social Fixo, fonte 71 – O valor da LOA R\$ 72.045.693,00 – Meta
1623 Física 853 municípios cofinanciados. O cofinanciamento estadual prevê as atividades o
1624 cofinanciamento estadual, tipo de serviços e benefícios eventuais que é o repasse do piso.
1625 Ação 4133 – Apoio ao Controle Social e Gestão Descentralizada, fonte 56 – Prevê
1626 R\$ 119.400,00 – Contemplando 34 reuniões plenárias e conferências realizadas. As
1627 atividades são: manutenção das atividades de apoio ao controle social, incluindo reuniões,
1628 pagamento de pessoal temporário, capacitações, despesas de viagens dos conselheiros,

1629 aquisição de equipamentos. Despesas conforme planejamento anual do Conselho e
1630 manutenção da CIB. Ação 4534 – Piso Mineiro de Assistência Social Variável, fonte 10 –
1631 LOA R\$ 1.000,00 – Meta física pactuada é 01 município, é uma janela orçamentária
1632 condicionada a captação de recursos. Ação 4535 – Rede Cuidar – Aprimoramento da
1633 Rede Socioassistencial do Suas, fonte 10 – R\$ 1.000,00 – Meta Física são 120 unidades
1634 socioassistenciais beneficiadas. As atividades previstas são repasses para entidades
1635 socioassistenciais do Programa Rede Cuidar, conforme Resolução CEAS nº 745/2021.
1636 Essa é uma janela orçamentária e já está sendo efetivada a suplementação orçamentária
1637 para que a gente dê prosseguimento às pactuações do ano de 2022, seguindo os critérios
1638 pactuados no final do ano passado. **PRESIDENTE:** Deixa eu fazer um destaque agora?
1639 O Rede Cuidar, para quem estava no Conselho no ano passado, a gente recebeu um valor
1640 de... Fugiu a palavra. Nós recebemos no ano passado um valor destinado, de
1641 compromisso do governo com a Assembleia no âmbito da aprovação do acordo da Vale.
1642 Esse valor foi destinado para o Rede Cuidar, foram R\$ 25 milhões para serem gastos ano
1643 passado, esse ano e, se sobrar, até o ano que vem. O que acontece é que quando a Lei
1644 Orçamentária foi para a Assembleia não tinha essa previsão. Esse ano, inclusive amanhã
1645 – ontem mesmo eu cobre do SPGF essa suplementação do Rede Cuidar – está para sair
1646 no valor inicial de R\$ 5 milhões para a gente começar a executar Rede Cuidar esse ano.
1647 Do valor dos 25, vai deduzir o que a gente gastou no ano passado, vai suplementar um
1648 tanto para esse ano. Esse ano tem que manter uma proporcionalidade em relação ao ano
1649 passado por causa da legislação eleitoral. Pelos nossos cálculos, a gente vai conseguir
1650 executar aproximadamente R\$ 10 milhões, e eles vão suplementar na medida da
1651 necessidade. Esse valor já é um valor reservado, destinado para a execução do Programa
1652 Rede Cuidar. Só para esclarecer. Essa resolução que deliberou o programa no ano
1653 passado – para quem lembra – ela deliberou.... Tudo que foi deliberado foi para a vigência
1654 2021 e 2022. Podemos abrir? Sim. Juanita primeiro ou Ludson? Ludson. **LUDSON,**
1655 **CRESS:** Na verdade, é uma questão bem simples, parte já foi respondida que era o valor
1656 da suplementação, mas teve outra suplementação também que foi citada e não foi falado
1657 o valor. Mais à frente, se puder passar para a gente. Era só isso. **PRESIDENTE:** É do
1658 Aproximação Suas? **LUDSON, CRESS:** Isso. **PRESIDENTE:** O Aproximação Suas é
1659 porque a gente fez um pleito para a Cofin. O Aproximação Suas também é um programa
1660 que já foi deliberado pelo CEAS. Ele tinha recurso alocado em 2021, o programa prevê
1661 atendimento de 73 municípios. Em 2021 a gente conseguiu atender 47. Restam ainda 26.
1662 Esses 26 a gente já fez o pleito para a Seplag. Isso a gente está aguardando. Essa
1663 suplementação não saiu e essa eu não sei se sai ainda agora, fevereiro ou março. Eu
1664 espero que saia até março. **LUDSON, CRESS:** Mas qual o valor que seria necessário?
1665 **PRESIDENTE:** O valor é mais ou menos R\$ 3 milhões para esses 26 municípios. **MARIA**

1666 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu peço desculpas, mas a minha fala vai ser um pouco longa
1667 no sentido de que é a primeira reunião que esse colegiado está tendo e que a gente está
1668 tratando de assuntos que dizem respeito a recurso financeiro. E é o primeiro mandato dos
1669 conselheiros, de muitos, então a gente precisa fazer uma breve contextualização para
1670 compreensão de todos. Porque aqui nem todos são especialistas e não devem ser
1671 mesmo, não, porque a nossa ação aqui é política. O Plano de Aplicação do FEAS trata-
1672 se de um planejamento que a gestão está fazendo para gastar o recurso que está previsto
1673 no orçamento. É o planejamento que o gestor está solicitando autorização do Conselho
1674 para executar. Esse planejamento, geralmente ele faz por trimestre porque a prestação
1675 de contas do CEAS é trimestral, então tem que ter uma lógica e é uma das competências
1676 o CEAS aprovar esse Plano de Aplicação de recurso. Está lá no inciso do art. 13º, se eu
1677 não me engano. Compete ao CEAS aprovar o Plano de Aplicação. Todo recurso disposto
1678 em fundo especial precisa ter um Plano de Aplicação. Nós estamos aqui aprovando de
1679 que forma o órgão gestor vai gastar o recurso do FEAS, que o orçamento do valor é R\$ 80
1680 e alguns milhões, que eu não estou com ele aqui. No orçamento do FEAS existem 10
1681 ações, que estão na LOA, que já foi aprovado por esse colegiado no ano passado e já foi
1682 publicado. As 10 ações, cada ação dessa é uma ação orçamentária disposta no
1683 orçamento. Dessas 10 ações, 4 são janelas orçamentárias. É claro que a Roberta falou
1684 tudo aqui. Eu só estou repetindo para ficar um contexto mais entendível para aqueles que
1685 têm pouco vivência com orçamento. Das 10 ações, 6 são janelas orçamentárias, ou seja,
1686 é uma dotação simbólica que não há garantia de execução. É claro que vai buscar captar
1687 recurso, mas não tem garantia de execução. Abriu essa janela que se entrar recurso não
1688 precisa pedir autorização da Assembleia para incluir esse valor no orçamento. Como eu
1689 sou coordenadora da comissão e nós não tivemos tempo hábil de fazer essa discussão
1690 por causa de todo esse contexto que aconteceu, eu fiz a minha análise e vou compartilhar
1691 com todos aqui. O planejamento de gasto da gestão desses recursos está dividido em 4
1692 trimestres. Está dando uma média por trimestre, de aproximadamente de 20% a 30% de
1693 gasto desses R\$ 80 milhões. O estado propõe gastar uma média de 20% a 30% para
1694 chegar no final do ano com uma totalidade de 100%. Nas ações socioassistenciais,
1695 conforme está ali, a ação 1040, que é uma janela orçamentária, essa ação foi ações
1696 socioassistenciais para população em situação de rua no enfrentamento à pandemia da
1697 covid. Essa ação foi fruto de emenda parlamentar. Não lembro em qual orçamento, que
1698 eu estava lá, também não guardo o nome da lei, mas foi falado pela Roberta aqui. Mas
1699 não tem orçamento para ser executado conforme está apresentado aí. É só uma janela
1700 orçamentária. O comentário que eu trago é da seguinte forma, porque o orçamento
1701 materializa a ação política. É isso que a gente tem que observar. Nós ainda não temos
1702 nenhuma ação para essa população de rua, considerando a covid-19, que a gente ainda

1703 está vivenciando ela, porque se a gente já tiver não tem garantia de orçamento. É esse
1704 comentário que eu tenho que fazer com relação a essa ação. A segunda ação,
1705 Aproximação Suas, também é uma janela orçamentária. Esse é um programa de governo
1706 que está lá no PPAG. No PPAG o Suas está chamado de Aproximação Suas. É um
1707 programa guarda-chuva onde ele tem várias ações. Como a Roberta falou, é um programa
1708 de governo que articula várias regionais. Eu lembro que esse programa foi aprovado no
1709 CEAS, na época. E a necessidade dele, que ela está falando que é de R\$ 3 milhões, está
1710 aí uma janela orçamentária. A gente não tem a garantia de executar, mas provavelmente
1711 vai ter recurso porque é um programa de governo. E, geralmente, para programa de
1712 governo não falta recurso. A outra ação que é a transferência de renda para famílias em
1713 situação de vulnerabilidade, também é uma janela orçamentária. Foi fruto daquele
1714 envolvimento todo da covid-19, dessa lei de uma proposta da Assembleia, na época, que
1715 quando foi implantado esse recurso, inicialmente estava na unidade orçamentária Sedese.
1716 Esse conselho fez uma ação lá na Assembleia para que essa ação voltasse para o FEAS,
1717 se eu não me engano. Nós fizemos essa articulação, o CEAS, e essa ação veio para o
1718 FEAS. Essa ação estava sendo executada na unidade orçamentária Sedese, que não
1719 teria nenhuma obrigação de passar pelo FEAS, mas nós lá, junto com o gabinete do
1720 André, fizemos uma articulação para essa emenda vir para o FEAS, se não me falha a
1721 memória. Também é uma janela orçamentária, não tem garantia de transferência de renda
1722 para a família em situação de vulnerabilidade nesse orçamento. A ação 4129, Capacitação
1723 e apoio técnico e gestão do Suas. Aí a gente precisa refletir. Porque aqui está a principal
1724 função do estado, que é capacitar e apoiar tecnicamente os municípios. O recurso que
1725 está aqui tem um gasto grande das despesas da Subas, de custeio das ações de
1726 educação permanente. E tem que ter mesmo por que o nome diz isso, e do Programa
1727 Acessuas. O recurso é R\$ 126 mil. Qual que é o problema dessa ação? A meta dessa
1728 ação que está ali, a meta física, 15 mil pessoas qualificadas, no PPAG não é esse número
1729 (áudio ruim) [00:25:51]. No PPAG não, no PEAS, no Plano Estadual de Assistência Social
1730 a meta é 6 mil pessoas qualificadas. Como ali está 15 mil pessoas qualificadas sendo que
1731 o planejamento da assistência social de 2020 a 2023 está lá que é de 6 mil pessoas
1732 qualificadas. O planejamento da secretaria está indo contra o plano estadual de
1733 assistência social. Isso é uma indagação que a gente precisa ver. Se a gente vai garantir
1734 15 mil pessoas qualificadas, o PEAS tem que ser atualizado. Até porque esse Conselho
1735 aprovou o Plano de Assistência Social do estado. Eu até *'printei'* o quadro do PEAS que
1736 fala o número de pessoas que vão ser qualificadas nessa ação no ano de 2022. São 6 mil
1737 pessoas qualificadas e o valor do recurso que estava lá é R\$ 1.700 milhão, a necessidade
1738 de capacitar 6 mil pessoas do planejamento que estava lá era de R\$ 1.700 milhão. Aí está
1739 R\$ 126 mil. R\$ 126 mil mais R\$ 186 mil, aumentou o público e diminuiu o recurso. Então

1740 a gente precisa compreender isso. Eu vou fazer tudo e vocês vão anotando para dar as
1741 respostas para a gente, por gentileza. Na ação de regionalização da proteção especial.
1742 Nessa ação a Subas propõe gasto com a manutenção de nove Creas e cofinanciamento
1743 do estado referente a pactuações que já foram assumidas, com relação aos Creas
1744 regionais manutenção de pessoal. Qual é a questão que a gente precisa pensar aqui?
1745 Essa proposta apresentada está em desacordo com o Plano Estadual de Assistência
1746 Social também referente ao ano de 2022. Lá, a meta desse ano para essa ação é 48
1747 municípios abrangidos e o valor, se não me engano, é diferente desse também. O valor lá
1748 está R\$ 5.084.400,00. Eu *'printei'* o quadro lá do PEAS. A meta que vocês estão trazendo
1749 para a gente aprovar está diferente do Plano Estadual de Assistência Social. A gente não
1750 pode aprovar porque lá no PEAS é um planejamento. Se houve mudança, eu não sei. O
1751 conselho tem que nos informar se houve. Na outra ação, 'Proteção Especial de Alta
1752 Complexidade', tem um valor orçado de R\$ 8.475 milhões e a Subas propõe gastos com
1753 cofinanciamento das Residências Inclusivas e manutenção de Casas Lares. Qual é o meu
1754 questionamento aqui para a gente refletir? Essa proposta, também apresentada, está em
1755 desacordo com o Plano Estadual de Assistência Social referente ao ano de 2022. Lá traz
1756 330 pessoas acolhidas e o valor necessário é R\$ 8.450.998,00. Houve mudanças nesses
1757 valores e metas? Até para a gente compreender por que os planejamentos têm que ser
1758 casados. Na ação Piso Mineiro, eu vou retirar o meu comentário porque o comentário aqui
1759 era a questão do aumento, seguindo a lógica da conferência, mas a gente já discutiu sobre
1760 isso, então desconsidera. Inclusive, porque no PEAS o valor está diferente, está
1761 R\$ 63.278.000,00 milhões, mas eu entendo que foi uma conquista que vocês fizeram. O
1762 PEAS deve ser atualizado também. Na ação 'Apoio ao Controle Social e a Gestão
1763 Descentralizada', que essa ação é do CEAS e outras questões também, o valor orçado é
1764 de R\$ 119 mil, sendo recursos do governo federal, fonte 56. A meta que está trazendo ali
1765 é 34 reuniões plenárias e conferências realizada e a Subas propõe realizar reuniões com
1766 pagamento de pessoal temporário, capacitação, viagem de conselheiro e manutenção da
1767 CIB. Esse ano a gente não tem plenária. A gente não tem conferência, se eu não me
1768 engano. E o que eu gostaria de refletir aqui? A proposta financeira está em desacordo
1769 com o Plano Estadual de Assistência Social referente ao ano de 2022. Lá constam 10
1770 encontros de Urcmas e Fóruns, e não consta nesse planejamento que foi apresentado
1771 pelo órgão gestor. A meta dessa ação é: manutenção e fortalecimento do CEAS, CIB;
1772 realização de conferências e apoio as demais instâncias de negociação do Suas (Fórum
1773 de Trabalhadores, Fórum de Usuários, Entidades e Urcmas). Qual que é a meta para
1774 2022? Reuniões realizadas: 12 CEAS; 12 da CIB; 10 Encontros de Fóruns e Urcmas. Não
1775 tem essa informação ali, a meta está diferente. A ação do Piso Mineiro Variável também
1776 é uma janela orçamentária. Esse é um financiamento obrigatório do estado e que já tem

1777 uns anos que não é repassado. E ele entra com janela orçamentária, ou seja, não tem
1778 previsão de executar mais um ano o piso variável. Esse piso variável, eu busquei nos
1779 históricos de prestação de contas do CEAS, esse recurso financia 114 municípios e o valor
1780 é R\$ 9.916 milhões. O que paga esse valor? É uma série histórica, antes do modelo de
1781 Suas que financiava 101 municípios para atender 6 serviços e um programa de
1782 atendimento ao migrante. Ele financiava termo de aceite firmado pelo governo estadual a
1783 municípios com governo federal, que era 50% para Residência Inclusiva de 10 municípios.
1784 Provavelmente, eu fico imaginado, eu não sei e a gente precisa.... Esse recurso porque a
1785 Residência Inclusiva entra na outra complexidade. Provavelmente esse financiamento
1786 para Residência Inclusiva está lá em cima, mas não vem explicação. Financia um Centro
1787 Dia do município de Belo Horizonte e negociação com o Ministério Público para
1788 acolhimento institucional de pessoa com deficiência no município de Abaeté. Isso significa
1789 o quê? Esse piso vai ser acabado? A gente precisa definir isso aqui no Conselho, porque
1790 nós temos um passivo de dívida do estado, com relação a esse piso, de vários anos. Se
1791 eu não me engano desde 2018, alguma coisa assim, aí o CEAS tem que buscar a
1792 memória. A gente precisa tomar essa decisão porque a gente não vai ficar... Essa ação
1793 vindo só como janela orçamentária, para quê? E como é que nós vamos fazer com essa
1794 dívida de anos que não foram pagos esses R\$ 9 milhões para esses municípios? Será
1795 que esses estão executando esses serviços? A gente precisa dessa informação também.
1796 Na ação 4135, o Rede Cuidar também é uma janela orçamentária. Fonte de recurso 10,
1797 ou seja, do recurso do tesouro. Meta Física que está lá é de 120 unidades beneficiadas.
1798 Tem uma resolução do CEAS, de 2021, que aprova os critérios. Alguns comentários que
1799 a gente precisa refletir: essa resolução do CEAS, que a Sedese traz no planejamento
1800 referente a 2011, eu pesquisei, aprova critérios de elegibilidade de partilha dos recursos
1801 financeiros do Programa Rede Cuidar para os exercícios de 2021 e 2022, no valor de
1802 R\$ 32 milhões, sendo R\$ 7.250 milhões provenientes da Loteria Mineira e R\$ 25 milhões
1803 provenientes de recursos indicados pela Assembleia. Se nós temos compromisso desse
1804 conselho para 2022, como é que eu só tenho uma janela orçamentária ali? Eu sei que ali,
1805 antes, quando eu estava como conselheira, ali era um recurso da Loteria. E a Sedese já
1806 explicou que não pode prever recurso da Loteria ali, mas eu acho que isso precisa ser dito
1807 e registrado nesse pleno. Depois eu faço as minhas sugestões aqui, considerando, mas
1808 são esses os questionamentos que eu gostaria de fazer e depois eu gostaria... Porque
1809 isso vai alterar diretamente a proposta que a Sedese trouxe de reprogramação de saldo.
1810 Porque, se a gente tem vazios financeiros nesse orçamento, na proposta orçamentária
1811 que nos foi encaminhada, isso precisa ser incluído nesse Plano de Aplicação do FEAS.
1812 Eu acho que é outro momento que eu faço avaliação geral. **ROBERTA, SEDESE:** Em
1813 relação aos conceitos gerais do orçamento, acho que foi muito pertinente. A gente queria

1814 muito fazer as capacitações que foram realizadas ontem, antes deste momento que vocês
1815 estão discutindo pautas orçamentárias, justamente para os conselheiros terem condição
1816 de entender o que está sendo discutido e o porquê de algumas questões. Entender as
1817 limitações formais e legais de algumas colocações. Então, acho que foi muito pertinente
1818 a gente ter feito previamente a capacitação ontem. Eu acho que a gente discutiu algumas
1819 dessas questões já, ontem, do conceito de janela orçamentária, das questões das fontes...
1820 Demos alguns exemplos que eu acho que até ajudam a esclarecer um pouco e entender
1821 o que estamos discutindo. Todas as dúvidas que tiverem aqui, vocês coloquem. Nossa
1822 função aqui é justamente esclarecer todas as dúvidas. Em relação à ação 1059
1823 'Aproximação Suas'. A 1049 não tem nenhuma ação planejada. Outra coisa que eu queria
1824 falar antes de discutir item a item, é o seguinte: quando nós fizemos o Plano de Aplicação,
1825 nós estamos fazendo o Plano de Aplicação com o que está disponibilizado na LOA e o
1826 que foi pactuado no PPAG. Em relação à ferramenta do PPAG que também discutimos
1827 ontem, o que é PPAG, o que é LOA e também conversamos sobre o fluxo que isso... Qual
1828 é o fluxo que isso segue e os prazos referentes a essas pactuações. Nossa proposta
1829 elaborada, a gente inicia a elaboração dela no mês de junho/julho do ano anterior. Isso
1830 vai para a Assembleia no mês de agosto para aprovação em setembro. A gente faz com
1831 antecedência e a submete devidamente ao Conselho Estadual de Assistência Social no
1832 ano de 2021, tanto a distribuição dos recursos como a questão da meta física que também
1833 estava sendo pactuada. Isso foi discutido com o Conselho Estadual de Assistência Social
1834 e aprovado em plenária. A gente vai tirar as dúvidas das metas, de acordo, porque têm
1835 muitos conselheiros que não compunham o Conselho no ano passado, para que vocês
1836 possam acompanhar da forma mais devida e empoderada possível. Em relação à ação
1837 1049 é uma janela. Não tem ação sendo executada, acho que no sentido que a Mariana
1838 já informou previamente. O 'Aproximação Suas' é uma janela orçamentária. A Mariana já
1839 falou que a gente está captando recurso para essa ação. No momento da LOA não tinha
1840 nenhuma sinalização e parte desse recurso a tentativa é uma das possibilidades, é uma
1841 captação junto com a Loteria do estado de Minas Gerais. No momento que a gente não
1842 teve recurso, a gente pleiteou imediatamente ao governo para suplementar de imediato
1843 para já vir previsto na LOA e eles falam que os pleitos deveriam ser reencaminhados agora
1844 em 2022. Só para deixar bem claro que a gente está tentando ser o mais ativo possível e
1845 não ser passivo nesse sentido. É uma diretriz da Mariana que a gente sempre busque
1846 esse aumento de forma tempestiva do orçamento da assistência social. Em relação,
1847 inclusive esses 38 municípios, nós conseguimos uma suplementação no ano passado.
1848 Quando a gente fez essa meta do PPAG 2022, nós tínhamos a previsão de conseguir
1849 recurso em 2021. A gente tinha recurso suficiente para quantos municípios, Elder? Para
1850 35 municípios. E submetemos pleito, a secretária foi bem ativa para conseguir o recurso

1851 adicional para isso, e a gente conseguiu puxar os 12 municípios que não tinha recurso
1852 provisionado até o momento da implementação da nossa proposta para a LOA. Então a
1853 gente conseguiu já cumprir em 2021, 12 desses 38 municípios que estão previstos na
1854 meta de 2022. Tem o limite total. Era o número que a gente achou que faltaria, mas a
1855 gente conseguiu puxar e cumprir a meta que tinha sido proposta para 2021, que não era
1856 o contexto que a gente tinha no momento da nossa pactuação, está, gente? Da nossa
1857 proposta para a LOA. Do Aproximação Suas são essas as informações. O 1066 também
1858 é janela, a gente não tinha nenhum recurso provisionado naquele momento. Não tinha
1859 nenhuma perspectiva. A gente achou importante colocar como janela. O que foi muito
1860 providencial porque a gente conseguiu, neste momento a gente está com R\$ 100 milhões
1861 provisionados nessa ação, na 1066, de fontes distintas, tanto fonte 71 como fonte 60 da
1862 LEMG, para acobertar as despesas com o Recupera Minas que discutimos na plenária
1863 passada. Já teve um incremento maior do que o valor total da LOA na assistência social.
1864 Na 4129 eu vou passar para a Gabi para ela complementar. **ELDER, SEDESE:** Um
1865 esclarecimento sobre o Aproximação, gente. Para além de ser um programa de governo,
1866 o Aproximação Suas dá recursos para os municípios fazerem exatamente o que está
1867 previsto na LOAS, no Suas e todas as suas diretrizes. O recurso é para estruturação de
1868 equipe volante, cadastramento do CadÚnico, compra de material para o Cras e todos os
1869 serviços, benefícios e projetos de proteção social básica. Ele fortalece o Suas. Ele não é
1870 só um projeto de governo, não. **GABRIELE, SEDESE:** Também fazendo alguns
1871 esclarecimentos, eu acho que vão para além da ação 4129, mas a conselheira trouxe a
1872 questão das metas físicas pactuadas no Plano Estadual de Assistência Social. Eu vou
1873 lembrar que o plano foi aprovado por este conselho em novembro de 2019. Ontem, acho
1874 que foi até o Conselheiro João Vitor, na capacitação, teve uma fala muito positiva
1875 explicando para a gente a questão do orçamento, dos valores previstos que a gente faz
1876 naquele momento de elaboração da LOA, do PPAG, um retrato, uma estimativa da
1877 arrecadação para os anos seguintes. Esse retrato vai ficando cada vez mais assertivo,
1878 mais próximo da realidade conforme o tempo vai passando. Esses dados que a
1879 conselheira trouxe com relação ao valor financeiro, explicando porque que é diferente: o
1880 valor financeiro que está lá no PEAS era expectativa do PPAG. Era o valor do PPAG 2020.
1881 Agora, em 2022, a gente precisa atualizar esse valor no processo de revisão anual do
1882 PEAS. Eu não estava aqui ao longo do ano passado, mas foi feito um acordo, uma
1883 deliberação nesse conselho que a revisão anual do PEAS vai ser feita junto com o relatório
1884 de gestão. Esse ano a nossa proposta é trazer em março, porque aí vocês têm um relatório
1885 anual de gestão que demonstra as ações executadas pela gestão no ano de 2021 para
1886 pactuar revisão do PEAS para 2022. Esses valores vão ser atualizados. O valor financeiro,
1887 de acordo com o PPAG. O valor da meta física também é o que está posto aí é o que já

1888 está aprovado também pelo Conselho no PPAG referente ao ano de 2022. O processo de
1889 revisão anual que precisa ser traduzido no PEAS durante essa revisão anual que a gente
1890 vai fazer agora no mês de março. E só explicando por que que a meta da 4129 muda tanto
1891 ao longo dos anos e a gente ampliou essa meta. Quando a gente propôs o PEAS, a gente
1892 tinha proposto uma meta de 4.500 pessoas qualificadas lá em 2020 porque a gente só
1893 tratava de capacitações presenciais. A gente contava também só as capacitações, não
1894 todos os apoios técnicos realizados. Foi até este Conselho que solicitou que essa meta
1895 fosse ampliada progressivamente. Para 2021 ficou 6.000, para 2022 ficou 6.600 e para
1896 2023 ficou 7.200. Isso lá no final de 2019. Com a pandemia, a partir de 2020 a gente viu
1897 dados muito superiores a essa meta porque a gente tem alcançado muito mais
1898 trabalhadores nas ações a distância. A exemplo, em 2021, de janeiro a dezembro, a gente
1899 chegou a 30.000 participações. Essa meta de 15.000 é viável e ela está posta no PPAG
1900 pensando nas ações a distância. Eu acho que desses primeiros pontos, o que eu queria
1901 esclarecer são esses, e os valores de meta para todas as ações que estão aí são da
1902 proposta de revisão do PPAG 2022. **PRESIDENTE:** Obrigada. **ROBERTA, SEDESE:** A
1903 gente está fazendo só as justificativas para abrir. Em relação à ação 4130 e a 4131, eu
1904 vou falar de forma mais ampla. Uma questão que eu acho relevante aqui tratar, que já
1905 responde à questão posta mais à frente na ação 4534, referente ao Piso Variável, eu vou
1906 passar para o Cristiano, se ele quiser adicionar qualquer informação. Isso já responde
1907 esse e o que está posto na 4534, referente ao Piso Variável. No ano passado, nós
1908 conseguimos um descontingenciamento de recursos referentes.... Junto ao Comitê de
1909 Orçamento e Finanças, o valor que foi contingenciado no DPO. Nós falamos ontem do
1910 Decreto de Programação Orçamentária que tinha colocado um limite. Acho que até falei
1911 ontem sobre esse descontingenciamento, mas retomando porque esse é o local correto
1912 para a gente retomar as informações. Esse descontingenciamento nos permitiu fazer o
1913 pagamento, tanto do ano de 2021 como dos anos anteriores 2019 e 2020, dessas
1914 pactuações assumidas. E a gente conseguiu isso depois de muita negociação. Foi um
1915 trabalho que a gente trouxe para as reuniões do Conselho, nas prestações de contas a
1916 gente discutiu isso. E a Mariana conseguiu construir essa estratégia para liberação desse
1917 descontingenciamento. Ela e a Beth conseguiram construir isso junto com o governo, e a
1918 gente informando que eram ações da média, ações da alta, então essas pactuações que
1919 anteriormente eram pagas lá no Piso Variável, que eram referentes à média, foram pagas
1920 na média. E que eram referentes à alta complexidade foram pagas na alta complexidade.
1921 Não há dívidas neste momento, nenhuma dívida. Só referente a 2022 que a gente está
1922 para abrir agora o plano de serviços que a gente já vai mandar. Já está previsto aqui na
1923 nossa proposta, que é o quê? Na 4130 a gente está aqui no Plano de Aplicação a proposta
1924 aí: de repasse de parte de cofinanciamento federal, cinco Creas. Faltou uma informação

1925 aí.... Ah, não, está na fonte 71: 'Repasse de cofinanciamento estadual referente às
1926 pactuações assumidas com outros entes'. Eu estou lendo lá e o computador está na minha
1927 frente. Estou sofrendo à toa. Sofrendo sem necessidade. Esse repasse do
1928 cofinanciamento referente às pactuações assumidas, ele contempla tanto os Creas
1929 municipais cofinanciados, a parcela na fonte 71 está previsto que a parcela estadual e na
1930 fonte 56 está prevista a parcela do federal. E também ele contempla o Centro Dia de BH,
1931 que era uma pactuação que estava previamente assumida que a Conselheira Juanita citou
1932 aqui referente ao Piso, a ação 4534. E na ação 4131 estão contempladas as Residências
1933 Inclusivas cofinanciadas, também citadas pela Conselheira Juanita. Já está contemplando
1934 aqui 57 unidades, porque têm as parcerias do Programa Casa Lar, mais essas unidades
1935 cofinanciadas, por isso também a mudança da meta de vagas, que as vagas só
1936 contemplavam esses termos de colaboração do Programa Casa Lar. Mas, quando a gente
1937 colocou, mudou, incluiu aqui a meta das unidades cofinanciadas para Residência
1938 Inclusiva, não fazia sentido manter o conceito de vagas. Alterou-se para o conceito de
1939 unidades apoiadas por fazer mais sentido para isso ser contemplado e acompanhado pelo
1940 Conselho no decorrer do ano, nos momentos das prestações de contas trimestrais. Eu
1941 queria ver se o Cris tem alguma coisa para adicionar. **CRISTIANO, SEDESE:** Boa tarde,
1942 pessoal. Obrigado pelo convite. Não estou mais no Conselho, mas sigo aqui apoiando.
1943 Para quem não me conhece e não estava na última plenária, eu respondo pela
1944 Superintendência de Proteção Social Especial aqui na Subsecretaria de Assistência.
1945 Comigo tem duas diretorias, que é uma Diretoria de Média Complexidade e uma Diretoria
1946 de Alta Complexidade. As duas ações referentes à Proteção Especial que estão aí e que
1947 vocês estão discutindo, que é a 4130, que é da regionalização, e a 4131 que é da Alta
1948 Complexidade, elas estão na minha superintendência. Vou trazer algumas informações
1949 para tentar completar isso que já foi falado e tentar esclarecer alguns dos pontos que a
1950 Juanita falou e perguntou, para todo mundo ter ciência. E, se tiver alguma dúvida, é só
1951 perguntar. Ok? O primeiro ponto a Roberta já tratou aqui que é em relação à antiga série
1952 histórica, que a gente pegou tudo que era referente a termo de aceite, a gente trouxe para
1953 ação da média complexidade, na 4131 que foi o Centro Dia, que a Roberta Falou. Que é
1954 uma pactuação feita entre o estado e o Governo Federal e o município de Belo Horizonte,
1955 de um aceite de lá de 2012, que o estado não vinha pagando esse aceite. Ele estava
1956 dentro desse bolo que era chamado de série histórica. Como a Juanita falou, e anterior à
1957 estruturação da Política de Assistência Social, mas como era termo de aceite,
1958 compromisso assumido, a gente vem nesses últimos anos lutando para conseguir
1959 restabelecer esse cofinanciamento. Na verdade, esse cofinanciamento não vinha sendo
1960 pago desde a gestão anterior e a gente colocou ele dentro dessa ação da média
1961 complexidade, da 4130 para incluir ela na meta que a gente já tinha dos Creas regionais.

1962 Juanita, quando você faz a comparação com o Plano Estadual de Assistência Social, com
1963 o PEAS, com as metas que a gente pactuou lá, como a Gabi já adiantou, aquilo quando
1964 foi feito – e lembrando que o plano, o último plano, antes de 2019. Ele era de quando,
1965 Gabi? 2013. Foi na gestão da Juanita, inclusive. Não é Juanita? **MARIA JUANITA,**
1966 **FEAPAES/MG:** Eu não deixava o CEAS sem plano, não. **CRISTIANO, SEDESE:** A gente
1967 também não deixou, não. Tanto que em 2019 a gestão assumiu e já propôs ao CEAS o
1968 novo Plano Estadual de Política de Assistência Social. Ficou mais de quatro anos, antes
1969 de 2019, sem plano. Quando a gente pactuou as metas lá no PEAS, a gente fez um
1970 planejamento com relação à média complexidade para atender um gargalo, um desafio
1971 gigante que a gente tem no estado que é em relação à cobertura de Proteção Social
1972 Especial de Média Complexidade. A gente propôs lá uma ampliação tímida para os
1973 próximos quatro anos, mas que seria alguma ampliação para além daquilo que a gente já
1974 vinha ofertando que são os Creas regionais e os Creas municipais cofinanciados que
1975 estão previstos aqui no Plano de Aplicação. Porém, realmente está diferente com o que a
1976 gente está propondo agora. Por quê? Porque no meio do caminho houve uma pedra
1977 gigante que se chama covid-19, em 2020, que mudou completamente todos os nossos
1978 planos. Eu não quero aqui utilizar isso como uma justificativa pequena, mas isso realmente
1979 impactou muito em todas as nossas ações, em todos os nossos planejamentos para
1980 implantação. Esses últimos dois anos a gente teve que mudar muito as nossas metas. A
1981 gente não fez ampliação de nada, mas, mesmo assim, ainda no ano de 2021 – aqui a
1982 gente tem a Marinete, que é do Cogemas, ela sabe. A gente tem outros representantes
1983 do Cogemas. O governo do estado, através da Sedese, solicitou à Comissão Intergestores
1984 Bipartite, a criação de uma câmara técnica da proteção especial para discutir a ampliação
1985 da cobertura de média complexidade no estado, pensando que a gente tem um universo
1986 gigantesco de quase 600 municípios de pequeno porte sem cobertura de média
1987 complexidade. Essa câmara foi instituída no final do ano passado, ainda está em
1988 funcionamento, temos reunião já programada agora, para março. Para retomar em março.
1989 A gente tem desenvolvido alguns estudos no âmbito do estado, porque no caso da média
1990 complexidade, realmente, precisamos sair dessa meta de 32 e ampliar o número de
1991 municípios com cobertura de média complexidade. Essa é uma meta que a gente tem,
1992 realmente. A diferença que tem em relação ao PEAS que foi construído lá em 2019,
1993 quando a gente tinha um outro cenário, diferente: era o primeiro ano do governo, a gente
1994 tinha uma perspectiva de mais três anos para poder desenhar e propor uma ampliação
1995 dessa cobertura. Isso não foi possível, porque a gente teve essa questão da Covid-19 no
1996 meio do caminho, mas, mesmo assim, a gente tem feito essa discussão junto com os
1997 gestores municipais lá na CIB. O ponto em relação à alta complexidade, a Roberta já
1998 adiantou a diferença que a gente fez na mudança da meta que estava prevista no PEAS,

1999 que era de pessoa atendida/acolhida, que lá no PEAS está 330 pessoas. Na época do
2000 PEAS, nessa ação da alta complexidade, 4131 só estava previsto o acolhimento de
2001 pessoas com deficiência. A maioria delas o Programa Casa Lar que é feito em parceria
2002 com as Apaes. Lembrando que a meta lá no PEAS estava 330, mas o termo de
2003 colaboração que a gente tem com essas entidades, não são só Apaes, são 24 Apaes, mas
2004 a gente tem outras entidades. São 44 unidades ao todo, 29 parcerias, são para 375 vagas.
2005 O estado financia 375 vagas, mas, na época, em 2019, a gente tinha 330 pessoas
2006 acolhidas. De lá para cá, algumas pessoas infelizmente faleceram no meio do caminho.
2007 Hoje a gente tem cerca de 317 pessoas acolhidas, mas o nosso financiamento é por vaga
2008 e não por pessoa acolhida. Isso é bom ressaltar porque, mesmo que diminua o número
2009 de pessoas acolhidas no Programa Casa Lar, por exemplo, o nosso financiamento não
2010 muda porque a gente financia a vaga e não a pessoa. A gente fez essa alteração de vaga
2011 para unidade atendida porque nessa ação 4131, além dessas unidades que a gente já
2012 financia que é do Programa Casa Lar, a maioria, a gente retomou o pagamento que
2013 também estava lá dessa série histórica que tinha mais de cinco anos que não estava
2014 sendo paga, que são essas 13 Residências Inclusivas, que é o financiamento por meio de
2015 termo de aceite que a gente tem com nove municípios. A gente financia a unidade. A gente
2016 não financia a vaga. Para não ter essa diferença no Plano de Aplicação e no PPAG de
2017 vaga e unidade, a gente mudou para unidade porque a gente está considerando as 44
2018 unidades que a gente financia do Programa Casa Lar e das outras parcerias, mais as 13
2019 Residências Inclusivas. Não sei se ajudou aqui na compreensão. Não? Nossa Senhora!!
2020 Vamos lá. É muita informação. Qual que é a dúvida? Pode perguntar. **MARIA JUANITA,**
2021 **FEAPAES/MG:** Na verdade, nós não estamos questionando nada. Não sei por que tanta
2022 informação. **CRISTIANO, SEDESE:** Para esclarecer, Juanita. **MARIA JUANITA,**
2023 **FEAPAES/MG:** Não, mas o esclarecimento é simples igual a Gabriela colocou. Porquê da
2024 diferença da meta física e financeira que está no PEAS para o Plano de Aplicação? É só
2025 isso. Qual que é a justificativa? O PEAS está desatualizado, não é? O PPAG foi feito com
2026 uma meta. O PPAG não é um planejamento da assistência. Ele é da ação governamental.
2027 O da assistência chama Plano de Assistência Social. Esse foi aprovado em 2019 porque
2028 a vigência dele é de quatro anos, para seguir a lógica do PPAG. Se o PPAG alterou, nós
2029 precisamos alterar. É simples assim. Agora, se no Plano de Aplicação não vem nenhuma
2030 informação nesse sentido, a gente tem que perguntar até que fique claro para todo mundo
2031 aqui, na hora de votar, saber. Pelo que eu entendi, com relação à Proteção Especial,
2032 aquelas metas que estavam no Piso Mineiro Variável onde tinham as Residências
2033 Inclusivas que eram pactuações com o governo federal e Ministério Público, vocês
2034 levaram ela para outra ação, para regionalização, para ser financiado. Ponto. Está
2035 explicado. As outras metas que eram da série histórica, essa meta nós não temos recurso

2036 para pagar nesse ano e nós temos um passivo. A explicação é simples assim. Como que
2037 nós vamos fazer com esse passivo, ou se não vamos fazer, e vai ficar mais esse ano sem
2038 pagar. Eu entendi completamente que foi uma decisão do governo dessas metas que
2039 foram acordadas com o governo federal e estavam sem pagar e serem priorizadas para
2040 regionalização. Mas as metas da série histórica não foram. Está um buraco ainda. Como
2041 é que nós vamos fazer? Isso é uma coisa com relação à Proteção Especial que eu entendi.
2042 A outra coisa é, aí já é a Rafaela porque, na verdade, que eu também não entendi as
2043 colocações. Ela confirmou aquilo que está aqui. A Roberta, desculpa, eu não consigo
2044 gravar o nome da Roberta. Um problema meu mesmo. Se nós já temos, principalmente
2045 na ação da transferência de renda que é o que ela falou que é o Recupera Minas. Nós
2046 estamos aprovando um planejamento do FEAS final de fevereiro que nós já temos uma
2047 suplementação que foi realizada. Nós não podemos aprovar isso de acordo com a LOA,
2048 não. Porque esse planejamento é aprovação dele para 2022. Se agora, nessa data que
2049 está acontecendo já foi feita uma suplementação nessa ação, eu preciso constar aqui, se
2050 não, o nosso planejamento vai ser irreal porque aqui ele está como janela orçamentária.
2051 Tanto que ela não mandou nada para gastar e está correto porque não tem orçamento.
2052 Mas, se já é fato que houve uma suplementação, ele já entrou no FEAS, não é, verdade?
2053 E se estamos planejando gasto desse recurso durante o ano, se já é fato, ele tem que vir
2054 aqui. No meu entendimento. Já é fato. Já foi feita a suplementação. Nós estamos
2055 trabalhando com uma LOA de início de ano. Eu não estou questionando o que o governo
2056 está trazendo. Eu só quero clarear para a gente discutir e aprovar. **CRISTIANO, SEDESE:**
2057 A gente também, Juanita. **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:** Para a gente aprovar uma
2058 coisa real. Primeiro, o documento que vocês mandaram não traz essas informações, que
2059 o PEAS está desatualizado, que ele vai ser atualizado no relatório de gestão. Eu não era
2060 conselheira, então eu não tenho essa informação. E, quando a gente analisa Plano de
2061 Aplicação, você tem que analisar baseado em que documentos? Plano Estadual de
2062 Assistência, a LOA que já houve suplementação, mas nós ainda não sabemos, foi falado
2063 aqui, e deliberação de conferência. **CRISTIANO, SEDESE:** Eu vou só passar para a
2064 Mariana e para a Roberta para elas darem sequência, mas eu queria só finalizar rapidinho.
2065 Só para encerrar a minha participação. Quando eu vim falar aqui, eu vim na tentativa de
2066 tentar esclarecer esses pontos em relação à Proteção Especial. Caso eu não tenha sido
2067 claro ou vocês ainda tenham informações, eu estou à disposição. O intuito aqui não era
2068 ficar meramente explicando, justificando as coisas. Eu espero que isso tenha ficado claro.
2069 Meu objetivo aqui é tentar esclarecer o máximo possível tudo que a gente está fazendo.
2070 É só para ficar claro e para não entrar em um redemoinho de histórias, só para não ficar
2071 parecendo que a minha fala também não tem sentido nenhum. Espero que tenha tido
2072 sentido e, se não tiver tido sentido e vocês precisarem de mais informação, eu vou estar

2073 à disposição. Obrigado. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** A nossa questão aqui é saber a
2074 sequência do governo, o que ele está devendo e como vocês vão efetuar os programas
2075 contando com dinheiro inexistente. E outra coisa, é porque a Juanita já falou muito bem,
2076 quando tem o Programa Aproxima Suas, o governador, semana passada, eu ouvi uma
2077 entrevista dele na Itatiaia: “Ah, o dinheiro está garantido porque meus colegas
2078 empresários tal.” Acho que quando ele lembrou que ele estava falando de empresário, ele
2079 mudou a fala. Mas o dinheiro está garantido para o estado. Só que é mentira porque o
2080 dinheiro não é permanente. E quem sabe se esse dinheiro vai sair para ajudar o estado.
2081 Roberta, Mariana, o que nos preocupa e a todos que trabalham com entidades, e a gente
2082 que briga só pelo financiamento para o dinheiro qualificar um trabalho e permanecer, nós
2083 temos essa preocupação. Eu estou vendo no estado assim, essas janelas que você
2084 colocou, para mim elas são financiamentos inexistentes. Inexistentes. Como que vão
2085 chegar? Vai durar quanto? Até quando vamos ter um dinheiro? Por que alguns municípios
2086 do estado estão sendo agraciados e os demais? E os demais? Sabe se os mais
2087 necessitados estão nessa lista de vocês? Esses trinta e poucos municípios. Eu acho
2088 injusto porque se é um estado, o estado tem que trabalhar para todos. Não pode ter essa
2089 divisão. Eu tenho certeza de que temos companheiros aqui que estão aflitos com isso
2090 porque os deles, talvez nem estejam na lista. Também tem isso. Gente, nós temos que
2091 ser assim, não é só passar prestação de contas, nós temos que ver o dinheiro, de fato. É
2092 da LOA? É daqui? É dali? Mas, ele está aqui, é real, é presente. Nós não podemos
2093 trabalhar com ficção. Só ficção não. **PRESIDENTE:** Mais alguém? A Roberta só quer
2094 esclarecer. Para a gente ser mais objetivo e responder pontualmente as dúvidas, vamos
2095 fazer dúvida por dúvida. E a gente passa para a resposta. E depois a gente retoma os
2096 encaminhamentos. Eu já queria até pedir para quem for colocar agora, Ludson, já ir direto
2097 ao ponto também se possível da dúvida para que a gente consiga responder de forma
2098 objetiva e contribua para que a plenária fique esclarecida. **LUDSON, CRESS:** Ok.
2099 Concordando com as questões que a Conselheira Juanita pontuou, eu acho que um dos
2100 encaminhamentos necessários, independente de qual vai ser a deliberação sobre a
2101 Prestação de Contas, é a necessidade urgente de atualização do Plano Estadual de
2102 Assistência Social. Porque já está claro que metas foram estruturalmente modificadas e
2103 isso não está explicitado no plano. Inclusive a gestão erra ao não trazer para o plenário a
2104 revisão do plano ao mesmo tempo em que apresenta o Plano de Aplicação. O ideal é que
2105 as duas coisas tivessem sido casadas. Eu chamo a atenção para isso e apresento como
2106 proposta de encaminhamento, independente do que acontecer aqui, precisar entrar na
2107 nossa próxima pauta atualização do Plano Estadual de Assistência Social. Esse é um
2108 ponto. A outra questão que também me chama a atenção é em relação à maneira como
2109 foram colocadas as metas. A gente tem aqui em algumas ações, especialmente aquela

2110 do Acessuas, em que o Plano Estadual previa 6.000 pessoas atendidas, 6.000 pessoas
2111 capacitadas com um valor várias vezes maior, aquilo que consta no Plano de Aplicação e
2112 o Plano de Aplicação apresenta um valor de 15.000 pessoas atendidas com uma quantia
2113 bastante irrisória, mesmo considerando valores reprogramados de exercícios anteriores.
2114 Isso deixa um ponto a questionar. Qual é a qualidade da prestação desse serviço para os
2115 municípios, dessa transferência de recurso com um valor que está tão destoante daquilo
2116 que foi previsto no Plano Estadual de Assistência Social? Então, não é o caso de
2117 redimensionar a meta física? Esse é um ponto. Essas fusões de ações que foram feitas
2118 em relação àquilo que está no PEAS, como vocês falaram: “A gente pegou aqui a meta
2119 de uma ação e incorporou em outra, redimensionou. Tudo isso também precisa estar
2120 explicitado no plano. Em alguns casos existem, e nem vou chamar de contradições, mas
2121 coisas que são difíceis de compreender do ponto de vista de como que foi feito esse
2122 remanejamento. Eu já entendi a questão da meta física, mas não entendi, por exemplo, a
2123 questão dos valores. Porque vocês incorporaram metas em outras ações, mas o valor foi
2124 junto? O valor acompanhou? E como que está essa relação com aquilo que foi previsto
2125 no Plano Estadual de Assistência Social? Esse é um outro ponto também. Faço um
2126 questionamento acerca dos valores e, por fim, a questão do Piso Variável. Essa questão
2127 da série histórica é uma discussão que eu acho que é estrutural, não é necessariamente
2128 para agora, mas ela precisa ser feita. O governo do estado vai continuar cofinanciando
2129 Piso Variável ou a gente vai extinguir essa ação e incorporar no Piso Mineiro Fixo. Porque,
2130 querendo ou não, o recurso já é muito pequeno. Eu faço essa reflexão, por exemplo, o
2131 meu município é um dos que recebe Piso Variável, então não tenho medo de fazer, mas
2132 eu fico pensando o seguinte: O recurso do Piso Mineiro já é muito pequeno e, de certa
2133 forma, a gente já está concentrando uma parte dele, que é a parte variável, em algumas
2134 cidades. Muito poucas em relação ao estado como um todo. Isso é o mais justo? Isso é o
2135 mais eficiente? Não é o caso de promover uma discussão estrutural para que esse valor
2136 seja incorporado no Piso Fixo para todos e a gente acabar com essa coisa de série
2137 histórica? Quais seriam os impactos disso? Será que prejudicaria os usuários? Existiria
2138 alguma transição a ser feita? Ou, se já não está sendo pago, o impacto já foi incorporado.
2139 Como é que vai ser visto a questão do passivo? Mesmo que seja estruturalmente
2140 descontinuado, o passivo é direito dos municípios. Eles arcaram com o serviço durante
2141 todo esse tempo, inclusive poderiam ajudar na transição. Enfim, esse é um debate que
2142 precisa ser feito, colocar essa última questão em um nível mais estrutural e acredito que
2143 não para agora, mas, também nem para depois de amanhã, como sempre tem sido. Deixar
2144 esse debate do Piso Variável uma definição permanente. A gente continuar protelando,
2145 acho que a gente vai ter que enfrentar isso mais dia, menos dia. **GABRIELE, SEDESE:**
2146 Bem rapidamente, eu também acredito que a gente gostaria de trazer o PEAS, o relatório

2147 de gestão, tudo na primeira plenária porque esses instrumentos não se conversam, mas
2148 não seria possível. A gente não conseguiria deliberar e analisar todos esses instrumentos.
2149 Foi uma escolha mesmo, a gente trazer a reprogramação, o Plano de Aplicação,
2150 Prestação de Contas e, na próxima, a revisão do Relatório de Gestão e Revisão Anual do
2151 PEAS. Com relação ao valor, realmente, eu não falei essa parte no outro esclarecimento.
2152 Com relação ao 4129, a gente vai ver a reprogramação logo depois. Lá vocês vão
2153 perceber que muitos dos saldos, como até a conselheira falou, como a nossa principal
2154 competência no âmbito do Suas é apoiar e capacitar, o recurso que a gente recebe do
2155 governo federal é basicamente só para isso. E a gente vem, vocês acompanharam ao
2156 longo das prestações de contas, com um acúmulo de saldo de exercícios anteriores que
2157 a gente precisa resolver. O nosso objetivo é resolver isso nesse exercício. A gente faz
2158 uma estimativa na LOA, menor. Tem um valor no Plano de Aplicação que está igual a
2159 LOA, menor, e esse valor, para ser executado, vai ser de suplementação de saldo de
2160 exercício anterior para ver se a gente consegue encerrar esse saldo realmente. Também
2161 a gente pode discutir, foi também uma deliberação desse Conselho, se eu não me engano
2162 em 2019 ou 2020. Quando a gente trouxe o Plano de Aplicação com valor financeiro, o
2163 Conselho pediu para que fosse distribuída a LOA. Eu até me lembro, e não sei se
2164 recordam daquela discussão do valor do Piso Mineiro ser pago só uma parte? Que era o
2165 valor financeiro disponível, a gente veio e apresentou a distribuição do valor financeiro que
2166 seria pago. O Conselho falou: “Não. No Plano de Aplicação a gente quer que seja
2167 distribuída a LOA. E depois, na prestação de contas que se apresentem as
2168 suplementações, que se apresentem os cortes financeiros.” Mas, claro que a gente pode
2169 voltar atrás, e da forma que fique melhor entendível aqui para todos nós. **ROBERTA,**
2170 **SEDESE:** Só complementando o que a Gabi falou e também respondendo as questões
2171 anteriores. São duas questões que foram colocadas aqui pelos conselheiros, pela Baião,
2172 e também a outra questão tinha sido iniciada pela Conselheira Juanita. A situação é a
2173 seguinte: em relação ao porquê não tem o valor referente, que eu falei que já está
2174 suplementado? Porque quando nós enviamos para o Conselho o Plano de Aplicação, não
2175 tinha suplementação. Também tem isso: a suplementação foi agora semana passada. E
2176 eu já mandei essa pauta para o Conselho com antecedência. Outra questão é que nós
2177 fizemos... Estávamos falando, a Conselheira Baião falou: “Ah, mas é uma questão de uma
2178 estimativa que não está aí, o dinheiro não está previsto.” Nós estamos discutindo o que
2179 está na LOA e a LOA foi apresentada. Nossa proposta de LOA, como já expliquei
2180 anteriormente, ela tem um prazo para ser apresentada e estava na LOA. Naquele
2181 momento que apresentamos a LOA, nós não tínhamos este compromisso da Assembleia
2182 do recurso para o Rede Cuidar. O recurso do Rede Cuidar naturalmente, conforme
2183 disposto na Lei do Rede Cuidar, provém prioritariamente da LEMG, então a gente não

2184 pode prever esse recurso na LOA. Acho que a Conselheira Juanita até já falou isso. A
2185 gente não tinha como colocar lá porque ainda não tinha acontecido, então, por isso que
2186 havia suplementação. Ela está prevista para acontecer, parte dela, amanhã. Eu não tinha
2187 como e eu também não posso chegar aqui e colocar uma informação. O que eu posso
2188 contar para vocês é o que está acontecendo, como que a gente está procedendo, mas a
2189 informação não existia. Não está na norma. Não tem decreto publicado, até então. E eu
2190 só vou trazer para vocês aquilo que tiver, na hora que tiver o decreto. Não vou também
2191 omitir a informação do que está acontecendo, para que vocês tenham total clareza de
2192 como está sendo dado o encaminhamento nos processos e acompanhem da forma mais
2193 tempestiva e próxima, possível, o que está acontecendo na gestão da assistência social.

2194 **PRESIDENTE:** Antes de passar, quero ver se respondo,... Todas as perguntas foram
2195 respondidas? Tem uma que eu anotei aqui. Só para a gente não passar a dúvida para
2196 frente. A Dona Maria Baião perguntou quais os municípios atendidos no Aproximação
2197 Suas? O programa foi apresentado e aprovado aqui no CEAS, ano passado, ele
2198 contempla 73 municípios do estado de menor IDH. São os municípios do estado de Minas
2199 Gerais com o menor índice de desenvolvimento Humano, que é aquele índice que calcula
2200 taxas de educação, longevidade, alfabetização, renda... São os municípios considerados
2201 mais pobres do estado. São 73, a maioria está no Norte de Minas e no Vale do
2202 Jequitinhonha. Eu anotei porque essa pergunta ficou sem resposta. Uma outra pergunta
2203 que não sei se ficou clara. Quando vocês falam de Piso Variável, esse piso, na verdade,
2204 ele não é executado desde... Ele foi criado no PPAG de 2016 e esses Planos de Serviços
2205 não foram pagos nem 2015, nem 2016, 2017 e 2018, foram quatro anos. Não houve
2206 pagamento. Na verdade, orçamentariamente ele foi pouquíssimo executado. Não existe
2207 uma regulamentação expressa dizendo os municípios que iam receber e qual o critério,
2208 ou base de cálculo para ele. De 2019 para cá não houve abertura de Plano de Serviços.
2209 Tem uma série de outras questões que estão dentro... Quando a gente fala de Piso
2210 Variável, tem um histórico que a gente tem que retomar. Concordo também, acho que isso
2211 tem que entrar em uma pauta de uma discussão nossa para frente. Considerando o
2212 decreto do FEAS e as pactuações assumidas, é o que o Cristiano e a Roberta já falaram,
2213 essas pactuações com o governo federal e com os municípios vêm sendo cumpridas. Se
2214 ficou alguma pergunta ainda sem resposta, para ficar bem esclarecido todos os pontos
2215 que foram levantados. Ok? **GRAZIELE, CRP:** Só retomando o que a Arlete trouxe da
2216 reunião da sociedade civil ontem. Ela pontuou bem que a sociedade civil achou muito
2217 proveitosa e de qualidade a capacitação, mas ela lembrou também – como a sociedade
2218 civil trouxe – que a capacitação não nos qualifica para entender isso aqui hoje. A Juanita
2219 é a coordenadora da comissão, não só pela experiência enquanto gestora, mas também
2220 pela experiência que ela passou no CEAS, ela tem essa condição de nos apontar isso e

2221 a gente começar a pensar sobre. Quando vocês colocam: “Tem alguma dúvida?” Eu vou
2222 dizer para você: se eu não tenho o entendimento mínimo, eu não tenho condição de ter
2223 dúvida. A única dúvida que eu tenho, que vocês colocaram, é que foi uma escolha trazer
2224 o Plano de Aplicação sem trazer outras questões que envolviam o plano. Foi uma escolha.
2225 A minha única dúvida é porque vocês escolheram fazer isso, porque gerou uma confusão.
2226 Se eu não tenho condições de compreender essa confusão porque eu não entendo, mas
2227 a Juanita, quando ela vai ler, ela explicita. Ela fez um trabalho e explicita que essa
2228 confusão tem. A única dúvida que eu tenho é: por que dessa escolha? Porque trouxe essa
2229 dúvida para os conselheiros e, novamente, se eu não consigo compreender isso, eu não
2230 vou ter dúvida. Eu não tenho condições nem de aprovar, nem de pensar sobre.
2231 **PRESIDENTE:** Vamos tentar esclarecer um por um. Vamos lá. O que a gente está
2232 tratando aqui é o Plano de Aplicação dos Recursos. O que você está questionando é por
2233 que não estamos fazendo a revisão do PEAS? É isso? **GRAZIELE, CRP:** A questão não
2234 é essa. A questão é que a Gabriele falou que vocês escolheram trazer o Plano de
2235 Aplicação junto com a reprogramação, sem antes trazer o PEAS, sem antes trazer outras
2236 questões que fundamentam o Plano de Aplicação. Isso foi uma escolha de vocês. Eu,
2237 enquanto conselheira novata, não tenho condições de avaliar esse Plano de Aplicação.
2238 Eu não tendo condições de avaliar o Plano de Aplicação, minha única dúvida é: por que,
2239 quem trouxe essas questões, as dúvidas, e a Juanita foi muito clara: “Por que disso? Era
2240 só vocês explicarem no Plano de Aplicação que ele não está de acordo com o PEAS por
2241 isso, por isso e por isso”. E a minha dúvida é essa, então por que vocês geraram essa
2242 confusão nos conselheiros? Eu só tenho esse embasamento a partir da análise da Juanita.
2243 Eu nem tenho condições de avaliar o Plano de Aplicação. **PRESIDENTE:** Vamos lá.
2244 Primeiro, não fomos nós que geramos essa confusão. Existia já uma questão – vou até
2245 pedir à Gabriele para retomar – do porquê que o PEAS não foi atualizado no ano passado.
2246 A atualização do PEAS está para ser feita a partir do mês de março. **GABRIELE,**
2247 **SEDESE:** Eu acho que é isso, todos esses instrumentos conversam. Realmente, a gente
2248 precisa materializar esse planejamento em todos eles, mas eu também tenho argumentos
2249 para te falar que a Reprogramação e o Plano de Aplicação precisam ser feitos primeiro do
2250 que uma revisão de relatório de gestão e plano, por exemplo. Quando a gente faz um
2251 Plano de Aplicação de recursos e a gente distribuindo o valor da LOA de acordo com a
2252 finalidade do recurso que pode ser executado. Isso é o Conselho autorizando a gestão a
2253 fazer os dispêndios no FEAS... Pode falar. **GRAZIELE, CRP:** Você está compreendendo
2254 que se nós não tivéssemos Juanita, que tem essa experiência e essa compreensão, essa
2255 informação a gente perderia. A gente não teria condição de qualificar que isso se casa?
2256 Tudo bem, de modo geral, a gente até sabe que se casa, mas a questão é exatamente
2257 essa que ela trouxe. Porque vocês não trouxeram junto a explicação que se casa, e porque

2258 não explicar, antes, isso que você está dizendo. **GABRIELE, SEDESE:** Sim, isso poderia
2259 estar em uma nota de um rodapé em um instrumento. Eu acho que é válida essa
2260 discussão. Até pensando, vocês até trouxeram ontem: o CEAS precisa de um
2261 planejamento. A gente precisava já saber no início do ano qual pauta que vem em qual
2262 mês. Em qual comissão vai ser analisada? O que vem primeiro? O que a gente precisa
2263 para analisar outra coisa? A gente ficou aqui anos também, Cristiano até mencionou, a
2264 gente ficou anos analisando o Plano de Aplicação sem ter Plano Estadual de Assistência
2265 Social. Uma coisa não desobriga a outra, mas como agora a gente tem os dois
2266 instrumentos, a gente precisa, sim, conversar. E era humanamente impossível a gente
2267 trazer as quatro pautas hoje e eu acredito, principalmente a reprogramação de saldos. A
2268 gente está em fevereiro. O FEAS, a gente não pode parar. A gente não pode atrasar o
2269 pagamento do Piso Mineiro. A gente não pode parar as nossas despesas que são
2270 ordinárias. É importante que o Conselho aprove, conheça, esteja de acordo com o que a
2271 gestão está se propondo a gastar nesse ano o mais rápido possível porque, se não a
2272 gente vai gastando sem esse conhecimento prévio pelo Conselho, depois só vão ter
2273 acesso a isso lá na prestação de contas na hora de aprovar. Eu acho que o plano de
2274 aplicação e a reprogramação de saldos que poderia ser feita antes do Plano de Aplicação,
2275 talvez, sim, poderia melhorar o entendimento. **ROBERTA, SEDESE:** Só complementando
2276 o que a Gabi está falando, a gente mandou junto a Reprogramação e o Plano de Aplicação
2277 porque eles andam juntos também. E tem uma questão que em relação.... A gente já está
2278 em fevereiro e a gente não se sente confortável, também, de dar sequência à execução
2279 financeira e orçamentária sem o conhecimento e aprovação do Conselho porque, por
2280 exemplo, nós estamos com pautas e demandas que são urgentes e estão sendo
2281 solicitadas. Estamos sendo pressionados a todo momento para fazer suplementações por
2282 saldo financeiro para a gente cumprir os compromissos, e que para isso a gente precisa
2283 da reprogramação aprovada, do Plano de Aplicação aprovado para que depois não tenha
2284 nenhum tipo de divergência ou questionamento no momento da prestação de contas. A
2285 gente está tentando segurar o que a gente pode, e a gente não está dando mais conta de
2286 segurar porque começa a prejudicar, impactar a execução, o andamento das coisas. Os
2287 Creas estão aí, não param. A gente precisa dar conta das coisas. A gente está precisando
2288 dar sequência a alguns processos de compras que a gente precisa de DDOs para os quais
2289 o planejamento a gente usa saldo de recurso dos anos anteriores. Como a gente tinha
2290 hoje, pauta: prestação de contas 2020, piso, não dava para esperar. A gente precisa abrir
2291 plano de piso. Prestação de Contas 2020 tinha prazo. Tem Plano de Aplicação,
2292 reprogramação e ainda tem a prestação de contas de 2021, do quarto trimestre. A gente
2293 já tinha combinado no CEAS, no ano passado, de seguir os prazos que estavam dispostos
2294 no Regimento Interno, então é só para caber mesmo, está, Gabriele? **MARCELA,**

2295 **SEDESE:** Complementando a fala da Roberta: quando apresentamos o plano, fica bem
2296 destrinchada a questão do que nós apresentamos para vocês ontem, que tem a ação e o
2297 detalhamento de tudo que a Roberta leu em relação às despesas previstas para serem
2298 executadas, são aqueles elementos itens. A gente está seguindo o que está previsto em
2299 lei e é necessário que siga. E, como a Roberta falou, nós temos vários processos que
2300 estão parados aguardando, o pessoal está ligando todos os dias, indo até as nossas
2301 mesas, aguardando essa aprovação passar pelo CEAS para vocês terem conhecimento
2302 do que realmente está acontecendo. Não tem como falar: “Gente, para tudo que está
2303 acontecendo aí, os serviços sendo prestados, igual eu falei ontem, a luz, a água, para e
2304 vamos ver até quando que vai ficar parado.” Entendeu? Essa é a nossa intenção aqui.
2305 Está bem detalhado. Está bem destrinchado em relação aos valores. E, se vocês tiverem
2306 alguma dúvida, igual conversamos ontem, estamos à disposição em relação aos gastos
2307 das despesas e valores. **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:** Primeiro, Sedese, não é culpa
2308 desse conselho que estamos sem PEAS atualizado. Essa responsabilidade não pode ser
2309 colocada para o Conselho. Se isso foi uma deliberação da gestão passada desse
2310 colegiado, esse conselho agora está falando da necessidade de ter um planejamento para
2311 conduzir as ações. Segundo, esse conselho não pode ser responsabilizado, Roberta, de
2312 não começar a execução financeira por não aprovar Plano de Aplicação. Isso também é
2313 uma responsabilidade da gestão. Esses conselheiros da sociedade civil não podem ser
2314 penalizados por trazer questionamentos que não estão claros na proposta do governo,
2315 porque o CEAS não tem planejamento ainda. São muitas variáveis para a gente fazer uma
2316 análise e ninguém aqui está querendo que município não receba. Só que nós não
2317 podemos aprovar sem ter um planejamento de execução. Se nesse planejamento
2318 financeiro que está vindo agora as justificativas vierem, eu acho que não tem nenhum
2319 inconveniente de ninguém e ninguém quer barganhar a execução do Suas. Ao contrário,
2320 nós somos parceiros. Nós estamos, mas como Conselho não podemos, frente a uma
2321 dúvida, permanecer com ela e deliberar. Tem que ser feito de uma forma mais amena
2322 essa situação. O conselho não pode ser penalizado por não execução do FEAS ainda. A
2323 Roberta explicou e ficou claríssimo. Eu acho que tem que ser assim, explicar que dá para
2324 a gente atender. Por que não veio a suplementação do Recupera Minas? Porque na data
2325 que veio o documento, dia 20 de janeiro, não tinha acontecido. É claro. É simples. Aí a
2326 gente vai estar ciente de que a LOAS nessa época que o Plano de Aplicação veio para o
2327 Conselho, não tinha essa suplementação. E vocês não podem mandar sem ter mesmo,
2328 não. Eu tenho várias proposições para fazer para deliberação do Plano de Aplicação.
2329 Entretanto, eu concordo com a Grazielle, eles têm que se sentir entendidos, confortáveis
2330 e certos da tomada de decisão deles porque aprovar recursos financeiros tem que ter
2331 muita clareza nisso, não que outras coisas não tenham, mas talvez a pessoa não tenha

2332 entendimento, como ela mesmo falou. Só gostaria de deixar isso bem claro aqui para
2333 todos: ninguém está querendo embarcar execução financeira do FEAS, mas é de
2334 responsabilidade desse conselho ter planejamento da assistência social no estado. E o
2335 planejamento que eu falei é só isso, o planejamento está divergente com isso aqui. Só
2336 isso. O planejamento está divergente com isso aqui. Só isso. Se precisa de reunião
2337 extraordinária para apresentar o PEAS atualizado. Se pode encaminhar por e-mail
2338 pedindo uma reunião *on-line*. São várias estratégias, mas a gente precisa registrar aqui.
2339 Aprovar esse plano com meta divergente do PEAS, isso tem que ficar claro. O plano que
2340 norteia a nossa ação não é PPAG. É claro que ele vai casar com o PEAS. O plano que
2341 norteia as deliberações desse colegiado chama-se Plano Estadual de Assistência Social.
2342 É isso. **ARLETE, GRAAL:** Eu estou ouvindo e estou tentando elaborar uma questão. E,
2343 cada vez que eu consigo elaborar uma questão, ela se perde em uma outra explicação
2344 que chega. Isso, na verdade, eu não sei se tantas explicações acabaram confundindo o
2345 que foi dito primeiro, ou se o que foi dito primeiro não está de acordo com o que foi dito
2346 depois. Nós, nos movimentos sociais, sempre cantamos para alegrar o ambiente porque
2347 todo mundo vai chorar as pitangas daí a pouco, e a gente sempre diz o seguinte: “Eu
2348 sozinha ando bem, mas com vocês eu ando melhor.” E andar melhor é fluxo de
2349 comunicação. Por exemplo, as representações, os conselheiras e conselheiros que
2350 representam o governo não estão sozinhos e nem sozinhas. Eles têm uma assessoria
2351 aqui, o tempo todo, dizendo: “É isso, é aquilo, faz assim, diz assim, não diz isso, fala isso.”
2352 E nós, da sociedade civil, a gente chega sem ter a informação. A gente tem uma pauta,
2353 mas nós não temos a informação do conteúdo que vai ser discutido. Isso significa,
2354 popularmente dizendo, que a gente chega nu e cru. Um outro ponto é o seguinte: é que
2355 na medida em que a assessoria do governo está toda aqui, consciente, sabendo por que
2356 foi quem produziu o documento, assessora os conselheiros, isso nos deixa em uma
2357 condição de nem saber que pergunta fazer. Estou me sentindo um tanto impotente nessa
2358 discussão porque me dá a sensação de que estou votando algo que eu não sei o que é.
2359 Sabe quando alguém fala assim: “Eu não vou votar nas próximas eleições porque não
2360 estou vendo luzes.” Tenho escutado muita gente falar assim. Então eu estou dizendo: “Eu
2361 estou tão vazia de dizer alguma coisa sobre essa discussão porque, na hora que começo
2362 a compreender alguma coisa, vem uma outra explicação que desmancha tudo.” Juanita
2363 até já disse ali coisas, que eu fui colocando aqui algumas palavras-chave para dizer. Nós
2364 não somos, Jacqueline... O Conselho não é responsável pelo atraso dessa pauta. Não
2365 somos. E eu não quero e nem vou sair daqui com isso nas minhas costas. A outra coisa,
2366 a gente não pode ficar aqui fazendo uma discussão “Porque é assim, é porque é assim.”,
2367 mas eu não entendi. Nós precisamos decidir é o quê e quando que nós vamos fazer para
2368 esclarecer isso. Nós tivemos uma informação ontem, pela manhã – que eu volto a dizer

2369 que foi muito boa, Roberta – mas, aqui, vamos dizer, foi uma introdução para hoje a gente
2370 assimilar esse documento que vocês sabem ele de cor e salteado. É a mesma coisa você
2371 pegar uma criança que está sendo alfabetizada e colocar junto com uma turma de
2372 universitários para que elas possam acompanhar. Isso não existe. Nós não podemos
2373 continuar nas reuniões do CEAS tratando as pautas nessa condição porque, senão eu
2374 vou sugerir que a sociedade civil, os conselhos precisam de ter uma assessoria aqui do
2375 lado para toda pauta que for colocada, primeiro, a gente chamar: “E aí, como que eu posso
2376 agir?” Sim, eu sei. Sim. A Secretaria Executiva é para isso. Eu sei, mas o que eu percebo
2377 é que quando a gente fala da Secretaria Executiva, nós também estamos dizendo de uma
2378 equipe que trabalha com vocês. E não estou dizendo que está errado, não, porque a gente
2379 sempre conviveu muito bem nessas atividades. O que eu não estou entendendo é o
2380 porquê essa pauta não avança. Eu nem consigo elaborar qual é a minha dúvida. Em um
2381 primeiro momento eu estava pensando assim: “Ah, tá, nós vamos votar um orçamento
2382 virtual.” Isso ficou muito claro ontem. Um orçamento que tem uma previsão de cair no
2383 caixa. Aí nós somos responsáveis porque a gente está com dúvida, mas quem vai ser
2384 responsável se o dinheiro não aparecer? É quem votou ou quem propôs? Eu estou muito
2385 confusa. E eu tenho pelo menos a coragem de dizer, porque o silêncio também diz muito,
2386 sabe gente? E a gente precisa de tornar esse silêncio mais ruidoso para que todo mundo
2387 possa ouvir. **PRESIDENTE:** Obrigada, dona Arlete. Gente, eu acho que têm duas
2388 questões que são importantes para tentar encerrar o debate do assunto. Eu acho que não
2389 foi colocado dessa forma de que o Conselho é responsável por não execução de recurso.
2390 Isso, obviamente que não é assim que acontece e nem está acontecendo, e nem vai
2391 acontecer. Eu acho que é importante, dona Arlete, ficar claro assim. A capacitação de
2392 ontem não foi suficiente. Eu acho que dificilmente a gente pode ter, inclusive momentos
2393 de capacitação todos os meses, mas, realmente, o assunto gestão/execução
2394 orçamentária e financeira, eu vou falar para a senhora, não são todas as pessoas da
2395 Subas que dominam esse assunto. Pelo contrário, são poucas pessoas e as pessoas que
2396 estão lotadas na assessoria do FEAS ou na nossa superintendência de planejamento. O
2397 que a senhora está trazendo é comum para servidores públicos, para servidores do Suas,
2398 para trabalhadores da assistência social de modo geral. A maioria técnicos sociais que
2399 não têm essa formação. O que a senhora está trazendo, a senhora está coberta de razão
2400 de dizer assim: “Que não é um assunto fácil”. É claro. A conta não bate muitas vezes. Isso
2401 acontece muito porque previsão orçamentaria é diferente de execução financeira. A gente
2402 fala sempre várias fontes de financiamento, dinheiro vem do estado, dinheiro vem da
2403 União. Dentro do estado a gente tem Loteria Mineira, tem Fundo da Miséria, tem tesouro...
2404 Enfim, eu só estou querendo dizer que a senhora está coberta de razão, que o assunto
2405 não é fácil para a senhora, não é fácil para todo mundo. São poucas pessoas aqui que

2406 vão ter domínio desse assunto. Agora, passando aqui para o que eu acho que é também
2407 importante de discutir e não fomos nós, desse Conselho, que inventamos... Nem do ano
2408 passado, nem nada, é que dentro das competências do Conselho a gente tem a
2409 deliberação pelo FEAS, que é o fundo da assistência. Quando a gente fala de deliberar a
2410 execução, o planejamento do fundo, a gente vai ter que tratar desses assuntos complexos.
2411 O que eu acho que a gente precisa fazer é encontrar a melhor forma de tratar isso aqui.
2412 Eu acho importantíssimo que a Secretaria Executiva apoie vocês. A Secretaria Executiva
2413 é o órgão de assessoria do Conselho, tanto da sociedade civil quanto de governo. E vocês,
2414 conselheiros, têm que tentar esclarecer para a gente... Essas perguntas, vamos ser
2415 diretos nas perguntas. Eu acho que a gente não está sendo direto. Mesmo que a senhora
2416 fale assim: "Eu estou com dificuldade de formular a pergunta." É isso que a senhora estava
2417 colocando. **ARLETE, GRAAL:** O que eu acho interessante, e isso não acontece só aqui,
2418 em qualquer situação, em qualquer contexto a gente pinça aquilo que é dos nossos
2419 interesses. Em uma fala eu vou pinçar aquilo que me chamou mais atenção ou aquilo que
2420 eu quero trazer para mim, que vai responder a minha dúvida. Primeira coisa, dizer que a
2421 pauta é complexa, é fato, mas eu não disse que não temos condições de compreender.
2422 Eu não disse isso. Agora, foi dito aqui, sim, que existem que existem serviços que
2423 precisam ser realizados... Foi dito. E que estão dependendo da nossa decisão. Eu estou
2424 falando isso, mas eu estou tranquila porque não vou assumir isso como uma
2425 responsabilidade enquanto conselheira e nem enquanto cidadã. A outra questão é o fluxo
2426 da comunicação. Essa é a terceira reunião nossa. Na primeira reunião, gente, o que
2427 aconteceu? Levamos um susto com um decreto que, se o Alisson não descobre ele na
2428 *Internet*, a gente voltaria para casa sem saber, e inclusive você, Mariana. Nem a
2429 subsecretária sabia. Como que nós íamos saber? Na segunda reunião, a gente chega e
2430 tem um decreto para a gente votar. E eu vou dizer para vocês, eu me sentia... A minha
2431 vontade era não votar, mas aquilo... E eu não quero mais sair daqui com aquele
2432 sentimento e, por isso que eu deixei ele aqui aquele dia, eu falei: "Eu vou votar em favor
2433 desse decreto porque, meu Deus, é o recurso para as pessoas que estão nessa situação.
2434 Isso não é urgência, não, isso é emergência, então nós precisamos votar esse
2435 documento." Eu votei a favor. Lembrando que encaminhamos documentos que ninguém
2436 fala nada. Está um silêncio com relação a isso. Em dezembro. A outra questão é que nós
2437 não podemos tratar essas questões, lembrando que são 853 municípios e setenta e
2438 pouco, que você disse, com IDH muito baixo. E eu estou dizendo isso não é por causa da
2439 complexidade da pauta, não. Todos nós aqui lidamos com pautas complexas. Por
2440 exemplo, se alguém aqui chegar em um supermercado e comprar um quilo de arroz e
2441 mostrar um planejamento de receber o dinheiro daqui a um mês. Você sai de lá com o
2442 arroz? Não. É preciso saber, primeiro, você tem que ter um cartão de crédito. Você tem

2443 que ter uma folha de cheque para dizer: “Eu venho pagar tal dia.” Hoje, cheque está até
2444 fora de moda, não é? Você tem que apresentar um cartão de crédito. A previsão que a
2445 gente tem é documentada. Eu não quero caminhar nessa seara de dizer que a nossa falta
2446 de compreensão. A dificuldade de compreensão da pauta é falta de explicação anterior.
2447 É falta de comunicação porque compreender a gente tem condição. Todo mundo aqui
2448 tem. Uns mais, outros menos de acordo com as habilidades, a compreensão, enfim. Mas
2449 essa leitura de mundo que a gente tem não pode ser colocada em uma mesa para tratar
2450 de uma pauta dessa, com a pauta que vai além do senso comum. Nós estamos aqui
2451 tomando decisões para 853 municípios. Não pode ser assim. Nós não podemos incorrer
2452 nessa irresponsabilidade porque se não votar tem responsabilidade, mas e se votar e não
2453 atender? Eu compreendo, Mariana. Eu fico tão sentida de não poder avançar. Eu conheço
2454 todos vocês aqui. Dessa equipe, quem eu não me lembro, é de você. De Roberta tenho
2455 uma leve lembrança, pois é. E ela também não. Mas todos os outros ali, o meu amigo,
2456 Cristiano... A gente se conhece muito antes de CEAS. Eu conheço quase todos vocês
2457 aqui do governo e sei da responsabilidade e do compromisso de vocês, mas eu sei
2458 também meus pares da sociedade civil ninguém aqui vai se responsabilizar por isso, a
2459 não ser que você responsabilize a sua própria equipe, o que eu não acho justo também.
2460 **PRESIDENTE:** Voltando aqui, gente, qual o encaminhamento que vocês acham que é
2461 possível, diante... Eu quero até entender o seguinte: os conselheiros não se sentem
2462 esclarecidos sobre o assunto, ou alguns conselheiros se sentem esclarecidos? Vocês têm
2463 alguma proposta de encaminhamento? A senhora tem alguma proposta, dona Arlete? O
2464 que a senhora acha possível para melhorar e atender esse anseio que a senhora colocou?
2465 **ARLETE, GRAAL:** Eu vou aguardar os meus pares também reverberem (trecho
2466 incompreensível) [01:47:04] trabalhar por Minas Gerais. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:**
2467 Primeiro lugar, 4h, 4h e pouco eu tenho que sair. E depois, dona Arlete, eu concordo com
2468 a senhora com a dificuldade do entendimento. E eu gostaria de dar uma sugestão para a
2469 Mariana e equipe. É difícil para nós. Primeiro ponto. A dificuldade para que todos nós
2470 possamos estar mais vezes nas reuniões até para mais capacitação, mais conversa no
2471 entendimento do financiamento. Porque é distante, é cansativo. Isso tudo nós sabemos,
2472 mas para conhecimento *on-line* para quem não tem muito acesso à *Internet*, essas coisas,
2473 fica mais difícil. Mas, sabe, dona Arlete? No Conselho, eu já vou para quatro anos que
2474 estou no financiamento, também não sei muito, não. Eu brigo aqui com as meninas, mas
2475 é aqui que é o necessário. Mas o fundo, no fundo mesmo, o que acontece? Nós estávamos
2476 com esse problema da senhora de não entendimento. A gente sugeriu à menina, a gente
2477 fala que ela é uma professora para nós no conhecimento, é a Ralisse. O que aconteceu?
2478 Nós passamos a pedir uma palavra técnica, uma palavra do povo. Não, conhecimento
2479 seu, você tem que passar para a gente. Aqui o entendimento do povo. Entendimento

2480 nosso, sem essa técnica de vocês, mesmo dentro do financiamento. Foi muito bom. Muito
2481 bom, dona Arlete. Nós passamos a ter capacitação *on-line* com os usuários e os técnicos,
2482 sabe? “Não entendeu? Vamos pontuar isso. Hoje nós vamos falar do financiamento do
2483 governo federal. Hoje nós vamos falar da LOAS.” A senhora entende? E assim a gente
2484 tem trabalhado o financiamento para um conhecimento melhor, porque toda política social
2485 passa pelo financiamento. Quem trabalha lá no Cras, no Coras, aonde for, depende do
2486 financiamento. A gente tem que entender, tem que conhecer para saber quanto gastou,
2487 para onde foi, igual estamos cobrando aqui. O governo, sobrou dinheiro. O que vai fazer
2488 com ele? Pode ir para a dona Arlete? Não pode? A senhora me entende, dona Arlete?
2489 Isso é muito importante para nós. Agora, infelizmente, tem esse problema nosso do tempo,
2490 para quem mora fora e para a gente ter mais vezes esses encontros. Eu não sei. Eu acho
2491 que tem que ter um jeito, porque só, Dona Arlete, participando mais é que nós vamos ter
2492 mais esse entendimento. Não é fácil, não. Eu tenho mais tempo e confesso para a senhora
2493 que horas que, lá nas reuniões, eu pergunto muito, eu falo muito. Eu também quero saber.
2494 Eu acho que um ponto para nós seria esse, mais encontros com a fala não técnica. Uma
2495 fala entendível para todos nós. **SANDRA, SINTIBREF:** Eu fico pensando que a gente
2496 chegou aqui, já estava em dúvida, mas, na verdade, quando a Juanita traz toda essa
2497 explicação, todos nós da sociedade civil: “Opa, nós temos que atentar para vários pontos”
2498 que na cabeça de Juanita que já tem experiência e coordenadora da comissão, já estava
2499 bem claro para ela. Eu penso que na cabeça da Juanita, o que ela acabou de falar ali
2500 agora é simples, é só justificar porque não está, porque não está. Porque ela já tem esse
2501 entendimento. Eu não sei se a dinâmica que foi criada para a apresentação poderia ter
2502 sido diferente, ficaria mais tranquilo. O plano, porque, ponto a ponto, destrinchando,
2503 justificando, esclarecendo para a gente. Eu acho que isso é que gerou mais dúvidas
2504 depois que a Juanita traz. E para nós, sociedade civil, termos complexos, principalmente
2505 do orçamento e dessa natureza. Eu acho que a gente tem que discutir antes com a
2506 Comissão de Financiamento. Até para esclarecer por que nós, que somos de outra
2507 comissão, para a gente esclarecer um ponto e para a criar uma dinâmica da sociedade
2508 civil, entre nós, para se apropriar mais. Quando chega, sempre assim – e eu tenho
2509 experiência desde o municipal de BH – vem assim no último minuto, a gente sai passando
2510 mal. Se não votar, foi uma irresponsabilidade da sociedade civil, aí o dinheiro vai voltar.
2511 Eu convivi com isso muito lá no município. Estamos avançando. Então, como a Arlete fala,
2512 a gente não tem essa responsabilidade do atraso da discussão dessa pauta porque o
2513 prazo está vencendo. Se precisar, chama a extraordinária. Chama a extraordinária para a
2514 gente destrinchar. A Juanita, a Comissão de Financiamento vai esclarecer mais, colocar
2515 a sociedade civil mais a par porque é complexo. E, talvez, a forma como está sendo
2516 apresentado está gerando mais confusão, que talvez se trouxesse claro, límpido...

2517 Comparando: “isso aconteceu por conta disso”, acho que estaria menos confuso para o
2518 grupo todo, principalmente para a sociedade civil. Porque é uma matéria complexa. É uma
2519 sugestão. **PRESIDENTE:** Eu só quero responder dois pontos. Não tem atraso na
2520 discussão do tema. Esse tema é sempre discutido na primeira reunião do ano, que é agora
2521 mês de fevereiro. Segundo, não conseguimos discutir ontem porque não tivemos tempo
2522 e, por isso, a discussão veio para a plenária sem ter passado pela reunião de comissão.
2523 Só esclarecer esses dois pontos. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** O que ficou claro
2524 nessa reunião de hoje, eu acho que todos entendem, é claro, todos são inteligentes. Aqui
2525 nós estamos falando de senso de justiça. De adaptar a regra atual à necessidade da regra
2526 concreta que foi colocada aqui. Os conselheiros não entenderam a apresentação, então
2527 ela tem que ser feita novamente. No meu entendimento, todos têm condição de
2528 compreender. A forma que foi trazida é que foi incompreensível. E as explicações que
2529 foram dadas, de acordo com a dona Arlete, complicou mais ainda na cabeça dela. Todos
2530 nós temos condição de entender as informações que vêm do órgão gestor. É claro, uns
2531 mais e outros menos, e ninguém tem que entender de orçamento e financiamento, não.
2532 Aqui nós vamos fazer uma análise política do orçamento porque as contas não são da
2533 nossa competência. O que a gente tem que garantir é: isso veio com a assinatura da
2534 secretária, então é fato. Ela é responsável por aquilo que está aqui. Nós temos que fazer
2535 a análise política. E eu acho que a dificuldade foi pelo processo que aconteceu tudo,
2536 urgência, muita pauta, e não pode acelerar a pauta porque enquanto os conselheiros não
2537 estão completamente esclarecidos, eles têm dificuldade. Foi colocado pela Grazi, pela
2538 própria Arlete e por vários dessa situação. Como dessa vez não houve o fluxo de
2539 Comissão de Orçamento. Por quê, o que aconteceu? Foi uma capacitação para facilitar o
2540 entendimento. Maravilhoso. A reunião de comissão conjunta não conseguiu avançar
2541 nessa pauta, que era onde a gente ia ter esses debates, então não ocorreu. Ela veio para
2542 plenária. Nós não tivemos esse processo preliminar da Comissão de Orçamentos dar
2543 indicativo para a plenária. E, talvez, dando uma sugestão para o órgão gestor, que eles
2544 adaptem a apresentações com relação a essa questão da igualdade e as explicações
2545 sejam mais simples, sem fazer a volta lá no histórico, para facilitar o entendimento da
2546 sociedade civil por essa questão de não termos especialistas aqui. Perguntou: “Por que
2547 veio isso e não veio isso?” É responder:” Porque o PEAS está atrasado. O PEAS vai vir
2548 no mês de março.” É uma sugestão, está, Secretária? Talvez facilite para todos porque a
2549 reunião anda. Eu acho que fica claro. Porque aqui todo mundo sabe que todo mundo quer
2550 executar o Suas e a gente também quer (trecho incompreensível) [01:56:49] ser
2551 impeditivo. No entanto, eu, Juanita, tenho condições, mas eu não sou a sociedade civil. E
2552 eu voto onde a sociedade civil votar, que é o coletivo, a nossa justificativa de estar aqui.
2553 Eu corroboro com os meus colegas por essa incompreensão e acho que deve ser feito,

2554 em um outro momento, outro esclarecimento que atenda. Ou, se é pela Comissão de
2555 Orçamento, ou se é pelo próprio órgão gestor, uma nova apresentação. **PRESIDENTE:**
2556 Só respondendo ponto a ponto para evitar de a gente juntar. Eu queria pedir também,
2557 Juanita, porque, vejam bem, a Secretaria Executiva também fez análise de toda a
2558 documentação previamente e emitiu o parecer e encaminhou para todos os conselheiros
2559 e disponibilizou. Eu só estou querendo retomar isso porque é importante. A documentação
2560 foi apresentada com muita antecedência. A Secretaria Executiva analisou. Encaminhou
2561 um resumo, um relatório, um parecer. E você, Juanita, como conselheira que fez o seu
2562 próprio parecer, se possível disponibilizar antes com os questionamentos. Eu estou
2563 colocando só no ponto dessa matéria de orçamento, me referindo diretamente a você,
2564 porque foi fala geral dos conselheiros também se referirem diretamente a você. Quando
2565 você puder apresentar esses questionamentos, porque no momento da discussão, a gente
2566 já vai direto para os questionamentos, não só seus, mas de quem tiver analisado todo o
2567 material com antecedência. Porque como vocês estão dizendo, a gente tem pessoas com
2568 níveis de compreensão diferentes. Os materiais foram disponibilizados com bastante
2569 antecedência. A Secretaria Executiva faz a análise e também envia para vocês. É
2570 importante que a gente consiga também, para otimizar as nossas reuniões, trazer esses
2571 questionamentos de forma prévia. Eu acho que favorece para todo mundo. Concordo de
2572 mudar a dinâmica da reunião. Acho que aqui a Sedese tem que mudar e fazer de forma
2573 mais simples possível, mas também não deixar que os conselheiros possam trazer esses
2574 questionamentos com antecedência para, inclusive, a ganhar tempo aqui na nossa
2575 discussão. E até já pergunto se tem proposta de encaminhamento. Eu estou entendendo
2576 que a proposta da Juanita é tirar esse ponto e voltar na próxima plenária. Só para o Daniel
2577 já registrar os encaminhamentos e, depois, a gente passar para os encaminhamentos.

2578 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Respondendo à Presidente, eu tenho a minha análise
2579 que é pessoal. Todo documento que o CEAS me encaminha, eu faço a minha análise e
2580 divido com os meus pares da sociedade civil a minha análise. Eu, Juanita, não posso
2581 apresentar a minha análise porque não é a análise da sociedade civil. A gente aqui é um
2582 coletivo. Todas as minhas dúvidas eu apresentei aqui, item por item, e a gestão
2583 respondeu. E, no meu entendimento, é o que trouxe algumas dificuldades para os colegas
2584 conselheiros. Inclusive, as minhas sugestões estão prontas aqui, mas isso não é de
2585 conhecimento da sociedade civil. Como eu sou coletivo, eu não posso apresentar a minha
2586 opinião técnica aqui. **PRESIDENTE:** Só de questionamentos, tanto para você como para
2587 todos os outros. **DANIEL, CMAS/BARBACENA:** Presidente, eu gostaria de fazer somente
2588 um encaminhamento, que é no sentido de colocar em deliberação pelos conselheiros essa
2589 questão. Para que a gente consiga evoluir de uma maneira eficiente, o pessoal do governo
2590 se compromete a apresentar essa alteração do plano na próxima reunião, que é o que há

2591 divergência que foi levantado aqui pela Conselheira Juanita. E a gente faz a votação
2592 exatamente para não prejudicar, tendo em vista, como já mencionado anteriormente que
2593 é uma votação exclusivamente política, para que a gente consiga de uma maneira
2594 tranquila votar essa questão. E, aí sim, em uma próxima oportunidade, ou até mesmo uma
2595 reunião extraordinária, que traga isso à baila e a gente consiga discutir essa alteração do
2596 plano. **PRESIDENTE:** Obrigada, Daniel. **SILVESTRE, SEF/MG:** Essa é a terceira reunião
2597 nossa, não é? Houve um encaminhamento disso. Nós estamos caminhando. E sempre há
2598 alguns problemas que são acertados durante o nosso caminhar, nos nossos acertos. Dona
2599 Arlete tem toda razão. Arlete é companheira minha de outros conselhos. Não é, Arlete?
2600 Ela tem toda razão. Eu, como funcionário da Secretaria da Fazenda, ainda tenho muitas
2601 dificuldades quanto ao orçamento. Eu acho que o que poderia dar aula de orçamento aqui,
2602 é o João Victor que está dentro da Seplag. Mas eu ainda tenho algumas dúvidas. Nesse
2603 andamento, é obrigação nossa buscar as soluções para a gente caminhar de forma mais
2604 clara, menos confusa e com menos discordância sem esclarecimentos. A dona Arlete, ela
2605 sabe que no Conselho existem comissões e nós temos na Comissão de Orçamentos a
2606 Juanita que é professora em orçamento, na área, ela foi secretária. E ela conhece bem
2607 essa área, como ela já demonstrou aí. Ela estando na coordenação de orçamento, quando
2608 chegar um assunto, vai ser debatido na Comissão de Orçamento antes de ser apresentado
2609 aqui. Eu acho que é isso que a gente tem que procurar fazer. Encontrar nas nossas
2610 comissões, porque tem a Comissão de Normas, é formada por jurídicos. Comissão de
2611 Ética está aí o Lucas, e assim a Comissão de Orçamentos, estarei eu lá, acho que o João
2612 Victor, a Juanita. E com a coordenação dela, a gente vai tentar esclarecer para quando
2613 chegarmos na reunião, estarmos aqui esclarecidos do assunto a ser debatido. E não foi
2614 da forma que foi feita em razão dessa ter sido a terceira reunião nossa. Não se resolve as
2615 coisas da noite para o dia. É preciso caminhar. Vamos ter calma. Vamos esclarecer as
2616 coisas e o Daniel já colocou bem ali: vamos esclarecer na próxima reunião para essa coisa
2617 ter mais condição de caminhar com clareza e facilitando os argumentos aqui dentro. É
2618 isso que eu quero dizer. **IARA, CSJB:** É uma proposta de encaminhamento. A Baião
2619 sinalizou aqui e eu vou trazer o exemplo do Conselho Municipal de Assistência Social, que
2620 hoje, quando essa técnica do governo vai trazer a apresentação para a gente, de
2621 orçamento, nós enquanto sociedade civil, enquanto eu estava no Conselho, a gente vibra.
2622 Fala: “Oba, Ralisse.” Nós vamos entender, de fato, o que está posto aqui no que tange
2623 essa questão política do orçamento. A proposta de encaminhamento, uma das didáticas
2624 que a gente utilizou lá e cada vez mais a gente está aprimorando, sabe, Silvestre? Porque
2625 a impressão que tenho é que já, a sensação, gente, que é o material que já foi construído
2626 a partir do conhecimento técnico de vocês e que trazem aqui para nos apresentar. Mas lá
2627 uma construção que foi feita foi de quadros comparativos. Quando a Baião falou assim:

2628 “Traduza na língua do povo, na língua que possamos entender”. Se o que está ali disposto,
2629 está disposto também no plano estadual, em regra, o que deveria ser apresentado ali para
2630 a gente? Não é um documento, um quadro no *Word*, mas uma apresentação mais bem
2631 elaborada que trouxesse para a gente essas fases de comparativos, porque domínio e
2632 conhecimento vocês têm. Porque quando fazem perguntas para vocês, vocês trazem
2633 lembranças, inclusive de mandatos anteriores e até de conselheiros que estavam aqui
2634 naquele período. É fato que há conhecimento, tem o conhecimento do que está disposto
2635 ali, tem ações comparativas de um outro período que justificam o que vocês trouxeram.
2636 Eu entendo que tem que ter um trabalho mais elaborado nesse sentido de já apresentar
2637 para a gente quadros comparativos dessas ações. O que estava disposto no plano? Uma
2638 das coisas que ficou ali para a gente muito clara em relação era 6.000 atendimentos, mas
2639 agora são 15 porque ocorreu a pandemia e passou para 126 o que era milhões. Para a
2640 gente deveria ter trazido um quadro comparativo dizendo: “Olha, gente, naquele período
2641 o disposto era tanto, com o ocorrido da pandemia passou para 15.000. Então, nós
2642 tínhamos uma previsão de gastar R\$ 1.000.000,00 e passou a R\$ 156.000,00 porque
2643 atividades presenciais, o custo é diferente de atividades *on-line*”. São essas coisas que
2644 precisam ser bem mais esclarecidas para que, de fato, a gente alcance a didática da
2645 análise política necessária a esse Conselho. Como encaminhamento que tenha esse
2646 aperfeiçoamento da apresentação para que ela fique mais didática e não meramente um
2647 documento expositivo, mas algo que consiga fazer essa trajetória de forma que a gente
2648 consiga fazer uma análise mais consciente do que está sendo apresentado. E com isso
2649 eu concluo agradecida pelo tempo de vocês. **ARLETE, GRAAL:** Eu só quero falar aqui e
2650 era para ter dito antes na minha fala, mas acabei não falando. Eu quero trazer as imagens
2651 da turma da Secretaria Executiva porque na hora que falamos, eu coloquei aqui, não
2652 porque nós temos o apoio da assessoria da Secretaria Executiva. Eu sei disso. E posso
2653 dizer para todo mundo aqui e quem já esteve aqui antes da pandemia, que foi quando eu
2654 estive em dois mandatos, a gente não tem nada o que queixar. É uma equipe totalmente
2655 afinada e responsável com a proposta da assistência social. Todas as vezes que a gente
2656 procurou é um documento, dali a pouco o documento... Parece que elas já sabem o que
2657 a gente... Elas e eles já sabem o que a gente vai solicitar. Nós vivemos isso aqui e também
2658 passamos por essa experiência de ser a primeira vez que chegávamos ao Conselho. Mas,
2659 em todo momento fomos tão bem acolhidos que o aprendizado foi um fluxo tão bom, e
2660 que a gente precisa reconhecer isso e eu estou dizendo isso aqui porque sei que está
2661 gravando e quero que isso fique registrado. A atuação da Secretaria Executiva também é
2662 exemplar, sempre nos acolheu muito bem, e de grande importância para o CEAS.
2663 **MARINETE, COGEMAS:** Eu queria aproveitar a fala da Arlete e reafirmar isso porque,
2664 realmente, a gente que está chegando agora, eu, enquanto educadora, eu tenho esse

2665 espírito 'Freireano' que o processo de conhecimento não se dá de um dia para o outro.
2666 Esse processo é contínuo e permanente. Não adianta achar que nós conselheiros vamos
2667 sair daqui *expert* em orçamento, porque jamais. Esse processo, pedagogicamente e
2668 'Freireanamente' falando, é um processo que se dá na prática. E eu fiquei aqui caladinha,
2669 mas eu fico escutando e queria reafirmar que eu fico muito atenta às perguntas e muito
2670 atenta às respostas que a equipe técnica dá porque são pessoas que debruçaram no
2671 documento. São pessoas que debruçaram no processo de elaboração, então é lógico que
2672 elas estão na frente da gente. Se eu tiver que tomar uma decisão, é lógico, faço minha
2673 análise crítica, minha análise política, mas, ao mesmo tempo, eu tenho que ouvir quem é
2674 que sabe. Porque o meu processo de conhecimento vai acontecer a partir dessa prática.
2675 Por isso que, o que a dona Arlete fala, eu reafirmo que a cada momento que alguém da
2676 equipe fala, o olhar já é bem atento para que eu possa, a partir desse processo... Não que
2677 eu estou colocando todo o conhecimento. Estamos aqui em um processo 'Freireano' de
2678 sabedoria popular. Cada um aqui constrói o seu saber e esse saber vai se consolidando
2679 nesse processo. Queria só reafirmar que essa escuta da plenária, essa escuta da equipe
2680 técnica é um processo fantástico de aprendizado. **PRESIDENTE:** Posso retomar para a
2681 gente partir para os encaminhamentos? A proposta do Daniel é a gente fazer a votação
2682 do Plano de Aplicação e apresentação da proposta de revisão e alteração do PEAS na
2683 reunião de março. E a proposta da Iara é trazer quadros comparativos com o PEAS e com
2684 as ações. Como exemplo, ela deixou ali registrado: "fazer o comparativo de atendimento
2685 com a situação da pandemia em comparação com o presencial". Ok. Vocês concordam
2686 com essa proposta de encaminhamento? Eu estou entendendo que a proposta é fazer a
2687 votação do Plano de Aplicação agora, e a próxima plenária... Sim. **IARA, CSJB:** Licença,
2688 Presidente. Só uma questão de ordem. É também para fazer o quadro comparativo, mas
2689 que retome isso para a próxima plenária. Ficou claro? Que a comissão se debruce sobre
2690 isso e que volte na próxima plenária de uma forma mais didática, conforme alguns
2691 indicativos que eu sinalizei aqui. **PRESIDENTE:** Temos duas propostas. Uma é fazer a
2692 votação do Plano de Aplicação nessa plenária e o PEAS na próxima plenária. E a outra é
2693 suspender o assunto sem colocar em votação e trazer para a próxima plenária. As duas
2694 propostas são essas. Estão de acordo? A plenária está de acordo com essas duas
2695 propostas? Ok. Podemos fazer a votação dessas duas propostas? Só uma questão que
2696 você colocou: voltar o debate na comissão? Como esse assunto é conjunto, por isso tem
2697 que ter a reunião conjunta das comissões, então o assunto voltaria para a reunião conjunta
2698 de todas as comissões. Correto? Eu vou colocar em votação. Precisa de planilha?
2699 Primeira proposta. Fazer a votação do Plano de Aplicação hoje e, na próxima plenária, a
2700 gente trazer apresentação do PEAS, usando outra metodologia de apresentação. Coloco
2701 em votação. Quem está de acordo em fazer a votação hoje, e o PEAS na próxima

2702 plenária? Eu vou me manifestar de acordo, porque eu acho que a gente vai ganhar tempo
2703 e a gente vai voltar no assunto, de toda forma, na próxima plenária. Por isso que eu estou
2704 defendendo inclusive essa proposta. **IARA, CSJB:** (Áudio ruim) [02:13:22] sociedade civil
2705 a forma do regimento de votação que estamos tendo aqui no CEAS. Eu não sei como que
2706 era, mas a minha experiência em outros conselhos é que a gente coloque em regime de
2707 votação. E a gente pede: “Os favoráveis, por favor, apresentem. Depois os contrários e
2708 abstenção.” Porque como a gente fez anterior um trabalho, está unanime, até porque para
2709 a Secretaria Executiva, se não houver essa contagem, eu fiquei pensando como que vai
2710 legitimar os votos nessa plenária até para saber quantos conselheiros que estão
2711 presentes. De fato, o *quórum* está ok. No meu entendimento é deveria seguir o rito de:
2712 “Em regime de votação. Os favoráveis levantem o crachá. Os contrários, manifeste. E, se
2713 tiver alguma abstenção.” E a Secretaria Executiva faria a contagem desses votos. Só para
2714 eu entender como é o funcionamento, porque eu não observei isso aqui. **PRESIDENTE:**
2715 Minha sugestão é que faça pela planilha que a planilha evita essa dúvida. **DANIEL -**
2716 **CEAS:** Tem a sugestão da planilha, sim, mas tem a sugestão do contraste. Eu conto e
2717 falo os nomes também pelo crachá e fica registrado em ata, lara, porque eu falo o nome
2718 da pessoa. Por exemplo, Presidente aprovou. Mas que é porque a lara está falando das
2719 pessoas que votaram, não é, isso? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** (Trecho
2720 incompreensível) [02:15:00]. **DANIEL - CEAS:** Por mim, ok. Também posso falar os
2721 nomes das pessoas. E não tem nenhuma dúvida e fica tudo registrado em ata. Eu conto
2722 nome por nome. Posso fazer por regime de (trecho incompreensível) [02:15:30],
2723 Presidente? **PRESIDENTE:** Sim. **DANIEL - CEAS:** Eu conduzo aqui, se me permitir. A
2724 primeira proposta do Conselheiro Daniel, que seria apresentar uma revisão do PEAS na
2725 próxima reunião e fazer a votação do Plano de Aplicação hoje. Os conselheiros e
2726 conselheiras que aprovam, por favor, levantem a plaquinha. Presidente, Marinete,
2727 Silvestre, João Vitor e o João Victor também. Quatro aprovam. Aqueles que se abstém,
2728 por favor. **PRESIDENTE:** Na planilha não tem esse problema, porque vai por nome e
2729 quem tem suplente em condição de titularidade, você consegue verificar quem está
2730 presente. **DANIEL - CEAS:** Falar de novo. Por favor, Silvestre, João Vitor, João Victor,
2731 Soraia, Marinete e Presidente. 06 votos favoráveis. **PRESIDENTE:** A proposta do Daniel,
2732 ele está em condição de suplente ou titular? **DANIEL - CEAS:** Aqueles que reprovam:
2733 Juanita, Ludson, Kariny, Lucas, Marilene, Arlete, Grazielle, Gabriela, Isac. Você tinha
2734 levantado depois, Érica? Com a Érica são 10. Quem se abstém? Zero abstenção. Ok?
2735 Tudo certinho? É que algumas pessoas saíram. Se quiser usar a planilha, mas, pelo que
2736 eu entendi, não é necessário. Perfeito. Agora a proposta da lara. lara, você pode me
2737 complementar, mas é para trazer quadros comparativos na próxima reunião de forma mais
2738 didática, inclusive com PEAS e com as próprias situações como você deu o exemplo do

2739 atendimento. Não é isso? Não entraria em votação nessa reunião, hoje, ficaria para a
2740 próxima plenária. Correto? Vamos colocar em votação. Os conselheiros e conselheiras
2741 que aprovam, por favor, levantem as plaquinhas. Ludson, Juanita, Kariny, Lucas, Marilene,
2742 Érica, Arlete, Grazielle, Gabriela, Isac. Aqueles que reprovam? Seis. Os mesmos que
2743 aprovaram na anterior e zero abstenção. Aprovada a proposta da lara de fazer a discussão
2744 do Plano de Aplicação na próxima plenária, que está no calendário para março.
2745 **SILVESTRE, SEF/MG:** Eu sugiro que as próximas votações fossem feitas pela súmula
2746 porque eu acho que fica mais registrado, até por questão de suplente que está aqui. Se
2747 for possível, eu acho que deveríamos fazer pela súmula. **DANIEL - CEAS:** Pela planilha?
2748 **SILVESTRE, SEF/MG:** Pela planilha. **DANIEL - CEAS:** Sem problemas, a plenária que
2749 decide. **SILVESTRE, SEF/MG:** Não, mas aí depende da Assembleia se ela vai aceitar
2750 isso. Estou dando o meu ponto de vista. **DANIEL - CEAS:** Claro. Sim, por isso que eu falei
2751 o nome de todas as pessoas além de contar. Está tudo registrado em ata quem votou e o
2752 que, por isso explicitiei o nome. Mas, caso a plenária queira a planilha também, a gente
2753 faz a planilha também. Não tem problema nenhum. **PRESIDENTE:** Só para registrar, a
2754 gente está conversando aqui. A dona Arlete também está concordando que essa votação
2755 já teve, mas que as próximas sejam pela planilha. Não é, dona Arlete? **ARLETE, GRAAL:**
2756 (Trecho incompreensível) [02:19:59]. **PRESIDENTE:** Para evitar dúvidas e dar segurança
2757 para todo mundo. **ARLETE, GRAAL:** Cria segurança e, talvez, seja o tradicional, e a gente
2758 também tem dificuldade de ir aceitando tudo que é muito novo, mas dá mais segurança
2759 para o entendimento. **PRESIDENTE:** Ainda dentro desse ponto de pauta, mas que não foi
2760 discutido ainda, a Reprogramação dos Saldos que são saldos financeiros de 2021 para
2761 serem executados em 2022. Nós temos dois assuntos ainda relacionados à questão
2762 orçamentária e financeira, que é a reprogramação desses saldos para 2022 e a prestação
2763 de contas do quarto trimestre de 2021. Pela hora, já são 16h20, aí eu vou, inclusive,
2764 consultar a plenária aqui, por quê? Essa questão da reprogramação de saldos parece...
2765 Você quer esclarecer? Vou pedir à Roberta para esclarecer só a questão do envio...
2766 **LUDSON, CRESS:** Eu estava inscrito. Eu acho o seguinte, Plano de Aplicação e
2767 reprogramação são pautas conexas. Uma puxa a outra. Eu acho que se o Plano de
2768 Aplicação foi adiado, a reprogramação vai por tabela. Essa é uma questão que eu queria
2769 pontuar. Sobraria, obviamente, a prestação de contas como tema passível de ser
2770 deliberado hoje. **ROBERTA, SEDESE:** Queria perguntar para vocês se todos concordam
2771 de a gente fazer suplementação que for necessária. Vocês sabem se a gente pode fazer
2772 suplementação por saldo financeiro se for necessário, sem reprogramação? É dúvida
2773 mesmo, gente. **DANIEL, CMAS/BARBACENA:** Pelo meu conhecimento, não.
2774 **ROBERTA, SEDESE:** Não, não é? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Na verdade, o
2775 Conselho que aprova a reprogramação de saldos. E a reprogramação de saldos é

2776 condição para suplementação. **ROBERTA, SEDESE:** Sim, esse é que o meu
2777 entendimento. Dessa forma, vocês acham que a reprogramação também não é viável ser
2778 discutido aqui? Porque seria o que a gente poderia suplementar, o que a gente poderia
2779 utilizar o recurso dos saldos anteriores. **DANIEL - CEAS:** Só fazendo uma pergunta: eu
2780 fico preocupado se a gente tem para as diárias, o suficiente. Nem extraordinária a gente
2781 conseguiria fazer. **PRESIDENTE:** Chegamos em um impasse agora. Eu ia falar isso.
2782 Nesse ponto de impasse a gente não tem como andar para frente, na minha opinião.
2783 **DANIEL - CEAS:** Exato. Não teria nem diária para a extraordinária. **PRESIDENTE:** A
2784 gente tem que voltar e discutir se a reunião vai acabar daqui a pouco. Eu, inclusive, já
2785 coloco convocação de uma plenária extraordinária para a semana que vem porque eu não
2786 posso deixar esse assunto. Ele é urgente. Ele é necessário. Ele vai prejudicar a execução
2787 do FEAS e a gente também não sai do lugar. Voltando aqui para o que já foi discutido...
2788 Você quer opinar? Calma. Eu estou falando o seguinte: primeira coisa, ou a gente retoma
2789 a discussão agora e esgota esse assunto ou já saímos daqui com uma plenária convocada
2790 para a próxima semana de forma... Porque elas perguntaram assim: “de forma virtual,
2791 porque não dá nem tempo de lançar diária para fazer uma plenária na semana que vem”.
2792 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Mais uma vez, essa responsabilidade não pode ser do
2793 Conselho Estadual. Segundo, na proposta que eu recebi não tem nenhuma
2794 reprogramação de saldo para unidade orçamentária controle social ou eu estou com a
2795 proposta errada? Nessa proposta aqui não tem proposta do governo de suplementação
2796 na ação de controle social. Tem? Então, eu vou olhar novamente (trecho incompreensível)
2797 [02:24:32]. Eu não tinha visto a terceira folha, não, mas eu reafirmo aqui: essa
2798 responsabilidade não pode ser colocada nas costas do CEAS. Se essa pauta for
2799 prorrogada, conforme solicitação do Ludson, que eu acho que é correta, porque isso está
2800 ligado direto à prestação de contas do quarto trimestre. É uma decisão do colegiado.
2801 **ROBERTA, SEDESE:** Gente, isso aqui é o saldo do recurso da conta federal,
2802 exclusivamente a reprogramação. **PRESIDENTE:** Eu vou consultar a plenária novamente.
2803 **DANIEL, CMAS/BARBACENA:** Presidente, um aparte. **PRESIDENTE:** Sim. **DANIEL,**
2804 **CMAS/BARBACENA:** Pessoal, lembrando que a reprogramação, salvo melhor juízo – me
2805 corrijam se eu estiver errado – nós só estaríamos votando o que já foi decidido outrora
2806 para que os saldos continuem sendo gastos, ou seja, o que esse conselho aqui hoje
2807 decidiria era tão somente manter dentro da reprogramação o que já foi decidido
2808 anteriormente, pelos anteriores conselheiros, e a gente dá seguimento na situação para
2809 que não prejudiquemos os municípios. **PRESIDENTE:** Eu vou aproveitar a fala do Daniel
2810 para esclarecer aqui. O recurso que o governo federal repassa do fundo nacional para os
2811 fundos estaduais e para o fundo municipal, pela legislação do Suas, todo o recurso que
2812 vem fundo a fundo vinculado a esses serviços, programas, projetos do Suas, são os blocos

2813 de financiamento, eles são possíveis de reprogramação. O que é a reprogramação? O
2814 saldo que é contabilizado em 31 de dezembro pode ser reutilizado no ano seguinte,
2815 conforme proposta que é apresentada a esse conselho. O que está sendo colocado aqui
2816 é que essa proposta foi encaminhada para o Conselho pela documentação que foi
2817 entregue a vocês. Tem, inclusive, uma análise da Secretaria Executiva. O que faltaria
2818 fazer era discutir e colocar para deliberação essa proposta de reprogramação de saldos.
2819 Frisando que isso está dentro da legislação do Suas que os saldos das contas do exercício
2820 de 31 de dezembro podem ser reprogramados. Esse procedimento é fundamental para a
2821 gente executar recursos agora, no ano de 2022. Isso está claro? Para todo mundo
2822 entender qual é o assunto? Ficou claro para a senhora, dona Arlete? Quem mais aqui?
2823 Estou vendo a carinha de todo mundo para saber do que é que nós estamos falando. Ok?
2824 **LUDSON, CRESS:** Eu estava inscrito. Eu queria fazer uma sugestão de encaminhamento
2825 dada a urgência do assunto. Qual é a minha preocupação? O Plano de Aplicação
2826 contempla, precisa contemplar a reprogramação. Essas pautas precisam estar casadas,
2827 uma estar em sintonia com a outra, mas a gente tem e não dá para ignorar também uma
2828 situação de urgência para que a Secretaria Executiva consiga caminhar minimamente com
2829 os gastos de recursos federais. Nesse sentido, eu acho que a gente poderia tentar, sim,
2830 fazer em caráter emergencial, entendendo que isso é uma exceção essa apreciação
2831 agora, da reprogramação. Mas, todos nós teremos que observar com muita atenção a
2832 reprogramação, em especial no momento da reunião conjunta das comissões, para
2833 garantir que no mês que vem, quando a gente for aprovar o Plano de Aplicação, a gente
2834 não estabeleça contradições entre reprogramação e Plano de Aplicação. Por exemplo,
2835 Conselheira Juanita tem várias sugestões a fazer. Eu também tenho algumas. Acho que
2836 outros conselheiros também podem fazer, então a gente tenta encaminhar esse debate
2837 hoje. Não é o ideal, mas, diante da urgência, acho que a gente deve enfrentar, sim.
2838 **PRESIDENTE:** Eu ia pedir para colocar o documento que a Secretaria Executiva fez. Já
2839 achei. É porque eu estava procurando aqui no material que está aqui com a dona Arlete
2840 que está impresso, é o saldo de reprogramação. **LUDSON, CRESS:** Questão de ordem.
2841 Mariana, acho que já poderia fechar. Você colocar em votação se a gente vai proceder
2842 com a apresentação ou não. E, se for proceder com a apresentação, se todos
2843 concordarem, que a gestão já inicie a apresentação para a gente ganhar tempo dando
2844 sequência com a Secretaria Executiva, conselheiros e por aí vai. **PRESIDENTE:** Sim, é
2845 só para caminhar até por causa dessa hora, eu ia sugerir de passar para essa
2846 apresentação da Secretaria Executiva que já está disponibilizada com os conselheiros.
2847 Vou consultar a plenária: todos concordam com a proposta do Ludson que é a gente
2848 colocar em deliberação o saldo de reprogramação dos recursos do governo federal do
2849 exercício 2021? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** A proposta da gestão é essa aqui que

2850 chegou para a Comissão de Orçamentos. **PRESIDENTE:** Sim. A minha proposta, que eu
2851 estou dizendo, é para a gente ganhar tempo e não fazer essa apresentação e já passar
2852 para o relatório que a Secretaria Executiva fez. Está bom, então a gente apresenta. Esse
2853 relatório é que eu ia mostrar. Só para esclarecer. A gente já teve várias plenárias que o
2854 Conselho, inclusive, preferia que a Secretaria Executiva apresentasse antes e a
2855 apresentação do órgão gestor vinha depois, se tivesse necessidade. Ano passado, salvo
2856 engano, foi o ano inteiro funcionando dessa forma. **ROBERTA, SEDESE:** A
2857 reprogramação, a gente nem fez *slide* e tudo porque a gente achou... A gente fez um... O
2858 quadro é mais simples, então a gente achou melhor já trazer o quadro mesmo e passar o
2859 quadro para vocês verem. A gente queria pedir ao Daniel para abrir a proposta de
2860 reprogramação e passar por ela para vocês identificarem. O saldo do Capacita Suas. É a
2861 conta referente ao Capacita Suas, saldo de R\$ 182.300,82. A proposta de reprogramação
2862 é execução de ações de capacitação e apoio técnico, inclusive pagamento de instituição
2863 de ensino superior para curso de capacitação a distância já contratado, na ação 4129
2864 'Capacitação, apoio técnico e gestão do Suas'. É aquele curso que já foi contratado lá da
2865 instituição de ensino superior, que tem uma parte específica do Capacita Suas, a gente já
2866 utilizaria esse recurso. A gente até chegou a discutir isso ontem na proposta de prestação
2867 de contas do ano de 2020. Alguma dúvida nesse ponto? Alguma sugestão? Acho que a
2868 gente poderia passar ponto a ponto porque a gente já saneia, não é? **MARIA JUANITA,**
2869 **FEAPAES/MG:** Você pode me explicar, por favor? Nessa ação que vocês estão propondo
2870 de capacitação, apoio técnico e gestão do Suas, nós vamos ter duas suplementações: a
2871 primeira de R\$ 279.538,93 referente ao Capacita Suas, PET, BPC Escola, Acessuas
2872 Trabalho e mais R\$ 2.982 milhões referente a IGD. É isso? Pelo que eu consegui levantar
2873 dessa proposta, eu resumi nisso. É isso que nós estamos propondo? Porque vocês estão
2874 trazendo ponto por ponto. Eu acho que isso dificulta a nossa análise, que é a análise
2875 política que esse Conselho tem que fazer. Eu pergunto aqui: O que nós estamos
2876 suplementando na ação 4129 de 'Capacitação e Apoio Técnico e Gestão do Suas'
2877 referem-se a as ações de Capacita Suas que sobrou PET, BPC Escola, Acessuas
2878 Trabalho e IGD? **ROBERTA, SEDESE:** É isso mesmo. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:**
2879 Que é o valor de 279 R\$ 2.982 milhões? **ROBERTA, SEDESE:** O I-PET está na 4130,
2880 Juanita. Está nas duas, 4129 e 4130. Porque uma das propostas aqui do I-PET é o
2881 pagamento de despesa com contratação de pessoal temporário, execução e capacitação
2882 e apoio técnico. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Que é na regionalização? **ROBERTA,**
2883 **SEDESE:** Na regionalização. Seria para dar suporte para os Creas. **MARIA JUANITA,**
2884 **FEAPAES/MG:** Entendi. Mas, aí é outro valor? É R\$ 1.800 milhão? **ROBERTA, SEDESE:**
2885 Não. Nesse R\$ 231 mil aqui. 524. Está vendo? Está previsto. A segunda linha ali. **MARIA**
2886 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu estou vendo. **ROBERTA, SEDESE:** Está vendo? **MARIA**

2887 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Estou. **ROBERTA, SEDESE:** É só uma parte do recurso.
2888 Estaria também na 4130 para atender esta demanda específica, essa questão do apoio
2889 técnico no contexto da regionalização. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Essa gestão do
2890 Suas, quando vocês colocam manutenção da Subas, significa o quê? É pagamento de
2891 quê? **ROBERTA, SEDESE:** Despesa de estagiário. Despesas de diárias. São todas
2892 executadas. Prestadores de serviços de Foneas, Foneas. Despesas típicas de gestão.
2893 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Muita calma nessa hora. Com relação a essa ação de
2894 Subas, de capacitação e apoio técnico, essa suplementação no valor de R\$ 2.900.679,00,
2895 está claro. Com esse valor da suplementação já tem planejamento de gasto? Está aqui
2896 no Plano de Aplicação. Então, se vai ser gasto essas ações de capacitação, elas têm que
2897 vir para o CEAS para ele aprovar. É isso? Que vai estar na educação permanente? É
2898 isso? **ROBERTA, SEDESE:** É isso. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Está certo?
2899 **ROBERTA, SEDESE:** Isso. Parte dessa contratação, inclusive já passou pelo CEAS no
2900 ano passado, Juanita. Que era um processo que já estava sendo encaminhado e que a
2901 gente está procedendo... Estava procedendo com aquela contratação da instituição de
2902 ensino, que tem esses nove cursos que começou agora com o Acessuas Trabalho, que
2903 está disponível no processo das inscrições aí. A Pólis Civitas que é a instituição de ensino
2904 que foi contratada. **PRESIDENTE:** Mais alguma dúvida, pessoal? Você pode passar o
2905 próximo *slide*, porque a maioria dos saldos que foi citado, como a Juanita colocou a
2906 somatória. Ela fez a somatória dos saldos dessas ações que estão listadas na tela que
2907 foram colocadas no documento estão sendo direcionadas para as ações de educação
2908 permanente, totalizando... Estou falando a totalização dos saldos. Na primeira tela, o total
2909 R\$ 679.538,93. Já a segunda tela, a totalização de saldos da proteção especial, blocos
2910 ou proteção especial: R\$ 1.802.352,34. O que está na tela, do bloco da proteção especial,
2911 nós temos saldo do Piso Fixo de Média Complexidade, piso de Alta Complexidade,
2912 incremento temporário do bloco de proteção de ações de combate à covid-19, da Portaria
2913 nº 378. Esses saldos estão sendo direcionados para manutenção de Creas regionais,
2914 cofinanciamento de Creas e Residência Inclusiva. E reprogramação dos saldos do
2915 incremento temporário da Portaria nº 378, para manutenção dos serviços regionalizados
2916 em 2022. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Então significa que a reprogramação de
2917 saldo vai ser no valor de R\$ 1.802.352,34 referente às ações de Capacita Suas, PET, BPC
2918 Escola, Acessuas Trabalho, para ação de regionalização. É isso? **ROBERTA, SEDESE:**
2919 Espera aí. Repete, Juanita, estou um pouco confusa. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:**
2920 Ações de Capacita Suas, PET, BPC Escola, Acessuas Trabalho no valor de R\$ 1.802
2921 milhão? **ROBERTA, SEDESE:** Não. A Mariana avançou um pouquinho e citou a proteção
2922 social especial. O valor referente ao Capacita Suas, PET, BPC Escola e Acessuas
2923 Trabalho totaliza R\$ 679.538,93. É o saldo dessas ações. A página anterior, Daniel, por

2924 favor. **PRESIDENTE:** É porque tem dois quadros. Um de validações e outro só da
2925 proteção especial. **ROBERTA, SEDESE:** Nessas ações aqui, Capacita Suas que a gente
2926 tinha passado seria capacitação, ação orçamentária 4129. No I-PET, a gente chegou a
2927 falar rapidamente aqui que é o saldo seria reprogramado de R\$ 231.524,81 para
2928 pagamento de despesa com a contratação de pessoal temporário, execução de
2929 capacitação e apoio técnico. Na ação 4129, a parte de capacitação e apoio técnico e a
2930 parte 4130, em relação a contratação de pessoal. Ok? O BPC na escola é um saldo de
2931 R\$ 2.443,60 e a nossa proposta que é aquele restinho daquele dinheiro que a gente
2932 conversou ontem, na prestação de contas de 2020, que seria a nossa proposta para
2933 pagamento com despesa de viagens na ação 4129 “Capacitação apoio técnico e gestão
2934 do Suas’. No Programa Acessuas Trabalho o valor de R\$ 263.269,70 para execução das
2935 ações do Programa Acessuas Trabalho inclusive pagamento de instituição de ensino
2936 superior para o curso de capacitação a distância já contratado que é esse que está com
2937 as inscrições abertas. A ação orçamentária 4129, ‘Capacitação e Apoio Técnico e Gestão
2938 do Suas’ que seria essa suplementação. São só coisas correlatas, está gente? **IARA,**
2939 **CSJB:** Ali, para poder esclarecer, Roberta, quando fala... No seguinte. Quando fala ali:
2940 “EPI, devolução do saldo ou reprogramação para do bloco sob orientação do (trecho
2941 incompreensível) [02:42:59] se houver”. Nesse caso, não sei se foi sinalizado ontem, não
2942 me lembro por vocês ou pela sociedade civil, quando o recurso é encaminhado para o
2943 município, o município não utilizou com todos com EPI e o município vai fazer a
2944 devolução? É esse saldo que está sendo reprogramado? **ROBERTA, SEDESE:** Eu vou
2945 chegar lá. Eu vou responder exatamente a sua questão aqui. Só para não confundir. Só
2946 para esclarecer. Acho que passou direto para a proteção social especial e confundiu um
2947 pouquinho, não é? A Juanita estava perguntando em relação à parte da 4129 e desses
2948 programas, do Eixo ‘Programas’, então a minha fala de R\$ 679.538,93 a gente passa pelo
2949 Acessuas Trabalho, BPC Escola, I-PET, Capacita Suas. Eu expliquei aqui que seria para
2950 capacitações e também para essa pessoa contratada para pagamento. Agora, na
2951 proteção social especial, no bloco da proteção social especial de alta e média
2952 complexidade, onde o saldo é de R\$ 1.802 milhão, têm recursos da Portaria nº 378 e da
2953 Portaria nº 369. Ontem nós chegamos a discutir isso. A gente não tem até o momento
2954 nenhuma autorização expressa para reprogramação. Esse recurso específico é o que veio
2955 para o estado, não é o dos municípios. Só que a regra que vale para os municípios também
2956 vai valer para o estado. Se não tiver nenhuma diretriz para reprogramação, a gente tem
2957 que devolver. Está bom? **PRESIDENTE:** Pessoal, só uma questão de ordem para quem
2958 vai pegar o carro. Daqui cinco minutos a gente vai ter que encerrar. Quem puder ficar,
2959 mas a gente não vai ter a maioria da plenária. Acho que fica prejudicado. **MARIA**
2960 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Nós não vamos ter como continuar daqui a cinco minutos, no

2961 meu entendimento. Ou o carro espera a gente, ou a gente passa essa pauta para frente.
2962 Ainda na regionalização, com relação à meta do PEAS já está claro, e eu não preciso falar
2963 que ela precisa ser alterada. O que eu estou percebendo aqui e pelo que eu vi lá na
2964 proposta da LOA, no orçamento que foi aprovado, nós não temos esse recurso como
2965 garantia de custeio das ações. Nós vamos ter por causa de uma suplementação. Eu acho
2966 que a gente precisa conversar sobre isso nesse Conselho. A gente tem uma ação que não
2967 tem garantia de financiamento, e como piso variável a gente precisa discutir sobre isso,
2968 vai ter por que tem suplementação de saldo de conta, não é isso, ou não? Não? Está
2969 garantido? **PRESIDENTE:** Esses recursos que estão colocados são recursos que estão
2970 em conta, Juanita. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Sim, mas de saldo financeiro.
2971 **PRESIDENTE:** Sim. Isso é saldo financeiro. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Então, no
2972 ano que vem se a gente não tiver saldo financeiro, ou esse recurso vai dar até dezembro
2973 para funcionar esse (trecho incompreensível) [02:46:14]. **PRESIDENTE:** Para esse ano,
2974 essa proposta de reprogramação é para 2022. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** É disso
2975 que eu estou falando. A gente tem um serviço continuado que não tem recurso garantido,
2976 vai ter por causa de suplementação. Se eu tenho um serviço que é continuado e não tem
2977 recurso garantido, a gente precisa discutir sobre isso ou eu estou enganada?
2978 **PRESIDENTE:** A gente tem garantia, sim, de cofinanciamento para os serviços de
2979 proteção especial. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Aqui não tem Creas regional?
2980 **PRESIDENTE:** Sim, tem. A gente tem, sim, cofinanciamento do governo federal para os
2981 Creas regionais e recurso do estado garantido nessa ação. **MARIA JUANITA,**
2982 **FEAPAES/MG:** Para todos os anos? **PRESIDENTE:** Para esse ano. A gente está
2983 falando... **ROBERTA, SEDESE:** Juanita, só para esclarecer aqui. Aqui, de acordo com o
2984 (trecho incompreensível) [02:46:59] na LOA, a gente tem na ação 4130, da fonte 71 que
2985 é estadual R\$ 1.044,00 referente a repasse que a gente já está prevendo que são aqueles
2986 termos de aceites e obrigações, e também temos aqui previstos R\$ 2.679.739,00 que
2987 também é para custeio dos Creas. Tem. Todos os anos a gente tem esse valor. **MARIA**
2988 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Obrigada. **PRESIDENTE:** Está esclarecida essa parte dos
2989 saldos da proteção especial? Agora o último quadro. Esse último quadro trata dos saldos
2990 do IGD-PBF e do IGDSuas. **ROBERTA, SEDESE:** Em relação a isso, nós separamos os
2991 percentuais. Isso é o percentual, é o valor mínimo do IGD Bolsa, do IGDSuas.... Agora é
2992 IGD PAB, não é, gente? Mas, é para a gente fazer a suplementação. Esse é o valor
2993 mínimo, pelo que a gente tem conversado com o Daniel pode ser necessário até uma
2994 suplementação adicional para custeio das diárias para o CEAS, está bom? Com relação
2995 ao IGD Bolsa a gente está prevendo execução das ações de capacitação e apoio técnico,
2996 inclusive pagamento de instituição de ensino superior, que parte desse recurso... Que lá
2997 no outro recurso está picadinho, aqui que tem o outro, o valor grosso desse valor para

2998 custear o contrato que é muito alto. **PRESIDENTE:** O primeiro quadro. Saldo
 2999 R\$ 2.323.788,94. Isso. É isso. Esse é o saldo do IGD Bolsa da gestão. O segundo, IGD
 3000 Bolsa do valor destinado ao CEAS, as atividades do controle social R\$ 71.869,76. A
 3001 reprogramação que a gente está colocando para vocês é nesses valores. No primeiro
 3002 caso, para as ações de capacitação e apoio técnico, inclusive pagamento de instituição
 3003 de ensino, como já foi dito. E, no segundo caso do controle social, despesas inerentes à
 3004 manutenção desse Conselho, conforme o planejamento do CEAS. No segundo bloco,
 3005 Gestão do IGDSuas. Na parte do IGDSuas um saldo de R\$ 569.233,52. A proposta de
 3006 reprogramação para diárias, despesas de viagem, degravação de reuniões, manutenção
 3007 da Subas, contrato de prestação de serviços. A parte relacionada ao controle social
 3008 R\$ 17.605,16, também despesas de manutenção do Conselho, realização de reuniões,
 3009 despesas de viagens, contratação de pessoal temporário e aquisição de equipamentos.
 3010 Ficou claro? Total R\$ 2.982.497,38. Total geral de saldo em conta, financeiro, de repasses
 3011 do governo federal que está sendo trazido para aprovação e deliberação deste conselho
 3012 a ser reprogramado e utilizado em 2022: R\$ 5.464.388,65. Ok? Pergunto: podemos
 3013 colocar em votação? A plenária concorda em deliberar sobre a reprogramação dos saldos
 3014 de 2021 para o exercício de 2022? Eu pergunto, pessoal, quem aprova a reprogramação
 3015 de saldos de 2021 para 2022? Por favor, levantem as plaquinhas. **DANIEL - CEAS:**
 3016 Levantem as plaquinhas, por favor. Eu vou ler um por um. Ludson, aprovação. Juanita,
 3017 aprovação. Kariny, aprovação. Lucas, aprovação. Marilene, aprovação. Érica, aprovação.
 3018 É isso? Mariana. Arlete. Marinete. Soraia, no lugar do Elder. Graziele. Gabriela. João Vitor.
 3019 Silvestre. Isac. João Victor, dezesseis. Teve *quórum* e votação. **PRESIDENTE:** Agradeço
 3020 a presença, o esforço de todos por ter conseguido encerrar. **MARIA JUANITA,**
 3021 **FEAPAES/MG:** Eu falei aqui que eu gostaria de registrar o meu voto, senhores. Eu aprovei
 3022 essa proposta, mas eu gostaria de deixar a minha indignação como foi conduzida, em
 3023 tempo rápido. A gente fica muito confuso e eu gostaria de registrar aqui a minha
 3024 indignação com relação a essa conduta.
 3025

NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	ASSINATURA
Arlete Alves de Almeida	O Movimento do Graal no Brasil	
Camila Lorena Sálvio Tanúrio	SEAPA	
Carla Valéria Soares Vita	Federação das Associações sem fins econômicos de Minas Gerais - FASEMIG	
Claudia Cristina Da Silva	CMAS/Uberaba	

Crislaine Cristina Nascimento Flauzino	CMAS/Conselheiro Lafaiete	
Daniel Martins de Mello Neto	CMAS/Barbacena	
Elder Carlos Gabrich Júnior	SEDESE	
Érica Pereira Alves Beltrame	CMAS/Coronel Fabriciano	
Gabriela de Almeida Loiola	CMAS/Salinas	
Graziele Vieira Cachapuz Machado	CRP	
Iara da Costa Nogueira Reis	Congregação São João Batista - CSJB	
Isac dos Santos Lopes	ASQUIS	
Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi	CMAS/Cordisburgo	
João Victor de Almeida Chaves	SEPLAG	
Joao Vitor Da Silva Jorge	CMAS/Caeté	
Kariny de Amorim Silva	Bem Estar do Menor	
Lígia Camargos da Silva	SES	
Lucas Estevão Ribeiro da Silva	Conselho Central de Curvelo _ São Vicente de Paula	
Ludson Rocha Martins	CRESS	
Maria Aparecida Bayão	Fórum Municipal dos Usuários do SUAS/BH	
Maria Juanita Godinho Pimenta	Federação das APAES do Estado de Minas Gerais	
Mariana de Resende Franco	SEDESE	
Marilene Faustino Pereira	FETAEMG	
Marinete da Silva Moraes	COGEMAS	
Philippe Nunes Vieira e Silva	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS - FETSUAS	
Sandra Regina Ferreira Barbosa	SINTIBREF	
Silvestre Dias	SEF	
Simone Maria da Penha de Oliveira	CMAS/Belo Horizonte	
Soraia Vanessa Silva Cruz	SEDESE	
Vinícius de Querioz Castanheira	SEF	